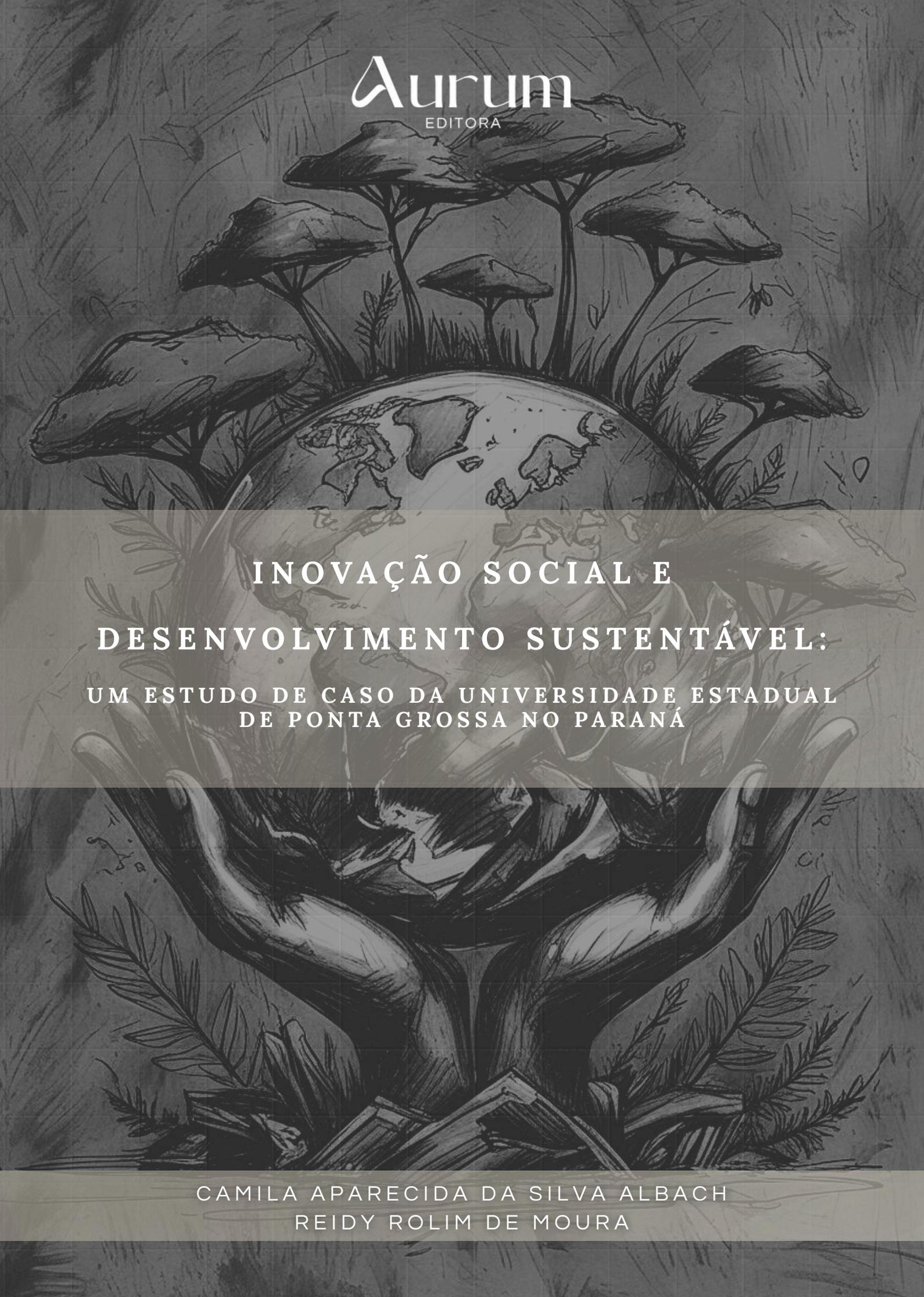


Aurum
EDITORA

The background of the cover is a vibrant green, textured illustration. In the center, a globe of the Earth is held gently in two large, brown, textured hands. The globe shows continents in shades of brown and blue oceans. Surrounding the globe are several stylized trees with flat, brown, umbrella-like canopies and thin trunks. There are also various green leaves and branches scattered around the scene, creating a sense of a lush, natural environment. The overall style is artistic and hand-drawn.

INOVAÇÃO SOCIAL E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
UM ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE PONTA GROSSA NO PARANÁ

CAMILA APARECIDA DA SILVA ALBACH
REIDY ROLIM DE MOURA



Aurum

EDITORA

INOVAÇÃO SOCIAL E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
UM ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE PONTA GROSSA NO PARANÁ

CAMILA APARECIDA DA SILVA ALBACH
REIDY ROLIM DE MOURA

AURUM EDITORA LTDA - 2025

Curitiba – Paraná - Brasil

EDITOR CHEFE

Gian Felipe Bonfantti

AUTORA DO LIVRO

Camila Aparecida da Silva Albach

CO-AUTORA

Reidy Rolim de Moura

EDIÇÃO DE TEXTO

Stefanie Vitoria Garcia de Bastos

EDIÇÃO DE ARTE

Aurum Editora Ltda

IMAGENS DA CAPA

Canva Pro

BIBLIOTECÁRIA

Aline Grazielle Benitez

ÁREA DE CONHECIMENTO

Ciências Sociais

Copyright © Aurum Editora Ltda

Texto Copyright © 2025 Os Autores

Edição Copyright © 2025 Aurum Editora
Ltda



Este trabalho está licenciado sob uma
licença Creative Commons Attribution-
NonCommercial-NoDerivatives
4.0 International License.

A responsabilidade pelo conteúdo, precisão e veracidade dos dados apresentados neste texto é inteiramente do autor, não refletindo necessariamente a posição oficial da Editora. O trabalho pode ser baixado e compartilhado, desde que o crédito seja dado ao autor, mas não é permitida a modificação do conteúdo de qualquer forma ou seu uso para fins comerciais.

A Aurum Editora se compromete a manter a integridade editorial em todas as fases do processo de publicação, prevenindo plágio, dados ou resultados fraudulentos, e assegurando que interesses financeiros não afetem os padrões éticos da publicação. Qualquer suspeita de má conduta científica será verificada com atenção aos princípios éticos e acadêmicos. Todos os manuscritos passaram por uma avaliação cega por pares, realizada pelos membros do Conselho Editorial, e foram aprovados para publicação com base em critérios de imparcialidade e objetividade acadêmica.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Albach, Camila Aparecida da Silva
Inovação social e desenvolvimento sustentável
[livro eletrônico] : um estudo de caso da
Universidade Estadual de Ponta Grossa no Paraná /
Camila Aparecida da Silva Albach, Reidy Rolim de
Moura. -- 1. ed. -- Curitiba, PR : Aurum Editora,
2025.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-83849-07-6

1. Desenvolvimento sustentável - Aspectos sociais
2. Inovações 3. Mudanças sociais 4. Sociedade
I. Moura, Reidy Rolim de. II. Título.

25-286823

CDD-303.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Mudança social : Sociologia 303.4

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

DOI: 10.63330/livroautor62025-

Aurum Editora Ltda
CNPJ: 589029480001-12
contato@aurumeditora.com
(41) 98792-9544
Curitiba - Paraná



AUTORA

Camila Aparecida da Silva Albach

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (2022). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG (2025). Especialista em Gestão das Políticas Sociais pela Faculdade CENSUPEG (2024). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, na qual pesquisa sobre Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. Pós-Graduada em Educação Ambiental e Sustentabilidade e Direito Ambiental pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Atua como Assistente Social e Técnica no Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol). Integra a equipe da Revista Emancipação, atuando como Assistente Editorial.

E-mail: camialbach18@gmail.com

CO-AUTORA

Reidy Rolim de Moura

Graduada em Serviço Social pela Universidade Regional de Blumenau (2001), Mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004) e Doutorado em Sociologia Política pela UFSC (2009). Professora Associada na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Coordenadora do Programa de extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) e Coordenadora Editorial da Revista Emancipação. Pesquisa e orienta temas que perpassam pelas temáticas Estado, Democracia e Participação, Economia Solidária, Inovação Social, Gênero e Meio Ambiente.

E-mail: reidymoura@gmail.com



PREFÁCIO

A presente obra, além de fruto de uma pesquisa séria e competente, é a concretização de uma proposta diferenciada, que desafia o pensamento predominante de que não existe inovação sem a presença da iniciativa privada, ou, mais especificamente, do Mercado. Ao ler suas páginas, recordei-me de uma fria manhã de primavera na qual fui convidado para palestrar em um Encontro de Iniciação Científica e Tecnológica. Um representante da associação empresarial local havia sido convidado para compor a mesa de abertura do evento. Ao fazer uso da palavra, nosso convidado advertiu aproximadamente 200 jovens pesquisadores de que “só se faz inovação no Mercado” e que a pesquisa, para ser importante, precisava ser validada pelo Meio Empresarial. Dito isto, retirou-se do evento sem ao menos esperar a mesa desfazer-se, alegando precisar atender a outros compromissos. Tal situação, embora constrangedora, têm sido comum no relacionamento entre as Universidades e o Meio Empresarial, o qual, em nosso país, busca impor ao meio acadêmico uma visão reducionista de pesquisa aplicada.

Assim, sob a justificativa da técnica jurídica, o conceito de inovação é reduzido a um descritor de operações de natureza empresarial cuja função é legalizar a transferência, muitas vezes a fundo perdido, de dinheiro público para a iniciativa privada, mesmo em um ambiente de crise fiscal. Partindo de um contexto cultural que associa toda novidade a uma coisa boa e toda mudança a uma melhoria atores privados, empresas ou seus representantes, apropriam-se do conceito e do imaginário em torno do tema da inovação apresentando-o como uma fábula tecnológica infantilizada, com seus tubarões e unicórnios, onde o abuso de neologismos em inglês mascara a superficialidade daquilo que é proposto. É preciso trazer o conceito de inovação de volta para a análise científica. Resgatar o valor acadêmico como intrínseco a qualquer novidade realmente consistente e salientar que o processo inovador é mais amplo do que o espaço das trocas mercantis de uma comunidade. Neste sentido, a presente obra é, sim, uma bem-vinda inovação.

Ao trazer os diferentes conceitos e sua classificação, as autoras desmistificam o tema, localizando-o no Estado do Conhecimento e permitindo ao leitor analisar criticamente o conceito de inovação. Este exercício de análise é de fundamental importância em uma área onde os atores, sejam governamentais ou privados, acostumaram-se a receber as novas edições dos documentos de área sobre inovação de uma entidade internacional da qual nosso país nem ao menos faz parte como verdades reveladas que devem, após traduzidas, ser adotadas literalmente. Após estabelecer os parâmetros da inovação social a obra torna possível a correlação de seu conceito com realidades não mercantilizadas e práticas socialmente responsáveis.

A obra traz como objeto de estudo uma Universidade, pensada aqui como um polo criador de inovação para o qual as autoras estabelecem sua institucionalidade, trazendo a legislação e os órgãos públicos responsáveis pela área no ambiente universitário para, nos quadrantes finais do trabalho apresentar uma visão abrangente da inovação social em seu campo de análise. Ao descrever diferentes formas de inovar socialmente, as autoras demonstram que a diversidade dos meios e propósitos não impede que cada forma de inovação tenha seu espaço dentro de uma Universidade. A presente obra assim, contribui significativamente para o Estado do Conhecimento sobre o tema e traz um retrato da instituição universitária brasileira de nosso tempo, em sua diversidade de meios e unidade de propósitos. Que desta contribuição venham muitas obras de igual teor!

Dr. João Irineu de Resende Miranda
Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas



APRESENTAÇÃO

O termo “inovação” se popularizou nas áreas de Economia, Engenharia e Administração, em pesquisas sobre o desenvolvimento econômico e o mercado. Com o passar dos anos, o termo ganhou novas camadas e definições, como a inovação tecnológica, gerencial, de marketing e social, e cada uma delas almeja por mudanças diferentes na realidade. A inovação social, foco deste estudo, independentemente da lógica de mercado, busca inovar socialmente e busca por mudanças na melhoria do bem-estar da sociedade e também considera nuances da sustentabilidade. O conceito está em disputa e em constante crescimento, o que nos leva a necessidade de compreendê-lo através de variados campos, como o das universidades que atuam diretamente com a população. Portanto, o objetivo desta obra é o de analisar as experiências de Inovação Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e sua aproximação com a sociedade e a lógica do desenvolvimento sustentável. Trata-se de um estudo qualitativo que se baseou na metodologia de Estudo de Caso, que conta com uma série de procedimentos, como a pesquisa bibliográfica, documental e a de campo, com o uso de entrevistas semiestruturadas. Optou-se pelo uso da análise de narrativas para tabular, organizar e refletir sobre os dados obtidos. Enquanto resultados, destaca-se que a instituição possui muitas experiências que inovam socialmente, como as desenvolvidas pela Agência de Inovação e Propriedade Intelectual da UEPG - AGIPI, na incubação de startups, que estão em concordância com a sustentabilidade e que promovem ações e desenvolvem produtos que prezam pelo bem-estar da população, resultando em soluções de problemas sociais. Assim como inovação social também está presente no âmbito da legislação e extensão universitária, que através de projetos e programas que buscam por meio de saberes e aprendizados populares, atuar na linha de frente das desigualdades sociais que chegam até o espaço universitário e impactam diretamente as pessoas à sua volta. Contudo, apesar dos avanços, é preciso ampliar a crítica envolvendo a questão, para que possamos avançar e se apropriar do conceito de inovação social e de desenvolvimento sustentável, além de almejar uma mudança na lógica de domínio capitalista, prezando por uma transformação de perspectiva mais social, sustentada e sustentável.



AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha família por todo o amor e cuidado. As minhas amigas por todo apoio, suporte emocional, carinho e incentivo.

Gostaria de agradecer à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) por todo o acolhimento desde que ingressei na graduação. Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas (PPGCSA) pela oportunidade de cursar o Mestrado e o Doutorado em um programa interdisciplinar, comprometido com a qualidade das pesquisas desenvolvidas.

A extensão universitária sempre fez parte de minha trajetória, portanto sou grata à Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) por me acolher durante meus estágios e me dar a oportunidade de retornar como profissional, podendo contribuir com a Economia Solidária e o Meio Ambiente. Também agradeço a todos os professores, coordenadores e colegas que conheci durante minha participação na Operação Rondon Paraná, sou encantada com este projeto que busca promover a integração de acadêmicos com as demandas de comunidades paranaenses.

A toda equipe editorial da Revista Emancipação, que promove esforços coletivos para promover a socialização do conhecimento científico na área do Serviço Social e nas áreas afins às Ciências Sociais, com diferentes enfoques voltados à discussão da cidadania e direitos. Fazer parte desta equipe é uma grande honra. Estendo também meus agradecimentos à Agência de Inovação e Propriedade Intelectual (AGIPI) e a todas as startups que contribuíram com esta pesquisa, isso fez toda a diferença para que esta obra pudesse ser organizada.



SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| CAPÍTULO 1: A INOVAÇÃO SOCIAL EM DIFERENTES PERSPECTIVAS | 15 |
| 1.1 O QUE É INOVAÇÃO? | 15 |
| 1.2 RAMIFICAÇÕES DA INOVAÇÃO: A DEFINIÇÃO TECNOLÓGICA, DE MARKETING E GERENCIAL..... | 19 |
| 1.3 INOVAÇÃO SOCIAL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO..... | 23 |
| 1.4 DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES ENTRE INOVAÇÃO SOCIAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E TECNOLOGIA SOCIAL..... | 32 |
| 1.5 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS(ONU) | 39 |
| CAPÍTULO 2: LEGISLAÇÃO, FOMENTO E UNIVERSIDADE NO ESTADO DO PARANÁ | 50 |
| 2.1 PERCURSO METODOLÓGICO..... | 50 |
| 2.2 A INOVAÇÃO NO ÂMBITO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E DO ESTADO DO PARANÁ..... | 55 |
| 2.3 O FOMENTO A INOVAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ..... | 60 |
| 2.4 A AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL (AGIPI) DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG) | 64 |
| 2.5 AS STARTUPS INCUBADAS PELA AGIPI/UEPG: DIFERENTES FORMAS DE INOVAR SOCIALMENTE..... | 73 |
| CAPÍTULO 3: OUTRAS PERSPECTIVAS DE INOVAÇÃO SOCIAL NA UEPG | 87 |
| 3.1 ATUALIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO: MUDANÇAS NECESSÁRIAS NA LEGISLAÇÃO INTERNA DA UNIVERSIDADE..... | 87 |
| 3.2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA É INOVADORA..... | 90 |
| 3.3 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O PAPEL DA UNIVERSIDADE..... | 95 |
| CONCLUSÃO | 99 |
| REFERÊNCIAS | 104 |



Apesar de ser popular atualmente, o termo “inovação” se popularizou no ramo da Economia através de pesquisas realizadas pelo economista Joseph Schumpeter, por meio de seu livro “Teoria do Desenvolvimento Econômico”. Em seus escritos o autor não limita a inovação em algo que é apenas novo ou passível de venda, pois isso reduziria e limitaria o termo. Após ganhar força na economia, a inovação começa a ter um papel importante também na academia, o que demorou alguns anos, mas logo se tornou crucial para compreender o crescimento econômico das nações. E Schumpeter tem um papel muito válido, pois com ele o tema da tecnologia e inovação passa a ser considerado essencial para o desenvolvimento.

Schumpeter (1934) declara que apenas com a inovação as nações podem alcançar grandes objetivos e dar saltos de crescimento, o que será um diferencial na comparação de um país com o outro. Sendo assim, inovar é a forma pela qual surge o diferencial de uma empresa no mercado, trazendo algo “raro” ou “diferente”, e isso impulsiona o mercado global e o desenvolvimento dos países.

A inovação e as mudanças ocorrem através da “atração” de um empreendedor de sucesso com outro, e então os efeitos são multiplicados sucessivamente. Isso acontece porque o empreendedorismo é uma ferramenta essencial na sociedade e no mercado. Com a oportunidade de fazer negócios é que surge o diferencial de lucro e a necessidade de suprir uma demanda em potencial que pode gerar algo inovador, seja um serviço ou um produto. (Schumpeter, 1934).

Neste sentido, com a “inovação” de algo ou a criação de algo inovador, transforma-se os hábitos antigos de investimentos e consumo e criam-se novos, é uma questão de oportunidades e ideias. E para um empreendedor, inovar é uma atividade basilar, “[...] é engendrada quando esse empresário inovador percebe que pode produzir um produto ou serviço por meio de novos arranjos produtivos” (Peñaloza, 2016 *apud* Paiva *et al*, 2018, p.156).

No início do século XX, ocorre o incentivo a pesquisas sobre o tema da inovação e suas mais variadas ramificações, que partem de Schumpeter e continuam avançando e inserindo novas características ao assunto. Conforme a sociedade muda, o mundo também muda e novas inovações tendem a surgir para adaptar a vida das pessoas.

As pessoas vivem em sociedade e possuem necessidades sociais para sobreviver, portanto, uma das ramificações da inovação que vai surgir é a “Inovação Social”, que no começo de seus estudos buscava focar apenas na relação entre uma empresa e seus funcionários, mas com o tempo foi ganhando mais estrutura.

O conceito passou a se preocupar com a comunidade, com a organização da sociedade e com as transformações sociais. Posteriormente, pensando no desenvolvimento socioeconômico, integrou a participação dos movimentos sociais. Inovar socialmente significa então propor ideias, serviços, produtos que resultem na melhoria da qualidade e quantidade de vida das pessoas, se preocupando com o bem-estar individual e comunitário. (Mulgan *et al*, 2007).

A inovação social utilizará novas estruturas, por meio de tecnologias, metodologias, produtos, ideias, que possam promover a inclusão social e geração de trabalho e renda, e conforme isso vai se sucedendo, teremos a melhoria nas condições de vida (Farfus; Rocha, 2007). Sendo assim, a preocupação social antecede a ideia inovadora, pois preza por tentar resolver um problema social.

No entanto, um dos maiores desafios de se desenvolver uma inovação de caráter social é sua implementação, visto que nem sempre a ideia buscará prezar pelo lucro e isso por vezes não gera investimentos, pois o foco é na satisfação das necessidades sociais. Seu objetivo enquanto inovação é

- a) Atender às necessidades reconhecidamente sociais em vez de necessidades pessoais;
- b) Ser fornecido por organizações com objetivo social, em contrapartida à escolha de estilo de vida dos beneficiários;
- c) Expandir os benefícios da inovação social a um amplo contexto do que apenas o contexto da ideia inicial; e
- d) Trabalhar em ambientes normais, onde os mercados tradicionais (público e privado) falharam. (Mulgan *et al*, 2007 *apud* Flores, 2023, p.46).

Esse tipo de inovação não se limita à competitividade do mercado ou a uma mera ferramenta que produz economicamente, mas sim, gera um potencial de ser utilizado para alcançar transformações e objetivos sociais. E é justamente nesse contexto que se torna possível olhar criticamente para a sociedade e buscar entender de que forma a inovação precisa se voltar para a resolução de muitos problemas do cotidiano.

O papel de inovar socialmente não é único dos empreendedores e grandes empresários, mas faz parte também da função de uma universidade, de um governo e de uma sociedade. Prezar pelo coletivo e pela melhoria é justamente o que deixa esse tipo de inovação em constante disputa, sendo um termo que abrange muitos significados diferentes. E neste sentido, nos dará os elementos necessários para compreender a realidade local e verificar qual de fato é esse potencial.

Sendo assim, a presente obra propõe a realizar um Estudo de Caso da inovação social na realidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), localizada na cidade de Ponta Grossa no Paraná. Com cerca de 355 mil habitantes, tem mais de 200 anos e conta com uma variedade cultural, fazendo parte da região dos Campos Gerais¹ no sul do Brasil.

Quanto à UEPG, precisamos contextualizá-la e contar partes da sua história e buscando compreender o que fazem e quais as implicações das startups ligadas a instituição por meio de sua agência de inovação, a Agência de Inovação e Propriedade Intelectual - AGIPI. O interesse pela temática surgiu da

¹ A região dos Campos Gerais do Paraná (Brasil), fica situada no centro-leste do estado (PR), leva em conta critérios históricos, culturais, econômicos e sociopolíticos. E conecta, uma variedade de municípios, de forma dinâmica, sem restrições territoriais rígidas e possui particularidades em cada localidade.

experiência adquirida através da formação no curso de Serviço Social, que proporcionou uma visão mais crítica e complexa da realidade social, e também da atuação enquanto estagiária e extensionista no programa de extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol).

A IESol é um programa de extensão permanente da UEPG vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais (PROEX), na qual pode-se ter o contato inicial com as temáticas de Economia Solidária, Tecnologia Social e Sustentabilidade. Através da experiência adquirida muitas outras temáticas emergentes começaram a gerar interesse, como a questão do desenvolvimento sustentável e da inovação social, ambas que tem recentemente ganhado um espaço no meio acadêmico devido ao seu potencial para com a sociedade.

No que diz respeito a sua pertinência, a presente pesquisa busca contribuir para o Programa de Pós em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG², na medida em que não se encontra uma quantidade significativa de trabalhos que permitam focalizar a discussão no social e não apenas em aspectos tecnológicos da inovação. Para o programa a discussão da inovação não é novidade, porém se voltarmos isso a ramificação da inovação social então estaremos trazendo algo novo. Além disso, visto o compromisso mundial para com o desenvolvimento sustentável cabe entender se existe uma relação entre os debates, principalmente no âmbito da UEPG.

Sendo assim, a UEPG possui a missão de produzir e difundir conhecimentos múltiplos, no âmbito da Graduação, da Extensão e da Pós-Graduação visando à formação de indivíduos éticos, críticos e criativos, para a melhoria da qualidade da vida humana, isso tudo levando em consideração o tripé do ensino, pesquisa e extensão na formação de todos.

Compreendendo que o processo de definição e surgimento da inovação social é recente, precisamos entender os motivos que levam o conceito a estar em disputa nas mais variadas áreas do conhecimento.

E partindo da ideia de que em meio às demais ramificações da inovação, a social ainda não é tão valorizada no meio acadêmico, podemos buscar entender alguns questionamentos: Qual o conceito de inovação social? Existe uma concordância entre os autores? Porque está em disputa? Qual sua importância? Além do mais, visto a necessidade do Estado e dos governos em buscar soluções inovadoras, é preciso optar por uma inovação que considere as perspectivas sociais, não apenas aquelas de cunho tecnológico e que só servem para o mercado, temos que pensar em soluções que podem mudar o cenário das desigualdades sociais.

Não podemos tirar a responsabilidade do Estado e dos governos, mas que as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem um importante papel para a concretização das políticas públicas, da cidadania e da efetivação dos direitos, isso é um fato. Quando falamos em inovar, na perspectiva que estaremos

² Para mais informações, acesso a materiais de dissertações e teses de mestrado e doutorado, eventos e contato, acesse o site do programa em: <https://www2.uepg.br/ppgcsa/>.

trabalhando, toda ação de uma universidade é inovadora. Afinal, formar, ensinar e transformar pessoas é inovador.

Se o problema são as desigualdades, a falta de políticas sociais e de programas que atendem as pessoas mais vulneráveis, podemos contar com a universidade. É dentro de uma sala de aula, de um laboratório ou de qualquer dependência de um campus que encontramos pessoas que dedicam suas vidas em mudar o mundo com o conhecimento. E neste sentido, é lá também que podemos encontrar o potencial inovador, seja ele qual for.

Sendo assim, nossa pergunta central aqui remete a compreender se as experiências de Inovação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) podem ser vistas na perspectiva da inovação social? E para além disso, se é possível que haja uma aproximação na lógica do desenvolvimento sustentável?

Outra questão importante é a do desenvolvimento sustentável, a qual tem deixado muitos líderes de nações com inúmeras preocupações. Para se alcançar um desenvolvimento justo e sustentável precisa-se enfrentar grandes desafios, não somente pelos ambiciosos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas também por se tratar de um trabalho coletivo.

Por mais que não seja o ponto central desta pesquisa, não podemos deixar de dar luz a uma temática emergente e que pode ou não tomar rumos diferentes com uma intensificação da inovação. Inovar o planeta, de forma sustentável, busca pela emancipação das pessoas e lutar para que seus direitos sejam garantidos também faz parte do processo, um processo de inovação social. Portanto, visto a realidade estudada, será que as ações inovadoras da UEPG estão em concordância com os ODS? Trata-se de um questionamento que precisamos elucidar.

Com base nesta problemática, o objetivo geral desta obra é o de analisar as experiências de Inovação Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e sua aproximação com a sociedade e a lógica do desenvolvimento sustentável. E enquanto objetivos específicos citamos:

- Estudar o conceito de inovação social e sua aproximação com o desenvolvimento sustentável;
- Identificar como vêm sendo desenvolvidas as experiências de inovação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG);
- Analisar se as ações desenvolvidas pela UEPG estão em concordância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por meio da aproximação com a literatura já construída a respeito da Inovação social percebe-se que ela acaba por ser encontrada junto a diversas temáticas, em sua maioria ligadas à Administração, Economia e Engenharia. A sua grande diversidade é o que torna o conceito tão disputado e ao mesmo tempo sem um consenso entre os autores, afinal é possível observar ações de inovação social em muitas atividades. Mas vale ressaltar que mesmo tendo muitas contribuições comparadas a outras ramificações da inovação e outras temáticas no âmbito das Ciências Sociais o termo ainda pode ser visto enquanto pouco explorado.

Com base neste Estado do Conhecimento, podemos observar que a inovação social não possui tanto destaque quanto poderia ter na área acadêmica das Ciências Sociais Aplicadas, o que demonstra a originalidade do tema e sua emergente necessidade de debate. Mas não é a única questão a ser pensada aqui, visto o seu potencial de colaborar com a criação de políticas públicas, projetos e programas em prol das pessoas que vivem em vulnerabilidade social.

Com a pandemia mundial do vírus Covid-19 no ano de 2020, que agravou as mais diversas áreas, como a da saúde, educação, assistência social, meio ambiente e muitas outras, temos as desigualdades sociais já existentes ainda mais agravadas. E com a publicação de inúmeros estudos que demonstravam um crescimento na situação de pobreza dos brasileiros era notável a necessidade de agir em prol da população vulnerável.

De acordo com um estudo sobre pobreza social do Data Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em 2021 temos 30,4% dos brasileiros em situação de pobreza social, e essa taxa é 5,5 pontos percentuais maior que aquela encontrada em 2020. Sendo assim, diante dos efeitos da pandemia de Covid-19 ocorre um grave aumento do percentual de socialmente pobres no Brasil, atingindo o maior valor da série histórica (Bagolin *et al.*, 2022).

Pensando nesta lógica de desigualdade, precisamos pensar em soluções que possam colaborar com a melhor execução e criação de políticas públicas, com um maior investimento em programas e projetos sociais que alcancem as comunidades e contribuir com a perspectiva de um desenvolvimento sustentável.

Em meio a pandemia houveram acontecimentos e avanços específicos no âmbito da inovação, como a criação de uma lei, programas, projetos e fomento de editais, mas é preciso pensar em para quem estamos inovando e se tudo o que estaremos promovendo pode ou não ter um impacto ou implicação social nas pessoas que mais precisam.

Em meio a esse contexto entramos na temática da inovação, que em 20 de abril de 2021 teve sua lei sancionada no Estado do Paraná sob nº 20.541/2021, que estabelece medidas de incentivo à inovação e a pesquisa tecnológica, bem como tende a integralizar os setores públicos e privados. E possui o intuito de estimular o desenvolvimento de soluções inovadoras e de promover a transferência do conhecimento acadêmico para reduzir obstáculos burocráticos.

É também em 2021 que se iniciam muitos investimentos no estado, sejam eles por meio de fundações públicas ou privadas. Bem como, são criados programas e projetos com o objetivo de incentivar o crescimento da inovação e instigar a articulação entre o governo, as empresas, as universidades e a sociedade. Sendo assim, entende-se que tais ações advindas de ações do Estado do Paraná influenciaram a forma como a inovação será tratada de agora em diante, e resta-nos saber se a mesma está também acessível e social, considerando as desigualdades sociais que enfrentamos num sentido territorial.

Em 2023, através do Decreto nº 11.646, de 16 de Agosto, temos a instituição da Estratégia Nacional de Economia de Impacto e o Comitê de Economia de Impacto, que possui o objetivo de conectar entidades e órgãos do governo federal, do setor privado e da sociedade civil para fomentar um ambiente propício à economia de impacto. E na sequência no ano de 2024, é publicada a Portaria Gm/Mdic Nº 192, De 19 De Junho, cria-se o Sistema Nacional de Economia de Impacto (Simpacto), com a intenção de articular ações nos diferentes níveis federativos com o objetivo de fortalecer a economia de impacto e interligar os comitês temáticos.

Em 2023, através do Decreto nº 11.646, de 16 de Agosto, temos a instituição da Estratégia Nacional de Economia de Impacto e o Comitê de Economia de Impacto, que possui o objetivo de conectar entidades e órgãos do governo federal, do setor privado e da sociedade civil para fomentar um ambiente propício à economia de impacto. E na sequência no ano de 2024, é publicada a Portaria Gm/Mdic Nº 192, De 19 De Junho, cria-se o Sistema Nacional de Economia de Impacto (Simpacto), com a intenção de articular ações nos diferentes níveis federativos com o objetivo de fortalecer a economia de impacto e interligar os comitês temáticos.

Outros membros e órgãos da sociedade civil também se organizaram nas últimas décadas para construir negócios que tenham impacto social e ambiental no país, enquanto um exemplo, citamos o caso da Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto³, que busca atuar tanto como líder de equipes e de ação, dando suporte para empreendedores e dinamizadores, e outros participantes, impulsionados por questões sociais e ambientais, no que refere-se ao acesso a instrumentos de gestão voltados para o impacto e possibilidades de financiamento. Tudo em prol de impulsionar a agenda de investimentos e negócios de impacto no país.

A aliança chegou a criar metas, as quais já passaram por novas modificações desde sua criação em 2014 e a publicação de relatórios em 2020, o que demonstra que organizações como esta tem se preocupado com os negócios e buscado por empresas que pensam conscientemente no futuro do planeta. Os mesmos, pretendem voltar em suas metas no ano de 2025 para mapear, divulgar seus processos e desafios.

Contudo, a situação está se tornando cada vez mais dinâmica, demandando inovação e revisão contínua de conceitos. E vale pontuar que os empreendedores atuais precisam se preocupar com a crise climática e a contínua e desconfortável desigualdade intensificada pela pandemia, o mundo necessita de um consenso socioambiental positivo e de mudanças em sua conjuntura.

Após os marcos citados e os exemplos dados, informamos que conforme a delimitação de tempo de 2020 a 2023, pudemos perceber o quão em evidência está a temática da inovação. Também ressaltamos que

³ Criada em maio de 2014, a Aliança pelo Impacto trata-se de uma iniciativa para fomentar o ecossistema de investimentos e negócios de impacto através da produção e compartilhamento de conteúdos, articulação com atores estratégicos e fomento à iniciativas inovadoras. Para mais informações acesse: <https://aliancapeloimpacto.org.br/publicacao/recomendacoes2025/>.

a pesquisa trará contribuições para a academia, sendo um Estudo de Caso original da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e tendo a Agência de Inovação e Propriedade Intelectual (AGIPI) como destaque devido a ser o órgão responsável pela inovação na instituição de ensino superior.

Como percebemos com o Estado do Conhecimento, são poucas as pesquisas que se voltam para uma inovação de cunho social, bem como existem poucas produções que a coloquem como destaque em meio a tantas ramificações da inovação. No âmbito da literatura, muitos autores da inovação social são estrangeiros, portanto, as contribuições da presente pesquisa podem ser essenciais para nortear outras futuras, pensando que fará uma relação com as noções de território e de certa forma buscar envolver os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS).

Formalizados em 2015 enquanto uma Agenda Global, os 18 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável envolvem múltiplas temáticas, como a erradicação da pobreza, promoção de saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, entre outras. Seu objetivo é tornar o planeta mais sustentável para todos até 2030, ou pelo menos avançar o suficiente para que isso ocorra em algum momento. Sendo assim, como estudamos inovação social, que envolve quase todos os objetivos sustentáveis, também foi preciso incluí-los neste contexto estudado.

Seja a inovação social ou o desenvolvimento sustentável, a questão é que ambas as temáticas são atuais e emergentes, ainda em desenvolvimento e disputa, o que torna extremamente necessário contribuir com estudos que comprovem ou contrapõem seus conceitos e construções. Esta obra buscou fazer isso, em uma realidade local, mas seguindo perspectivas abrangentes.

Quanto à organização dos capítulos, a presente obra está organizada em 3 capítulos, o capítulo 1 intitulado de “A INOVAÇÃO SOCIAL EM DIFERENTES PERSPECTIVAS” possui 5 subitens que se debruçam sobre a definição de inovação, suas ramificações (tecnológica, marketing e gerencial), a inovação social, sua aproximação com conceitos como economia solidária e tecnologia social e o desenvolvimento sustentável.

Na sequência, temos o Capítulo 2 “LEGISLAÇÃO, FOMENTO E UNIVERSIDADE NO ESTADO DO PARANÁ” que possui 5 subitens que se voltam para os procedimentos metodológicos da pesquisa, a legislação brasileira e especificidades do Estado do Paraná, o fomento a inovação, a agência de inovação da UEPG e suas startups incubadas.

Por fim, no capítulo 3 “OUTRAS PERSPECTIVAS DE INOVAÇÃO SOCIAL NA UEPG” trabalharemos com a atualização da legislação da UEPG, a extensão universitária e os objetivos de desenvolvimento sustentável no âmbito das universidades.

Neste capítulo, elucida-se a discussão sobre a definição de inovação e algumas de suas ramificações, a inovação tecnológica, de marketing e a gerencial. Bem como, intensifica-se a discussão acerca da inovação social e as demais linhas teóricas que perpassam sua discussão e implementação na prática. Também foram feitas diferenciações e aproximações junto aos conceitos de Economia Solidária e Tecnologia Social, sem a pretensão de esgotar a discussão conceitual.

1.1 O QUE É INOVAÇÃO?

Estudar o conceito de inovação pode ser considerado um desafio visto que não existe um consenso entre os pesquisadores que se voltam para esta temática, seja pelo fato de que existem diversas ramificações deste conceito como a inovação tecnológica, gerencial, social, de marketing, entre outras, ou por não se ter uma compreensão global, pois neste segundo caso é necessário um entendimento histórico, cultural e político de cada país que se considere inovador.

Autores como Wolfe (1994), buscaram publicar críticas às pesquisas que se propõem a estudar inovação, indicando que mesmo com uma vasta literatura a compreensão do conceito ainda estava subdesenvolvida. A sugestão foi que as futuras pesquisas envolvessem três linhas de pesquisas: a difusão da inovação, os determinantes que conduzem a capacidade de inovar e os processos de inovação.

Neste mesmo estudo crítico percebemos que muitos dos trabalhos científicos sobre inovação possuem algumas linhas principais: as que tratam dos estágios do processo inovador, dos contextos organizacionais, das perspectivas teóricas subjacentes e dos atributos da inovação (Wolfe, 1994, p. 419).

Do ponto de vista teórico, os primeiros progressos em direção à compreensão da inovação têm sua origem na Economia. Read (2000), definiu que com base na literatura as pesquisas em inovação ainda estavam na “infância”, portanto, ainda era necessário avançar e incluir uma maior atenção à medição do desempenho de inovação. Algo que passou a ser incluído com mais ênfase nas áreas da Administração, Economia e Engenharia, trabalhando temas voltados ao marketing, gestão de pessoas, liderança, mercado e desempenho empresarial. Um aspecto a ser considerado é que as referidas áreas trabalham a inovação ligadas a tecnologia, impactos na economia, questões macroeconômicas, estímulo à competitividade e gestão interna de organizações.

Ainda não podemos afirmar que algum estudo conseguiu integrar todas as possibilidades que a inovação se propõe a trabalhar, ou então alguma pesquisa que integre as contribuições e características detalhadas da capacidade de inovação e do que é ou não considerado um processo inovador. Entretanto, o que a literatura nos permite visualizar pode nortear muitas reflexões, críticas e ações que geram inúmeras possibilidades.

Em contrapartida, algo que podemos afirmar é que devido a diversos fenômenos históricos, culturais e políticos que ocorrem globalmente, a inovação é vista como a solução para muitos dos problemas que

exigem certa manutenção na perspectiva capitalista vigente. Para Lopes e Barbosa (2014, p. 2), “O contexto atual, marcado por mudanças sociais e econômicas aceleradas, faz com que organizações dos setores público e privado tenham que se adequar para atender aos imperativos dos mercados de bens e serviços orientados pela oferta, da globalização produtiva e da economia do conhecimento.”

E neste sentido, a inovação é uma das respostas a tais mudanças sociais recorrentes, ainda de acordo com os autores, “[...] As atividades com foco em inovação passam a ser fundamentais para a manutenção do desenvolvimento econômico no sistema capitalista, incluindo a transformação de padrões de vida e a criação de novas tecnologias” (Lopes; Barbosa, 2014, p.2). E considerando tal afirmação pode-se entender, em certo ponto, o porquê da inovação ser muito mais trabalhada vinculada a tecnologia, mercado, empreendedorismo, competitividade e geração de lucro.

Outro fato interessante é que a Inovação pode ser compreendida sob os pontos de vista da Estratégia, dos padrões, do processo de gestão e dos seus tipos. A estratégia está ligada a obtenção de vantagens competitivas sustentáveis o padrão a sua particularidade como uma inovação radical incremental e que tem algum impacto. O processo faz parte da forma como as organizações inovam e envolve a criação e o desenvolvimento, e os tipos de inovação definem se são de produtos, serviços, processos, marketing, estratégia etc. (Lopes; Barbosa, 2014).

Chris Freeman (1982), define que um dos problemas em trabalhar com inovação é a grande variedade de entendimentos que as pessoas têm desse termo, frequentemente confundindo-o com invenção, então esclarece que a inovação é o processo de tornar oportunidades em novas ideias e colocar estas em prática de uso extensivo. Além disso, também compreendemos que toda inovação vai conseqüentemente envolver mudanças.

A ideia de inovação está sempre ligada a mudanças e novas combinações de fatores, que tendem a romper com o equilíbrio existente. O que nos leva a pensar em como o mundo muda todos os dias e isso faz com que seja necessário sempre existirem ideias que possam auxiliar as pessoas a uma nova adaptação de sua realidade, seja ela qual for (Schumpeter, 1998).

Nos escritos de Hage (1999), chegamos ao entendimento de que a literatura indica a inovação como um dos elementos mais promissores para a criação de vantagens competitivas e de sustentação para os problemas da sociedade. Pensando em tal afirmação, precisamos pensar quais são esses problemas e de quem são esses problemas, pois nem sempre tais vantagens competitivas podem solucionar as dificuldades vivenciadas por pessoas mais vulneráveis, por exemplo.

Refletindo com base no que trouxemos até aqui, é possível perceber que o processo de inovação engloba ideias criativas, criação de novas tecnologias, atividades de gestão e propostas que levantam a bandeira da novidade e abram portas a novas possibilidades. E que os tipos de inovação focam, na maioria

das vezes, em produtos, serviços e ideias que beneficiam o marketing, o gerencial e o organizacional, sendo assim, por vezes, o lado social é deixado em segundo plano.

No Manual de Oslo⁴ (2006, p.22), encontramos

A inovação é também importante para o setor público. Porém, pouco se sabe sobre o processo de inovação em setores não orientados ao mercado. Muitos trabalhos devem ainda ser feitos para estudar a inovação e desenvolver um arcabouço para a coleta de dados de inovação no setor público.

Ainda de acordo com o Manual de Oslo (2006, p.25), temos esclarecimentos quanto às atividades de inovação que “[...] incluem todas as etapas científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais que realmente conduzem, ou que pretendem conduzir, à implementação de inovações.” Note-se que a perspectiva social também não é mencionada nesta definição.

Segundo o mesmo Manual existem quatro tipos de inovação: a de produto, de processo, de marketing e a organizacional. E é importante frisar que o mesmo prioriza as inovações de empresas comerciais, portanto, não encontramos tantas indicações das demais práticas inovadoras, apesar de sua importância.

E o conceito de inovação utilizado se refere a mudanças que apresentem os seguintes aspectos: 1. A inovação está associada à incerteza sobre os resultados das atividades inovadoras; 2. Envolve investimentos que podem render retornos potenciais no futuro; 3. É o substrato dos transbordamentos de conhecimentos; 4. Requer a utilização de conhecimento novo ou um novo uso ou combinação para o conhecimento existente; 5. Visa melhorar o desempenho de uma empresa com ganho de uma vantagem competitiva por meio da mudança da curva de demanda de seus produtos ou de sua curva de custos ou pelo aprimoramento da capacidade de inovação da empresa.

Muitos outros elementos da inovação ainda precisam ser citados, como sua dimensão cultural, histórica e até mesmo linguística que correspondem a formação política interna de cada país, podendo gerar mais de um significado para uma mesma reflexão. Sendo assim, existe uma variedade muito grande de práticas inovadoras para “problemas sociais” a depender do lugar onde cada pessoa se encontra. Para Ahmed (1998), a inovação precisa ser acompanhada por um contexto, um ambiente organizacional adequado.

Temos então uma cultura organizacional, que pode ser entendida “[...] como um dos determinantes da inovação, uma vez que possui elementos que podem servir para reforçar ou inibir comportamentos que contribuam com inovações.” (Machado *et al*, 2013). E compreende-se que a sustentação de uma

⁴ O Manual de Oslo é a principal fonte internacional de diretrizes para coleta e uso de dados sobre atividades inovadoras da indústria. E tem o objetivo de orientar e padronizar conceitos, metodologias e construção de estatísticas e indicadores de pesquisa de países industrializados. Muitas das referências usuais sobre inovação têm como base o Manual de Oslo em sua versão original. (OECD, 2005).

organização inovadora se dá por sua cultura organizacional, uma vez que a capacidade de inovar está nas habilidades e atitudes das pessoas que nela trabalham. (Knox, 2002).

Percebe-se que a inovação acaba adquirindo uma característica que engloba aspectos humanos e estruturais de organizações, e voltam sua intensificação para a criação de produtos, aperfeiçoamento de processos e força de trabalho e no desenvolvimento de uma habilidade de aprendizagem. Elementos que compõem também a cultura organizacional e as pessoas nela envolvidas, as quais associamos à Machado (2004), que neste sentido nos escreve que inovações podem inclusive alterar a percepção do mundo pelo ator organizacional, impactando, desta forma, a cultura organizacional.

E compreendendo que este termo é de grande importância para que a inovação se faça entender enquanto teoria e prática, salientamos também o que nos demonstra Schein (1984), de que a cultura organizacional é organizada por significados inventados, desenvolvidos ou descobertos por um determinado grupo em algum ambiente, no qual passa por um processo de aceitação para que seja então repassado aos demais membros que irão pensar, agir e sentir. Com isso também percebe-se que a inovação pode envolver uma compreensão até mesmo emocional e subjetiva a depender da ideia em questão.

A criação de produtos e serviços voltados para o mercado envolvem também os processos de trabalho, afinal estamos falando de práticas inovadoras feitas por pessoas e que vão impactar diretamente a vida de outras pessoas. O que percebe-se em muitos escritos sobre inovação é que isso é debatido pensando nas despesas que essa mão de obra vai gerar, no próprio Manual de Oslo (2006, p.117-118), temos que dentre as despesas correntes com inovações que compõe “custos de trabalho” estão “[...] as remunerações e os salários anuais bem como todos os custos associados aos benefícios adicionais, como os pagamentos de bônus, férias, contribuições de fundos de pensão e outros pagamentos de seguridade social⁵ e encargos da folha de pagamentos.

Outros custos são citados, os quais foram denominados “outros custos recorrentes” que também envolvem o mercado de trabalho envolvido na produção de práticas de inovação, sendo estes custos, “[...] as compras de materiais que não configuram bens de capital, suprimentos, serviços e equipamentos de suporte às atividades de inovação desenvolvidas pela empresa em um dado ano.” (Manual de Oslo, 2006, p.118). Além disso, enfatizam que é preciso incluir os custos do trabalho de pessoas não envolvidas nas atividades de inovação, como o pessoal de segurança e os funcionários da manutenção.

E ao discutirmos trabalho também é necessário falar a respeito dos serviços. Entendemos então, que "O cenário de inovação que prevaleceu durante décadas na teoria econômica tradicional tinha como foco o contexto das indústrias manufatureiras e da agricultura, enquanto os serviços mantiveram sua posição

⁵ A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social. (Brasil, 1991).

subordinada a essas atividades” (Kon, 2018, p.585). E nesse sentido, os serviços pouco produziam inovações e conseqüentemente permaneceram com o desempenho inferior na geração de valor agregado.

Porém, essa ideia de os serviços não serem inovadores passou a ser questionada, principalmente por conta dos inúmeros problemas sociais que o mundo passou a enfrentar. Para superar tais dificuldades não bastavam as inovações de produtos, precisávamos da inovação dos serviços, da qualificação das pessoas e da melhoria das políticas públicas. Como pontuado por Kon (2018, p.585), os “instrumentos tradicionais de política governamental começaram a se mostrar inadequados e as soluções de mercado nem sempre conseguiram resolver essas questões [...]”.

Kon (2018), ainda complementa que “[...] ao mesmo tempo em que o crescimento dos custos governamentais para lidar com a provisão de serviços públicos tornaram-se incompatíveis com o orçamento disponível.” Sendo assim, era preciso não somente pensar na importância da qualificação e inovação dos serviços, mas também encontrar uma forma com que os estados pudessem arcar com os custos. Portanto, evidencia-se que os efeitos sociais das inovações precisavam ser mais intensos do que aqueles puramente voltados para os mercados econômicos.

Sendo assim, as discussões da inovação não podem se limitar aos mercados empresariais, isso porque devemos olhar para o trabalho, a geração de empregos, a qualificação dos serviços e principalmente suas implicações na vida das pessoas que podem ser atingidas com as novas ideias que surgem a todo momento.

E embora este ramo de estudo seja conhecido pela sua natureza multidisciplinar, historicamente, a concepção da inovação sempre esteve ligada à inovação tecnológica. Porém, visto as mudanças globais, cada vez mais a literatura tem evidenciado a importância de inovações que extrapolam os limites da tecnologia. Portanto, vamos entender um pouco mais sobre outras definições.

1.2 RAMIFICAÇÕES DA INOVAÇÃO: A DEFINIÇÃO TECNOLÓGICA, DE MARKETING E GERENCIAL

Os temas relacionados à tecnologia estão em voga nos meios de comunicação (redes sociais, jornais, sites, etc), nas agendas de governos (federais, estaduais e municipais), empresas, agências de pesquisas e outras formas de organização social. E por falar em empresas, destaca-se o fato de que é comum que coloquem uma aprendizagem permanente que se volte para a produção de tecnologias e novos conhecimentos como estratégia de crescimento e competitividade.

Mas devemos levar em consideração o que Cattani e Holzmann, (2011, p.12), ressaltam, que “A tecnologia extrapola a esfera do trabalho. Ao mesmo tempo em que pode anunciar benefícios aos indivíduos e às coletividades, torna indispensável a análise das implicações que venha a gerar.” Isso porque mesmo

que tenham inúmeros benefícios existem muitas questões sociais e algumas que evidenciam propriamente o acesso a tecnologia e precisam ser debatidas em um âmbito socioeconômico.

Sendo, talvez, a mais conhecida ramificação da inovação atualmente, “A inovação tecnológica é caracterizada pela presença de mudanças tecnológicas em produtos (bens ou serviços) oferecidos à sociedade, ou na forma pela qual produtos são criados e oferecidos” (Plonski, 2005, p.27). Plonski também estabelece alguns componentes da inovação tecnológica, sem se limitar apenas aos mesmos, sendo assim, citamos, o empreendedorismo inovador, o marketing, a pesquisa científica e tecnológica, a invenção, o desenvolvimento tecnológico, a comunicação social, a gestão do conhecimento e o gerenciamento de programas e projetos complexos, entre outros.

Por falar em gestão, ela é um elemento essencial para o desempenho de atividades bem sucedidas, afinal, devido ao caráter de tomada de decisões pode moldar a forma como serão feitas determinadas ações. “Nas últimas décadas, casos bem-sucedidos de empresas e países, no que se refere ao desenvolvimento de produtos, evidenciaram que o desempenho desse processo depende também e muito do modelo e das práticas de gestão adotadas” (Rozenfeld *et al*, 2006).

E pensando justamente na prática da gestão, o sucesso da inovação tecnológica, por vezes, depende do ambiente de trabalho, de sua organização interna. “O desenvolvimento de inovações tecnológicas está fortemente condicionado pela existência de um ambiente interno no qual as ideias criativas possam emergir e ser aplicadas com eficácia e os conhecimentos, quer tecnológicos, quer de gestão, possam ser acumulados” (Barañano, 2005, p.59)

Ainda de acordo com Barañano (2005, p.61), nenhum elemento isolado tem possibilidade de ser eficaz e, portanto, nenhuma ferramenta ou técnica de gestão criará e sustentará sozinha um ambiente propício à inovação. “A inovação é um complexo processo tecnológico, sociológico e econômico, que envolve uma teia extremamente intrincada de interações [...]”.

Porém, mesmo que esteja claro seu uso estratégico por empresas, pesquisadores e especialistas, a inovação tecnológica também tem ganhado espaço entre as legislações e políticas já faz algumas décadas, por exemplo, “[...] a implementação de políticas eficazes de estímulo à inovação tecnológica tornou-se, a partir dos anos 90, um dos eixos estruturantes da atuação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, que abrange 30 países comprometidos com a democracia pluralista e a economia de mercado.” (Plonski, 2005, p.25).

Antes de explicar o objetivo da inovação de marketing cabe esclarecer que, o marketing envolve a identificação e a satisfação das necessidades humanas e sociais. Uma das mais sucintas definições de marketing é a de “suprir necessidades gerando lucro” (Kotler; Keller, 2012, p. 3). Para além disso, o marketing pode "ser entendido como a função empresarial que cria continuamente valor para o cliente e gera vantagem competitiva duradoura para a empresa" (Dias, 2004, p. 2).

A implementação de ideias de marketing que sejam inovadoras é essencial para criar estratégias para produtos de qualidade no mercado, com resultados financeiros positivos para as empresas. Higgins (1995), afirma que trata-se de criar melhorias significativas em componentes do marketing baseado na diferenciação como produto, promoção, distribuição e mercado. “[...] Uma inovação de marketing é a implementação de um novo método de marketing envolvendo mudanças significativas na concepção ou na embalagem do produto, no posicionamento do produto, na promoção do produto ou na formação de preços.” (Manual de Oslo, 2006, p.172). Ou seja, as inovações de marketing podem compreender diversas mudanças substanciais no design do produto, constituindo um novo conceito de marketing, contribuindo com as empresas.

Citando autores como Conway e Steward (2009), a inclusão de inovações organizacionais e de marketing cria um quadro completo, pois são capazes de facilitar a adoção e adaptação das inovações tecnológicas. Portanto, precisamos também compreender o que são as inovações de porte gerencial.

A inovação de caráter gerencial diz respeito ao sistema social da organização e sua modificação enquanto gestão, bem como apontam para uma geração de uma “novidade” ou então para a adoção de uma ideia inovadora desenvolvida por uma organização. Para Lam (2005), por exemplo, existem cerca de 3 (três) abordagens para pensar na inovação gerencial, as teorias de estrutura e design, teorias de cognição e aprendizagem organizacional, e as teorias de mudança e adaptação organizacional.

A inovação gerencial, desde seus primeiros teóricos, sinalizava para “[...] mudanças que não fossem estritamente tecnológicas nos produtos ou processos, ou aquelas desvinculadas da dinâmica dos mercados e seus mecanismos de regulação. [...] A essência de uma inovação gerencial está relacionada a novas formas de gestão e organização, muito embora a literatura ainda não tenha encontrado consenso acerca da própria terminologia utilizada” (Lopes *et al.*, 2015, p.3).

Pensando em sua característica gerencial, esta inovação tem como objetivo a melhoria do desempenho organizacional, portanto, existe uma centralização em atividades e práticas gerenciais, estruturas e processos de gestão. Inovar nas atividades e práticas gerenciais está relacionado a significativas mudanças nas “[...] diferentes facetas de regras e rotinas pelas quais o trabalho é realizado dentro de organizações” (Birkinshaw *et al.*, 2008, p. 828 *apud* Lopes *et al.*, 2015, p.4).

Assim como a gerencial, a inovação social não é tão popularizada quando falamos em inovação, tanto na literatura quanto nos espaços de debates. “À primeira vista, é possível perceber que inovação gerencial e inovação social possuem como aspectos comuns alterações no sistema social, respectivamente, das próprias organizações e da sociedade” (Lopes *et al.*, 2015, p.3).

Em síntese, muitos autores trazem suas contribuições através de seus estudos e experiências, e da mesma medida em que podem concordar entre si ou não, eles também podem acrescentar novas formas de

entender cada tipo de inovação. Neste sentido, pensando em deixar este trabalho mais lúdico e objetivo organizou-se um quadro síntese com algumas definições.

Quadro 1 - Síntese de algumas definições de Inovação tecnológica, de marketing e gerencial

| Tipo de Inovação: | Autores: | Ano: | Definição: |
|--------------------------|---------------------|-------------|--|
| Tecnológica | Plonski | 2005 | Introdução de alterações nos produtos disponibilizados à sociedade e nas maneiras como esses produtos são desenvolvidos e apresentados. |
| | Barañano | 2005 | Consiste em um processo multifacetado que abrange aspectos tecnológicos, sociológicos e econômicos, englobando uma rede altamente complexa de interações. |
| | Paulo Fuck e Vilha | 2012 | É considerada fundamental nas estratégias de distinção, competitividade e expansão em um número crescente de empresas. |
| Marketing | Manual de Oslo | 2006 | Refere-se à adoção de uma nova abordagem que implica alterações relevantes na criação ou na embalagem do produto, na forma como ele é posicionado, nas estratégias de promoção ou na definição dos preços. |
| | Conway e Steward | 2009 | Habilitados para promover a adoção e a adaptação de inovações tecnológicas. |
| | Utkun e Atilgan | 2010 | Implementação de uma nova estratégia de marketing que inclua alterações relevantes na definição de preços, promoção, distribuição ou apresentação do produto. |
| Gerencial | Ven <i>et al.</i> | 2000 | Na visão gerencial, o processo de inovação envolve a coordenação e o envolvimento de todos os envolvidos, para a criação de novos conceitos, visando atingir determinados resultados. |
| | Lam | 2005 | Contém três abordagens: as teorias voltadas para estrutura e design, as teorias relacionadas à cognição e aprendizado organizacional, e as teorias que tratam de mudança e adaptação nas organizações. |
| | Lopes <i>et al.</i> | 2015 | Não se limitam apenas às inovações tecnológicas em produtos ou processos, nem estão isoladas da dinâmica dos mercados e seus mecanismos regulatórios. |

Fonte: Pesquisas realizadas. Organização: A autora, 2024.

E com base nas pesquisas realizadas até aqui, podemos observar que cada tipo de inovação busca por um objetivo diferente, por algum tipo de mudança, variando sua intenção de acordo com sua proposta teórica e suas ações práticas. Observamos, em resumo, a seguir

Quadro 2 - Tipos de Inovação e sua busca por mudanças

| Tipo de Inovação: | Busca por: |
|------------------------------|---|
| Inovação Tecnológica | Mudanças tecnológicas em produtos (bens ou serviços) oferecidos à sociedade. |
| Inovação de Marketing | Mudanças substanciais no design do produto, constituindo um novo conceito de marketing, contribuindo com as empresas. |
| Inovação Gerencial | Mudanças nos produtos ou processos, ou aquelas desvinculadas da dinâmica dos mercados, vinculadas à gestão. |
| Inovação Social | Mudanças de cunho social, busca o atendimento às demandas sociais com a intenção de superar as necessidades nas mais diversas áreas por meio da cooperação e participação de todos os envolvidos. |

Fonte: Pesquisas realizadas. Organização: A autora, 2024.

Cabe esclarecer que uma inovação pode almejar mais de uma mudança, por exemplo, podendo ser de caráter tecnológico, mas ter um objetivo social e neste sentido se encaixar em mais de uma definição. Portanto, não existem limites do quanto uma ideia pode ou não alcançar.

Entendendo o que cada inovação busca, bem como suas definições cabe-nos agora partir para o aprofundamento na questão da inovação social, foco de nosso estudo como um todo, e que, apesar de ser uma das ramificações do termo “inovação” tem grande importância e traz muitas contribuições, sendo um grande potencial para o desenvolvimento sustentável.

1.3 INOVAÇÃO SOCIAL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Menções à inovação social surgiram ao final da década de 1960, com um entendimento bastante simples, visto que estudos que pudessem ampliar a magnitude do termo ainda não haviam sido realizados. Só em 1990 é que de fato entramos em uma discussão mais ampliada da inovação social, pois é neste momento que o seu potencial de aplicabilidade passou a ser visto tanto pela academia quanto por governos e demais instituições. (Patias; Santos, 2022)

Para Juliani *et al* (2014), as características do tema foram desenvolvidas a partir da criação de centros de inovação social e do crescimento das pesquisas sobre como esta inovação poderia auxiliar na resolução de problemas sociais e na melhoria da qualidade de vida. E pensando nessa característica de ser uma alternativa para problemas da nossa sociedade, autores como Bignetti (2011, p.4), nos informam que

apesar de existirem estudos sobre inovação social, os mesmos, "[...] não representam parcelas significativa das pesquisas acadêmicas, e o conjunto de abordagens, metodologia e práticas ainda não se constitui num corpo consolidado de conhecimentos."

Neste sentido, as pesquisas voltadas para a inovação se moldam a partir do mercado e do que ele necessita para capacitar e ampliar produtos e serviços, que serão ofertados posteriormente para a sociedade, e percebe-se então a carência quanto a um aprofundamento na dimensão social da inovação. Para Mulgan (2006), por exemplo, existe uma falta de atenção à inovação social, isso devido ao fato de que os gastos destinados pelos governos para soluções inovadoras, que se voltem para os problemas sociais, ainda são muito pequenos.

Propostas socialmente reconhecidas e que busquem por mudanças sociais eficazes são um verdadeiro desafio, isso porque ações neste viés precisam de um suporte do Estado, o qual, tem tido dificuldades de suprir as necessidades da população, seja no investimento em políticas públicas ou em encontrar estratégias para evitar o aumento das desigualdades sociais. Para Comeau (2004), o aumento da competitividade em detrimento de um Desenvolvimento Social possui como consequência a exclusão social, que revela necessidades e problemas de caráter coletivo, o que motiva a criação de inovações sociais.

Alguns pesquisadores buscam alternativas na chamada economia social, uma vez que o Estado não consegue eliminar completamente os problemas que envolvem as desigualdades sociais, além de não estar preparado para enfrentar questões emergentes, como foi o caso da pandemia de covid-19 que se iniciou em 2020, evidenciando ainda mais as diferenças entre as classes sociais, não só no âmbito da saúde, mas também no que diz respeito à assistência, economia, acesso à informação, entre outros.

A inovação social pode inclusive se aproximar de características da economia social, visto que muitas ações possuem objetivos parecidos, como por exemplo, iniciativas de economia solidária, de organizações não-governamentais ou de movimentos sociais, que procurem ocupar este espaço deixado pelo Estado. Para Bignetti (2011, p.4), "Ao lado dessas iniciativas, surge a inovação social como uma das formas de se buscar alternativas viáveis para ultrapassar as dificuldades enfrentadas pela sociedade." Ou seja, a sociedade assume um papel que é do Estado, devido à falta de atenção dos governos em investir e buscar soluções eficazes para a questão social.

O ritmo das inovações sociais podem aumentar no século XXI, existindo muitas razões para isso, como por exemplo, mais dinheiro fluindo em ONGs e na sociedade civil e o desenvolvimento das economias, considerando uma tendência de maior crescimento para economias nacionais. Além de enfatizar a importância do papel de organizações comerciais, voluntárias e públicas na criação de serviços (Mulgan, 2006). Sendo assim, é possível observar que a inovação social tem ganhado espaço, porém ainda é difícil entender qual é a verdadeira implicação que isso tem nas comunidades mais carentes, visto que apesar de em alguns setores a economia avançar, outros ainda carecem de atenção.

Considerando um olhar mais crítico, precisamos esclarecer qual é o entendimento do termo “questão social”, ou melhor, suas expressões, que envolvem os problemas sociais já citados anteriormente, visto que este é o termo escolhido para tratar o assunto envolvendo as desigualdades. Portanto, a questão social considera

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão (Iamamoto e Carvalho 1995, p.77).

Para Netto (2001, p.48-49), “[...] a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais.” Portanto, é preciso ter a clareza de que tais expressões se manifestam de formas diferentes a depender do território, visto que a realidade está em constante mudança. Sendo assim, para que ações da inovação social sejam eficazes deve-se considerar particularidades históricas, culturais e econômicas e não se limitar ao mercado e suas particularidades.

Ter esse entendimento ajuda a compreender a importância de se trabalhar inovações sociais voltadas para uma população mais carente, isso porque a falta de suporte por parte do Estado atrasa o desenvolvimento social desses territórios mais vulneráveis e não atende suas necessidades. E como podemos definir, a inovação social, de acordo com Murray *et al* (2010), é uma nova ideia ou uma ideia melhorada que, simultaneamente, atende as necessidades sociais e cria novas relações sociais. É um fenômeno capaz de elevar a capacidade de agir da sociedade. Ou seja, pretende elevar a capacidade de um território e dar o suporte necessário para seu avanço e desenvolvimento.

A sociedade civil não possui os recursos necessários para lidar com problemas complexos, as expressões da questão social se manifestam no desemprego, na falta de acesso a educação, nas crescentes taxas de analfabetismo, na saúde, com as grandes filas a espera de tratamentos, no meio ambiente, com a crescente degradação dos recursos naturais, entre outros. Portanto, cabe aos governos a destinação de recursos para ações de enfrentamento a estes e aos demais desafios enfrentados pela sociedade.

A inovação social tem a finalidade de superar as necessidades sociais nas mais diversas áreas, por meio da cooperação e participação de todos os envolvidos. Então, estamos falando de um processo de aprendizagem coletivo com base no potencial dos indivíduos e dos grupos, que permite a realização de transformações sociais, a formação de novas relações e até novas estruturas sociais (Bignetti, 2011). E aqui entramos em uma característica que precisa ser trabalhada dentro da inovação social, que é uma perspectiva de transformação social, que busca pela emancipação dos sujeitos em um viés democrático. Portanto, a inovação social possui um grande potencial de ser um dos pilares de sustentação, tendo a intenção de colaborar com a superação das desigualdades sociais, afinal, suas ações são pensadas, planejadas,

coordenadas e orientadas para objetivos específicos, por meio de novas práticas sociais que prezam por mudanças sociais.

Neste sentido, podemos observar que só será possível classificar enquanto inovação social aquelas ações que possuem implicações na realidade e que possam fazer contribuições e auxiliar no seu desenvolvimento. A inovação, geralmente, não é restringida a limites, podendo extrapolar a área destinada para tal ação, e desta forma acabar espalhando seus reflexos por outras dimensões. Em resumo, ela está em processo de construção, e preza pela melhoria na qualidade de vida das comunidades, em seu bem estar social e em uma ampla disseminação de suas ações.

Até este momento, é possível deixar claro o potencial que a inovação social tem em aumentar a capacidade de atuação da sociedade, porém “para ser social, a nova ideia implícita à inovação deve ter o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade de vida da população beneficiada. Muda-se o foco da garantia de qualidade de vida para indivíduos isolados, para a qualidade de vida para coletividades” (Lopes, 2015, p.9).

Ainda citamos, o material editado pela Comissão Europeia, o Guia para Inovação Social de 2013 elencou seis tendências societárias cuja IS teria potencial de atuação: I. Na demografia, sustentada pelos fluxos migratórios e pelo envelhecimento da população; II. Na sustentabilidade ambiental, motivada pelas questões de poluição das águas, da energia e das alterações climáticas; III. Nas novas tendências de uma sociedade digital; IV. Nas questões da pobreza e exclusão social; V. Na saúde e bem-estar e VI. no comércio justo. Ou seja, tendências bem abrangentes e ambiciosas que podem ter potencial para inúmeras ações na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Se olharmos com atenção para o Guia, trata-se de um processo dividido em quatro elementos: 1. Identificação de necessidades sociais novas/não atendidas/inadequadamente atendidas; 2. Desenvolvimento de novas soluções em resposta a essas necessidades sociais; 3. Avaliação da eficácia de novas soluções no atendimento às necessidades sociais e 4. Ampliação de inovações sociais efetivas (Pereira Jesus, 2019). Mas esses 4 elementos do processo de inovação também podem seguir rumos diferentes em teoria.

O processo de inovação social possui inúmeras definições, para Frazão, Carvalho e Carlos (2015), por exemplo, ele deve atender a dois requisitos, sendo o primeiro a sua novidade, que precisa ser percebida como nova para determinado contexto ou aplicação. E o segundo é a melhoria, é necessário ser mais eficaz e superar as alternativas preexistentes.

Toda a metodologia da inovação social vai passar por uma contínua troca entre os desenvolvedores e os seus beneficiários na intenção de suprir necessidades e expectativas, por vezes, os atores são os movimentos sociais, organizações públicas e privadas, indivíduos pertencentes a sociedade civil, todos sendo fomentadores de mudança e transformação social.

Para Mulgan *et al* (2007), existem 4 (quatro) fases no processo de inovação, a primeira é a de identificação de uma necessidade não atendida ou mal atendida, depois na segunda é o momento de testar na prática uma ideia promissora, pensando em organizações, movimentos sociais, voluntários, ativistas, pesquisadores, entre outros atores sociais, para que na terceira fase, possamos alimentar, ampliar e adaptar a ideia inovadora para determinada realidade, e cabe novamente reforçar que as expressões da questão social são diferentes a variar de acordo com a área de abrangência, e por fim, na quarta fase temos o aprendizado e os resultados. Com base no proposto por Mulgan *et al* (2007), sobre o processo da inovação social elaborou-se um ciclo, o qual podemos observar abaixo

Figura 1 - 4 Fases da Inovação Social: Processo proposto por Mulgan *et al*, 2007.



Fonte: Mulgan *et al*, 2007. Organização: A autora, 2024.

Parecendo com a linha de pensamento de Mulgan (2007), temos Murray (2010) e Caulier-Grice *et al* (2012), que também buscam descrever o processo de inovação social, porém compreendendo-os em seis fases. A primeira fase é a das inspirações e diagnóstico, que vai envolver a identificação da necessidade e busca por uma formulação das causas do problema social. Na segunda fase temos as propostas e ideias, pensando nas possíveis soluções para aquela necessidade e problema. A terceira fase é o "protótipo" momento em que as ideias são testadas na realidade escolhida.

A quarta fase é a da sustentação onde temos o desenvolvimento das ações e a garantia de uma visibilidade financeira para as soluções, levando em consideração o período proposto. A quinta fase refere-se a difusão, é neste momento que tem-se a definição de estratégias para o crescimento da Inovação social. E por fim, na sexta fase temos a mudança sistêmica que trata-se do objetivo final, é nesse estágio que busca se influenciar os movimentos sociais, as leis e regulamentações, os modelos de negócios, as instituições, a estrutura social como um todo. E com base nas propostas, elaborou-se outro círculo, observe abaixo

Figura 2 - 6 Fases da Inovação Social: Processo proposto por Murray *et al*, 2010.



Fonte: Murray *et al*, 2010. Organização: A autora, 2024.

Outro modelo interessante é o proposto por Neumeier (2012), o qual é definido por três estágios, o da problematização, o da expressão de interesses e o da delimitação e coordenação. No primeiro estágio, um grupo ou um ator da sociedade civil decide mudar comportamentos e atitudes existentes. O segundo estágio vai ocorrer quando outros atores, que ainda não estavam envolvidos neste processo de inovação social, reconhecerem essas mudanças de comportamento dos primeiros atores. E então no terceiro estágio vai ocorrer uma coordenação para a construção de uma capacidade coletiva dos atores para resolver um determinado problema.

Figura 3 - 3 Estágios da Inovação Social: Processo proposto por Neumeier, 2012.



Fonte: Neumeier, 2012. Organização: A autora, 2024.

Os processos de inovação são importantes para entender e classificar o método e a estrutura, é o momento do estímulo, planejamento, operação e resultados, compreendendo como um todo. Com etapas bem definidas é possível alcançar objetivos e identificar potenciais na realidade, portanto, estudar os mais variados tipos de processos de inovação social é essencial para a compreensão do conceito que está em construção.

Sendo um conceito muito moderno, para Rodrigues (2007, p.118), ele tem como aspecto “novas formas de fazer as coisas com o fim explícito de rearranjar os papéis sociais ou de dar outras respostas para situações sociais insatisfatórias e problemáticas.” Neste sentido, o retorno dos resultados também deve fazer parte do processo de inovação social, visto que os erros e as dificuldades precisam ser melhoradas para que na sequência a ideia inovadora possa colaborar ainda mais com a sociedade.

Devemos ter clareza de que a inovação social é o “[...] ponto de partida para a construção de um novo modelo para atendimento às demandas sociais com respeito à diversidade e à unidade humana, e que contribua para a promoção da igualdade na sociedade pós-moderna” (Farfus; Rocha, 2007, p.19). E vale mencionar que diversidade humana significa uma infinidade de diferenças e disparidades entre os indivíduos ou de grupos que fazem parte da convivência em sociedade.

Percebemos até aqui que a inovação social é um conceito em construção e por vezes até mesmo em disputa. É só olharmos para a proposta do Instituto Godin (2012), que ressalta a dissociação entre um conceito centrado sobre uma finalidade ou um conceito centrado no processo. Mas o que isso significa? Significa que existem duas abordagens, uma de característica institucional que nos leva a entender a inovação social enquanto um instrumento de modernização das políticas públicas, e outra de caráter empreendedor que contempla uma figura de empreendedor social com uma finalidade social nas suas ações.

Outros autores trazem até mesmo uma tripla concepção de inovação social, como Richez-Battesti, Petrella e Vallade (2012), que voltam o conceito para: um instrumento de modernização das políticas públicas, um meio de se somar a visão empreendedora ou então a inovação social enquanto um sistema para inovar territórios e remeter a inclusão e participação popular.

Se nos voltarmos para essa visão empreendedora, é muito fácil confundirmos a inovação social com o empreendedorismo voltado ao mercado e a competição, portanto é preciso entender que não existe um setor dominante para esta definição de inovação. Para Phills Jr., Deiglmeier e Miller (2008, p.37), “[...] ao contrário dos termos empreendedorismo social e empresa social, a inovação social transcende setores, níveis de análise e métodos para descobrir processos - estratégias, táticas e teorias da mudança - que produzem impacto duradouro.”

Percebemos que “[...] a inovação social costumava ser considerada a reserva privada do terceiro setor” (Mulgan, 2010, p.58), mas as pesquisas mais atuais vão justamente colocar que a inovação social

ocorre em todos os setores, sendo inovações específicas que muitas vezes transitam de um setor para outro na medida em que evoluem.

Neste sentido, compreende-se que a inovação social pode ser entendida enquanto um elemento de transformação social, mas também enquanto um fenômeno que pode dar resposta à questão social, e por vezes essa dualidade pode se mesclar ou ser trabalhada separadamente, a depender da visão teórica de cada autor. É importante então ter essa clareza de que a inovação social pode tramitar entre o setor privado, o setor público e o terceiro setor, a medida em que ela se expressa enquanto uma ideia inovadora de caráter social, a qual não é exclusiva de um setor ou outro.

Anteriormente trabalhamos outras ramificações de inovação, então cabe colocar que estas outras formas de inovar, que podem ser trabalhadas de maneira organizacional e institucional, podem proporcionar consequências sociais, ou seja, nessa perspectiva "toda inovação é social" (Bouchard, 2006, p.1). Portanto, o impacto social não é algo exclusivo da inovação social, pois é possível encontrá-lo em outras camadas inovadoras, porém é com ela que temos este aprofundamento.

Para Brandsen *et al* (2016, p.5), o grande problema em definir a inovação social é justamente a atribuição "social" que reside na "inovação". Para os autores, devemos ter o entendimento mais complexo da inovação social e não uma mera definição classificatória de ação ou produto. Neste sentido, concorda-se com os autores na medida em que não devemos limitar a inovação social, pois entende-se que isso por vezes pode impedir que o conceito se dissemine ou avance.

Da mesma forma com que não podemos desvalorizar o que se tem construído do conceito até então, pois cada teórico acrescenta um novo sentido ou busca ampliar um já existente. É justamente por isso que nesta obra não iremos nos limitar em apenas um caminho para se fazer inovação social, iremos trabalhar as análises tanto na perspectiva de políticas públicas, quanto às de um empreendedorismo social, mas também a de transformação social, fazendo uma junção entre perspectivas diferentes cujo objetivo final ainda terá um caráter de impacto ou implicação social.

Enquanto síntese de definições que utilizamos para a construção deste item e para ilustrar, organizou-se um quadro com alguns dos autores que debatem inovação social e que foram importantes nossa compreensão do termo

Quadro 3 - Síntese de algumas definições de Inovação Social

| Autores: | Ano: | Definição: |
|----------------------------|-------------|--|
| Taylor | 1970 | Modelos de aperfeiçoamento de ações, novas formas de desenvolver coisas e invenções sociais. |
| Dagnino e Gomes | 2000 | Visa aprimorar a efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados ao atendimento das demandas sociais. |
| Lévesque | 2001 | Novas alternativas são postas em prática com o intuito de enfrentar uma situação de vulnerabilidade social. |
| Farfus e Rocha | 2007 | Um novo modelo para atender às necessidades sociais, respeitando a diversidade e a unidade humana, além de promover a igualdade na sociedade contemporânea. |
| Mulgan <i>et al</i> | 2007 | Ideias inovadoras que atendem a objetivos sociais; Propostas e ideias para suprir necessidades sociais, principalmente disseminados por organizações cujo foco é de natureza social. |
| Bignetti | 2011 | Uma das maneiras de procurar opções viáveis para superar os desafios que a sociedade enfrenta. |
| Lopes | 2015 | Capacidade de aprimorar a qualidade ou a quantidade de vida das comunidades que dela se beneficiam. O enfoque se transforma na proteção da qualidade de vida de indivíduos para o bem-estar das coletividades. |

Fonte: Pesquisas realizadas. Organização: A autora, 2024.

Sem a intenção de esgotar o estudo de outros autores que também estudam o termo, as citações, contribuições e o quadro servem para nos mostrar que ao longo dos anos a inovação social vem ganhando cada vez mais camadas. A inovação social começa no problema social e termina na ação que precisa ter impacto, seja qual for o autor essa deve ser a premissa de inovar socialmente.

Desde pensar novos modelos de ações, elaboração dos processos, efetividade de serviços, enfrentamento de desigualdades, atendimento de demandas e necessidades sociais, superação de desafios até o pensar coletivo do bem-estar da sociedade, o que demonstra sua capacidade de mudanças nos mais variados contextos sociais.

E diante do exposto, também cabe-nos ressaltar que esta não é a única maneira de preocupação ou elaboração de novas alternativas aos problemas sociais e as expressões da questão social, afinal, conceitos como o da Economia Solidária e da Tecnologia Social também vem fazendo suas contribuições, e por vezes, podem ser confundidos com a perspectiva de inovação social. Portanto, precisamos esclarecer o que é cada um deles.

1.4 DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES ENTRE INOVAÇÃO SOCIAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E TECNOLOGIA SOCIAL

Alguns teóricos criticam a ideia de trabalhar a inovação social junto a conceitos como o da economia solidária e o da tecnologia social, por acreditarem que isso pode empobrecer a discussão mais complexa da inovação social em si. Ou seja, é preciso considerar a individualidade de cada conceito, mas também é importante não desconsiderar os laços e aproximações que podem ter entre si. Um dos autores que trabalha nesta lógica é Monteiro (2019), que em um artigo publicado na revista Dados, do Rio de Janeiro, nos traz alguns exemplos interessantes.

O autor nos conta a experiência de inovação social vivenciada em Portugal, que por vezes se atrela a essa discussão de economia solidária. Em seu artigo coloca que "Em Portugal, uma das faces mais visíveis da interpenetração entre setores está bem patente no fato de serem, em variadas circunstâncias, fundações patrocinadas por grandes multinacionais e instituições financeiras que apoiam e financiam o surgimento de novas experiências socialmente inovadoras" (Monteiro, 2019, p.8). Além disso, usa o exemplo da Fundação Eletricidade de Portugal (EDP), que possui a missão de levar para a Economia Solidária a noção e a prática do empreendedorismo social e da sustentabilidade, fundamentais para o desenvolvimento e para a sobrevivência das organizações sociais.

A Fundação EDP procura novas soluções para velhos problemas, afastando-se da lógica do apoio assistencialista e da filantropia do donativo. Atuar nas origens, procurar fórmulas, promover a colaboração entre todas as "Partes Interessadas", partilhar conhecimentos, disseminar ferramentas de gestão e de capacitação dos recursos humanos das organizações, fomentar uma cultura de resultados, procurar a sustentabilidade dos projetos – tudo isto é fundamental para quebrar os ciclos viciosos e de dependência. Mas não é suficiente. E é aqui que entram as escolhas, ou seja, a determinação de seguir um rumo e dar eficácia aos recursos investidos. (Monteiro, 2019, p.9).

Apesar da relação evidente e de muitas aproximações, precisamos esclarecer que muitas iniciativas que surgem na inovação social nem sempre seguem os parâmetros e vieses da Ecosol. Porém, pensando nesta possível relação entre os conceitos, precisamos refletir sobre suas dimensões, seus princípios e seus desafios.

Contextualizando então, no mundo todo, a partir da década de 70, ocorreram mudanças estruturais nos âmbitos tecnológico, como por exemplo muitas das ideias advindas da inovação tecnológica, e também

no quesito político e econômico, o que exigiu novas posturas nas relações de trabalho devido a pressão colocada pelo sistema capitalista. Essa lógica de competição que já era dominante séculos antes se fortaleceu, enquanto ações solidárias foram perdendo o espaço que estavam conquistando. E vale ressaltar que nas décadas de 60 e 70 é que temos as primeiras menções à inovação social.

O conceito de economia solidária (Ecosol) proporciona uma ênfase sobre o desejo da economia social na sua origem, de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária. (Lechat, 2002, p. 3). E considerando tais mudanças históricas e as revoluções ao redor do mundo, segundo aponta Singer (2004, p. 11) “[...] O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual”. Mas vale ressaltar novamente que, é um conceito e movimento diferente do da IS, mesmo que a questão de desenvolvimento justo possa caminhar da mesma forma.

Para Jean-Louis Laville (2009, p.42), a economia solidária insiste em um projeto de democratização da economia e reúne todas as formas de iniciativas, e ela ultrapassa a economia social justamente por este novo embate, no qual “A economia solidária trouxe ao debate público as noções de utilidade social e de interesse colectivo e colocou a questão do objectivo das actividades que surgira de modo enganador na economia social centrada nas relações entre actividade e actores.”

O que norteia os projectos associativos e cooperativos citados não é a vontade de limitar a acção pública. Pelo contrário, os seus responsáveis insistem no carácter indispensável da acção pública, mas acrescentam que as políticas públicas são levadas a repensar os respectivos modos de intervenção para integrar as iniciativas que têm como objectivo uma democratização da sociedade. (Laville, 2009, p.40)

Para Filho (2002, p.13) “[...] com a noção de economia solidária, a questão que se coloca é aquela de um novo relacionamento entre economia e sociedade.” E em concordância com Ronconi (2003, p.105) citamos que “[...] os valores de solidariedade, democracia, autogestão e autonomia devem se sobrepor aos valores do capital; devem coexistir com o mercado capitalista e, ao mesmo tempo, criticá-lo.”

Gaiger (2003, p.3), nos leva a refletir sobre o apoio que a Ecosol passou a receber nos últimos anos, esses lindos de ativistas, organizações sociais e até mesmo órgãos públicos, geralmente setores da esquerda que reconhecem “[...] uma nova expressão dos ideais históricos das lutas operárias e dos movimentos populares, passaram a integrar a economia solidária em seus debates, em seus programas de mudança social.” Portanto, a economia solidária apresenta-se como uma alternativa às formas de produção e consumo na sociedade, desenvolvendo ações que priorizem a inclusão social, a autogestão e a participação coletiva nas relações de trabalho, seguindo os princípios da solidariedade, cooperação e sustentabilidade para que as ações possam se estender na perspectiva igualitária.

Neste sentido, pensando na origem da Ecosol e na própria origem da inovação social, percebe-se algumas semelhanças, como a preocupação com a sustentabilidade, a visão não-competitiva mas sim cooperativa e colaborativa, a necessidade de trabalhar com a inclusão social, além de terem atores comuns, como os movimentos sociais, a sociedade civil, instituições não-governamentais, gestores e representantes políticos.

Mas voltamos a Monteiro (2019, p.13), com base em Lévesque (2006) e Klein *et al.* (2009), nos leva a perceber que “O ponto comum e fundador desta outra aproximação à inovação social é o de que a economia social e solidária, assim como as dinâmicas de desenvolvimento local, se apresentam como importantes fatores, e motores, da inovação social.” Neste sentido, não trata-se de um conceito conjunto ou um complemento, mas sim de conceitos que podem se somar a depender das ações e dos objetivos de desenvolvimento no qual serão aplicados.

Se forem vistos em um mesmo entendimento corremos o risco de enfraquecer ambas as discussões, então mesmo que possam ser usados juntos e ter semelhanças, precisamos estar atentos às suas particularidades. Como dito por Monteiro (2019, p.14) “O encastramento da inovação social em dinâmicas locais ligadas à economia social e solidária e a interpretação daquelas como “laboratórios de inovação social”, altera significativamente a configuração do conceito”.

Para o mesmo autor essa alteração segue três domínios, sendo o primeiro na centralidade conferida ao processo que conduz à inovação, o segundo na importância que os fatores de contexto adquirem e, em terceiro, na orientação da inovação social para valores que se confundem com a redefinição do paradigma de desenvolvimento e a transformação social. Monteiro (2019, p.14), acrescenta que “A finalidade da inovação não é definida previamente, resultando antes da capacidade para empreender coletivamente o trajeto entre a identificação das necessidades e a provisão de soluções.” A inovação social pode partir também de iniciativas privadas que visem o lucro, bem como, das não-lucrativas, do setor públicos, e assim por diante.

Quanto à questão de lucros, vale informar que a Ecosol busca reforçar seu projeto social e ser eficiente. No que refere-se ao lucro e rendimentos, é preciso esclarecer que o uso justo de recursos é também pensado na geração de outros recursos. Afinal, os governos não oferecem dinheiro o suficiente para essas iniciativas e portanto as mesmas ficam a mercê de buscarem por novas soluções.

Diante desta crítica é preciso enfatizar o verdadeiro propósito da inovação social, a qual só adquire verdadeiro valor quando se dissemina, se institucionaliza e se coloca ao serviço de mudanças permanentes. Além do mais, ela é capaz de refletir o modo como tanto a dimensão funcionalista como a sua orientação sociopolítica são fundamentais para a concretização da inovação social (Monteiro, 2019, p.15).

A economia solidária pode se apropriar da inovação social, assim como o mercado empreendedor e o terceiro setor também podem, não existe um campo específico que possui esse monopólio do conceito ou

de suas ações. Ainda de acordo com Monteiro (2019, p.17), “ [...] cada um deles é incompleto na sua formulação própria. A inovação implica a acentuação de determinadas características já presentes no desenvolvimento local e na economia social e solidária.” Sendo assim, ações como as da Fundação Eletricidade de Portugal (EDP), podem ser consideradas inovadoras nesta perspectiva.

Outro ponto importante envolve uma resolução do ano de 2023 adotada pela Assembleia Geral da ONU, a resolução Promovendo a Economia Social e Solidária para o Desenvolvimento Sustentável (A/RES/77/281), propondo que os conceitos também podem ser estabelecidos em conjunto. As recomendações de atuação estão propostas em documentos que incentivam o apoio de agências a implementação da ESS em níveis nacional, local e regional. (Gomes, 2024).

Sendo assim, por meio de estratégias, programas e incentivos financeiros, adaptados a qualquer estágio de desenvolvimento, é possível trabalhar a Ecosol nos moldes do desenvolvimento sustentável, afinal, a ESS é uma estratégia fundamental para o alcance dos objetivos sustentáveis, reconhecidas pela própria ONU. As comunidades locais colhem benefícios da Economia Solidária e Social, uma vez que essa abordagem é voltada para objetivos sociais e econômicos adaptados ao contexto em que é aplicada. Esses objetivos são sustentados por valores como cooperação, solidariedade, sustentabilidade e autogestão. Várias formas de organizações podem promover e fomentar a iniciativas solidárias, o que possibilita sua aplicação em diversas áreas e níveis. E o apoio de todo um ecossistema é essencial para o avanço.

[...] os ODS não podem ser totalmente realizados sem a mobilização efetiva das entidades e dos atores da economia social e solidária (a realização de 65 das 169 metas dos 17 ODS baseia-se em parte na economia social e solidária), destacando as características da economia social e solidária de proximidade, transversalidade e interconectividade, assim como a sua capacidade prática de responder de forma articulada aos diversos ODS. (Pitacas, 2019, p.4).

A ESS é uma forma de organizar a produção e a distribuição que se baseia em valores sociais, que estão em concordância com os propostos pela ONU, e seu reconhecimento integra as discussões em termos de geração de emprego, prestação de serviços sociais, promoção da igualdade de gênero e empoderamento de mulheres, novos financiamentos acessíveis e promoção do desenvolvimento econômico local, o qual deve considerar um crescimento inclusivo e sustentável que proteja o meio ambiente.

Sendo assim, a inserção da economia social e solidária nas pautas dos fóruns internacionais como uma ferramenta fundamental para a realização da Agenda 2030 e a efetivação dos ODS também deve ser prioridade nos próximos anos, reforçando o apoio a organizações como cooperativas, associações, bancos comunitários, clubes de troca, empresas sociais e em outras entidades que desenvolvem atividades econômicas, sociais e ambientais de interesse coletivo ou geral que se baseiam em princípios sociais e solidários.

Outro conceito que, por vezes, pode ser visto junto ao da inovação social e até mesmo da economia solidária é o da “Tecnologia Social”, e assim como a crítica anterior ressaltou a importância de entender separadamente cada conceito, o mesmo se aplica aqui. Vamos pensar na tecnologia social também como uma concepção próxima, que possui similaridades, mas que é diferente e possui definições e estudos particulares.

O conceito de tecnologia social emerge a partir da década de 1990 e desde então passa por inúmeras evoluções, para Duque e Valadão (2017), o termo chega em duas visões principais, sendo elas, a de tecnologia como práticas sociais, que proporcionam transformações sociais em uma determinada comunidade, e as tecnologias como instrumentos geradores de mudanças sociais. Rodrigues e Barbieri (2008, p.1076) demonstram alguns dos parâmetros de tecnologia social que fornecem critérios para a análise das ações sociais decorrentes ou propostas:

Razão de ser da tecnologia social: atender as demandas sociais concretas vividas e identificadas pela população;
Processo de tomada de decisão: processo democrático e desenvolvido a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação da população;
Papel da população: há participação, apropriação e aprendizado por parte da população e de outros atores envolvidos;
Sistemática: há planejamento, aplicação ou sistematização de conhecimento de forma organizada;
Construção do conhecimento: há produção de novos conhecimentos a partir da prática;
Sustentabilidade: a tecnologia social visa à sustentabilidade econômica, social e ambiental;
Ampliação de escala: gera aprendizagem que serve de referência para novas experiências.

A Tecnologia Social pode ser uma das tentativas de buscar alternativas ao modelo econômico dominante, a chamada tecnologia social, que para o Instituto de Tecnologia Social - ITS⁶ (2007, p.25), trata-se de um “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”.

As tecnologias sociais envolvem uma abordagem sistêmica que considera os seguintes fatores: 1. compromisso com a transformação social; 2. criação de um espaço de descoberta de demandas e necessidades sociais; 3. relevância e eficácia social; 4. sustentabilidade socioambiental e econômica; 5. inovação; 6. organização e sistematização; 7. acessibilidade e apropriação das tecnologias; 8. processo pedagógico para todos os envolvidos; 9. diálogo entre diferentes saberes; 10. difusão e ação educativa; 11. processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação. (ITS, 2007).

Para Farfus e Rocha (2007, p.210), o conceito de tecnologia social pode destacar a “[...] transformação social, o processo pedagógico, o diálogo entre diferentes saberes e, principalmente, a

⁶ É uma associação que busca contribuir para a construção de “pontes” eficazes das demandas e necessidades da população com a produção de conhecimento do país, qualquer que seja o lugar onde é produzido – instituições de pesquisa e ensino, ONGs, movimentos populares, poderes público e privado. (ITS, 2007).

inovação, como fatores que são demarcadores do momento histórico de transição denominado sociedade pós-moderna.” Neste sentido, estamos pensando na busca por metodologias para a transformação e inclusão social, e visto este objetivo próximo a inovação social é necessário pensar em uma perspectiva emancipatória.

As tecnologias sociais são criadas e implementadas para promover transformações a partir da interação e da luta política entre diferentes grupos e buscam defender interesses e necessidades das comunidades locais, desenvolvendo uma crítica ao status quo e reivindicando mudanças profundas (Dagnino, 2009).

Existem muitas discussões sobre a tecnologia social ser compreendida sobre as lentes da inovação social em uma forma de unir os conceitos e agir enquanto complementares das lacunas existentes em ambas as definições. A própria ideia de transformação social é encontrada nas duas linhas de pensamento, considerando o contexto de origem e os caminhos que se devem percorrer, portanto apesar de diferentes e de existirem similaridades, podem ser trabalhadas em conjunto.

Pode-se afirmar que, na América do Sul, o termo “tecnologia social” pode ser considerado equivalente ao termo “inovação social”, carregando uma longa história e um significado epistêmico muito forte. É importante ressaltar, no entanto, que o termo “social technology”, utilizado em publicações de língua inglesa, tem um sentido diferente do sentido utilizado na América do Sul, fazendo referência às redes sociais de internet, como Facebook e outras. (Souza; Pozzebon, 2019, p.234).

Os temas de “inovação social” e “tecnologia social” individualmente já têm gerado um interesse crescente entre os pesquisadores, abrindo possibilidades de uma possibilitando exploração mais profunda de fenômenos sociais emergentes e que se dispõem em trabalhar com o “social” antes de qualquer outro aspecto. Mas a intenção de ambos os termos não é a de desvalorizar a importância de interpretação política, cultural, econômica, tecnológica ou outros. E buscando realizar uma diferenciação e aproximação entre os conceitos trabalhos neste item organizou-se um quadro para ilustrar de forma objetiva as discussões

Quadro 4 - Aproximações e Diferenças: Inovação Social, Economia Solidária e Tecnologia Social

| Termo: | Definição: | Aproxima-se da Inovação Social: | Diferencia-se da Inovação Social: |
|---------------------------|--|--|---|
| Economia Solidária | A economia solidária se caracteriza como um modelo de produção, consumo e distribuição de renda que coloca o ser humano no centro, em vez do capital. | Ambas seguem princípios como sustentabilidade, justiça social, valorização do meio ambiente, desenvolvimento sustentável e prezam pelo acesso à cidadania. | A economia solidária apesar de trabalhar em outras áreas, busca focalizar suas ações no “trabalho” como base, já a IS pode ter sua base de apoio em outras categorias para ter seu início. |
| | É importante considerar que não se limita apenas a categoria de trabalho, tendo ações efetivas nas áreas da Assistência Social, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Educação, Saúde, Movimentos Sociais entre outras. Também encontra-se envolto de um debate democrático e de transformação social. | Ambas podem ser encontradas em ações diversas em áreas diferentes das políticas públicas e de instituições não-governamentais. | A economia solidária busca atuar onde o mercado formal não alcança, já a IS atua tanto na esfera formal quanto na informal, podendo ser encontrada no mercado ou fora dele. |
| Tecnologia Social | As tecnologias sociais são elaboradas e colocadas em prática com o objetivo de impulsionar mudanças através do diálogo e da disputa política entre distintos grupos, visando proteger os interesses e demandas das comunidades. | Ambas buscam atuar ou solucionar em meio a um problema social. | Por vezes, a tecnologia social busca ampliar o acesso à tecnologia por baixos custos, mas a inovação social pode zelar por preços altos a depender da solução tecnológica desenvolvida pela empresa ou startup sem perder seu caráter social. |
| | | Buscam por mudanças nas comunidades e prezam pelo seu desenvolvimento. | |
| | | Ambas geram inovações na comunidade através de tecnologias não tão presentes no mercado. | |

Fonte: Pesquisas realizadas. Organização: A autora, 2024.

Como percebemos existem diferenças e aproximações entre os três conceitos trabalhados nesse item, mas algo em comum e talvez a principal ponte de ligação entre eles é a percepção de desenvolvimento sustentável. Este modelo de desenvolvimento consiste no crescimento abrangente que engloba os elementos de um sistema de consumo em larga escala, prezando pela preservação do meio ambiente e das pessoas que nele vivem, e possui três princípios fundamentais: sustentabilidade econômica, ambiental e social.

E com a intenção de se debruçar sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, entender sua abrangência, importância e o diferenciar de outros como o desenvolvimento local e territorial, entraremos no segundo capítulo desta obra. Bem como, compreender a inovação social enquanto um dos elementos impulsionadores desta perspectiva de desenvolver o mundo.

1.5 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

Algumas décadas atrás, muitos sinais de degradação do meio ambiente que terminavam em catástrofes eram parcialmente raros, porém com o passar dos anos isso tem ficado cada vez mais evidente, sendo negligente ignorar tais fatos. A degradação socioambiental atinge todas as regiões do planeta, e isso ocorre independentemente do sistema econômico, político e social de cada país. As mudanças climáticas possuem impactos sociais muito emergentes, e por vezes não são levados com tanta consideração na atualidade, seja nas agendas de nossos governantes ou mesmo uma preocupação da própria população, que muitas vezes não compreende a gravidade da questão.

Aparentemente, não causa mais espanto a ninguém que os rios e lagos, os oceanos, as florestas, o ar, a biodiversidade, os genes ou as zonas costeiras sejam consideradas pelos economistas e tecnocratas de plantão como bens gratuitos, num processo de mercantilização progressiva (e intensiva) daquilo que constitui, na realidade, o patrimônio comum da humanidade. (Vieira; Cazella, 2009, p.12).

A degradação dos ecossistemas compromete a qualidade de vida do planeta, dos animais e dos seres humanos, o que prejudica a vida material, social, psíquica, cultural, espiritual e ambiental, e já passou da hora de buscarmos soluções que tentem reverter os possíveis danos. Assim como o aumento das catástrofes, existe certamente um aumento da preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade, como é o caso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que buscam estruturar e organizar objetivos nos países que firmam um compromisso através da Organização das Nações Unidas (ONU), as chamadas agendas sustentáveis, que no caso atual estamos rumo à consolidação da Agenda 2030.

Em 1972, o conceito de "Desenvolvimento Sustentável" foi introduzido pela primeira vez na Conferência de Estocolmo, realizada na Suécia. Este evento marcou o início de discussões internacionais sobre questões ambientais emergentes e, posteriormente, o termo passou a ser parte integrante de movimentos sociais voltados para a sustentabilidade. A ONU começou a promover conferências com o objetivo de reunir líderes globais e fomentar iniciativas que apoiassem esse projeto de desenvolvimento.

Propor um modelo que busque adotar os parâmetros de sustentabilidade tendo em conta o risco ambiental e a necessidade das pessoas é o que justifica a existência do Desenvolvimento Sustentável, que de acordo com Romeiro (2012, p.65), "Para ser sustentável, o desenvolvimento deve ser economicamente sustentado (ou eficiente), socialmente desejável (ou incluyente) e ecologicamente prudente (ou

equilibrado)”. Trata-se também de um conceito em construção, que para alguns autores está muito ligado à Economia Verde⁷, para tanto, “o paradigma mestre do DS é promover um desenvolvimento que represente efetivamente bem-estar, justiça, cidadania e qualidade de vida para as atuais e futuras gerações” (Pereira, 2012, p.125).

Visando discutir a proteção do direito ao desenvolvimento das futuras gerações, em 1992 ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, referida como Rio-92. O evento contou com a presença de aproximadamente 100 líderes mundiais no Rio de Janeiro resultando na assinatura de um compromisso para a promoção do desenvolvimento sustentável, conceito este que foi difundido na Cúpula da Terra (Rio-92). Além do mais, “[...] avolumam-se as reformas institucionais e as regulamentações jurídicas, ao mesmo tempo em que se adensam as redes transnacionais de militantes sócio-ambientalistas” (Vieira; Cazella, 2009, p.13).

Em 1993, em uma pesquisa de Gilberto Filho, temos dados de que na década de 1980 a expressão "desenvolvimento sustentável" estava se difundindo devido a influência de conferências mundiais sobre conservação e desenvolvimento, na qual foram pensados os princípios de: 1) Integrar conservação da natureza e desenvolvimento; 2) Satisfazer as necessidades humanas fundamentais; 3) Perseguir equidade e justiça social; 4) Buscar a autodeterminação social e da diversidade cultural; 5) Manter a integridade ecológica. Na época o conceito ganhou força enquanto um modelo de desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras, considerando justamente o ambiente natural e a qualidade das relações humanas.

O diferencial do DS é o fato de que por muitas décadas o desenvolvimento econômico se encontrava limitado a uma ótica restrita que considera os determinantes fundamentais do crescimento econômico sem levar em conta o meio ambiente. Esse fato se tornou mais explícito na década de 1970, quando muitos pesquisadores passaram a estudar quais seriam os limites do crescimento em um contexto onde os recursos naturais são finitos. (Diniz; Bermann, 2012). Sendo assim, desenvolver de forma sustentável é uma evolução e inovação em relação aos modelos de desenvolvimento mais antigos por incorporar a necessidade de uma igualdade entre gerações,

A questão da igualdade entre gerações sob o prisma da sustentabilidade significa que cada geração deve ter o mesmo bem-estar, ou a mesma igualdade de oportunidades, que as demais. Em termos do meio ambiente, não deve haver uma deterioração desse que impeça uma geração de alcançar o mesmo bem-estar que uma geração anterior. Logo, a preservação do meio ambiente surge como uma forma de evitar o aumento da desigualdade entre gerações. (Diniz; Bermann, 2012, p.324).

⁷ Pode-se definir como aquela que “resulta em melhoria do bem-estar humano e equidade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica” (United Nations, 2011, p.16).

A questão por trás da desigualdade entre gerações é ampla, pois envolve uma medida de bem-estar, e não somente uma comparação da renda, e segundo os autores é sob este prisma da sustentabilidade que o DS se encaixa, sendo necessário considerar todas as formas de desigualdade e envolver o meio ambiente, afinal “[...] ninguém defende a preservação a qualquer custo, mas é necessário que haja critérios que norteiam o uso racional dos recursos naturais de modo sustentável” (Diniz; Bermann, 2012, p.324).

Com a chegada dos anos 2000 ocorreu a Cúpula do Milênio das Nações Unidas, realizada em Nova York e assistida por mais de 100 chefes de Estado. Foram então estabelecidas 8 metas que ficaram conhecidas como “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)” sendo eles



Fonte: ONU, 2000.

Uma nova edição da cúpula ocorreu em 2010, reunindo mais de 150 lideranças e diversas figuras da sociedade civil, com o objetivo de intensificar o incentivo e a ação coletiva no combate à pobreza extrema, à fome e às doenças. Foi solicitado ao então Secretário Geral das Nações Unidas Ban Ki-moon, elaborasse recomendações sobre os próximos passos, o que resultou no apelo para o cumprimento das metas e a importância de serem pautas presentes nas agendas políticas governamentais. Dois anos depois, em 2012 temos a Rio +20 cujo objetivo era examinar o avanço alcançado até aquele momento e elencar as falhas ainda presentes na execução dos resultados das cúpulas passadas, enfrentando os novos desafios que estavam surgindo.

Chegamos então na atual agenda, a de 2030, a qual surgiu em setembro de 2015, com a presença de representantes de 193 países, incluindo o Brasil, na qual formalizaram, por meio do documento "Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", o reconhecimento da urgência em erradicar a pobreza e demais desigualdades sociais em todas as suas diferentes manifestações. É neste momento que os objetivos de desenvolvimento sustentável foram definidos pela ONU e compartilhados com o mundo na intenção de promover uma sociedade mais justa e sustentável.

Os objetivos servem como um apelo universal para proteger o planeta, contribuir com o enfrentamento das desigualdades e garantir que todas as pessoas tenham o mínimo de bem estar e dignidade. A Agenda 2030 estabeleceu 17 objetivos, 232 indicadores e 169 metas nas três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Mas cabe informar que mais adiante buscaremos entender o porquê de em alguns países os objetivos totalizarem 18, como é o caso do Brasil, portanto a figura abaixo já inclui a nova atualização.



Fonte: ONU, 2015.

Os ODS têm ganhado cada vez mais espaço, sendo abordados em campanhas de empresas e instituições (governamentais e não-governamentais), na academia enquanto tema de artigos, dissertações, teses e outros materiais, e para cumpri-los é preciso iniciativas individuais e coletivas. Porém, a visibilidade ainda não atingiu níveis de marca global, fato este que leva boa parte da população a não conhecer tais objetivos e os motivos que os levam a serem tão emergentes nos dias atuais. Segundo um estudo do Ibope (2017), quase metade dos brasileiros não conhecem os objetivos sustentáveis, sendo que 38% da população brasileira já ouviu falar sobre o tema, mas não sabem dizer o que são, não conhecem iniciativas e nem sua interação com a própria ONU, enquanto é apontado que apenas 1% conhece o assunto de fato.

Por mais que o conceito esteja também ganhando destaque nos últimos anos, a grande maioria dos países permanece com altos níveis de pobreza e com dificuldades de iniciar um processo de crescimento econômico sustentável. As decisões tomadas pelos representantes desses países ou pelas comissões dos ODS são o ponto crucial para avançar, mas a depender do cenário político e da gestão das ações isso se torna um desafio ainda maior.

No caso específico da realidade brasileira, muitas iniciativas para neutralizar a crise ambiental têm se mostrado fragmentadas ou insuficientes, sendo raro encontrar experiências bem sucedidas que possam levar o país a entrar no ranking de consolidação da agenda 2030. Ainda não ficou claro para o país que as questões climáticas e ambientais afetam diretamente as condições de desigualdade enfrentadas, “[...] não

estamos conseguindo romper o círculo vicioso da degradação ecossistêmica gerada por condições extremamente adversas de pobreza e exclusão social” (Vieira; Cazella, 2009, p.13).

Compreendendo então, que o desenvolvimento sustentável parte da problemática da degradação socioambiental e a sua relação com as necessidades da sociedade humana, é papel da academia dar luz a novos debates que possibilitem pensar em estratégias preventivas e passíveis de mudanças. Portanto, quando falamos que a inovação social pode colaborar com o desenvolvimento, estamos buscando por um desenvolvimento completo, do planeta e das pessoas, por este motivo ele precisa ser sustentável.

Cabe-nos entender separadamente o que cada objetivo sustentável almeja alcançar até 2030, para que possamos compreender a dimensão de uma agenda firmada por tantas nações em busca justamente desse desenvolvimento que garanta que as futuras gerações encontrem um mundo melhor.

O primeiro objetivo é o da “Erradicação da Pobreza” que pretende acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. No qual o Brasil firmou o compromisso de almejar que até 2030, reduzirá à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária. Além de buscar assegurar para todos o acesso à proteção social, garantindo a cobertura integral das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade. O ODS 2 é o de “Fome Zero e Agricultura Sustentável” que pretende erradicar a fome e alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição, além de promover uma agricultura sustentável que assegure saúde a todos. Portanto, o objetivo almeja acabar com a fome, em particular, das pessoas em situações vulneráveis, garantindo alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

O terceiro objetivo refere-se a “Saúde e Bem-estar” que buscará assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todos os lugares. Este ODS envolve questões como as de mortalidade materna e nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado, além acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e outras doenças. O quarto ODS “Educação de Qualidade” tende a almejar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem a longo prazo para todos. E no caso brasileiro que possui um sistema público de ensino, assegurar a oferta do mesmo e conduzir a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.

Como quinto temos “Igualdade de Gênero”, que pretende-se alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, acabando com todas as formas de discriminação existentes. Um dos seus indicadores é a existência ou não de arcabouço legal em vigor que possa reforçar e monitorar a igualdade e a não-discriminação com base no sexo. Seguindo deste objetivo temos o 6º “Água Potável e Saneamento” que visa garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos, em uma perspectiva de acesso universal e equitativo. Para além disso, considerar a melhoria da qualidade da água, reduzindo a poluição e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas à saúde.

O sétimo objetivo é o de “Energia Acessível e Limpa” que buscará garantir acesso à energia mais barata, confiável, sustentável e renovável. Para isso pretende-se aumentar a participação de energias renováveis na matriz energética global, além de reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo as energias renováveis. Já o oitavo objetivo “Trabalho Decente e Crescimento Econômico” anseia por promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, na qual teremos emprego pleno, produtivo e decente para todos.

O objetivo sustentável 9 é o que vai citar a ideia de inovação, trata-se de “indústria, inovação e infraestrutura”, por alguns chamado de “Os 3 Is” que anseiam desenvolver infraestrutura de qualidade, sustentável e resiliente, apoiando o crescimento econômico e o bem-estar, focando no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos. Tanto para as Nações Unidas quanto para o Brasil, uma das metas é fortalecer a pesquisa científica, incentivando a inovação, visando aumentar o emprego do conhecimento científico e tecnológico nos desafios socioeconômicos nacionais e nas tecnologias socioambientalmente inclusivas e a agregação de valor às commodities.

Contendo metas bem ambiciosas, o objetivo pretende prezar por uma infraestrutura confiável, sustentável e resiliente para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano. O Brasil se comprometeu em tentar até 2030 promover atividades econômicas inclusivas e sustentáveis, focado em alta complexidade tecnológica, com foco na elevação da produtividade. Por meio de soluções tecnológicas inovadoras, o país objetiva propiciar a integração em cadeias de valor e mercados. Além de reabilitar as atividades econômicas para torná-las sustentáveis, com foco no uso de recursos renováveis e adotar tecnologias e processos industriais mais limpos e ambientalmente adequados, o que é um grande desafio em meio a tantas catástrofes ambientais.

Na sequência, o 10º objetivo é o de “Redução das Desigualdades” que busca pela redução da desigualdade dentro dos países, levando como meta a promoção da inclusão social, econômica e política de todos. O 11º trata-se de “Cidades e Comunidades Sustentáveis” que pretende tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, promovendo a habitação segura e adequada também para assentamentos humanos e demais organizações habitacionais existentes.

Com a intenção de assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, temos o 12º objetivo de “Consumo e Produção Sustentáveis”, no qual o Brasil almeja consolidar a implementação de um plano de ação para a produção e consumo sustentáveis, em articulação com seus entes federados. E levando em consideração a própria degradação do meio ambiente, o 13º objetivo é o de “Ação Contra a Mudança Global do Clima” que pretende tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. No qual firmou-se o compromisso de reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos ambientais que estejam relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.

Agora mais focados no meio ambiente do que necessariamente nas relações humanas, temos o 14º ODS “Vida na Água” que objetiva a conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos, o que se soma ao 15º objetivo de “Vida Terrestre” que além de recuperar, busca proteger e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, reverter a degradação da terra, deter a perda de biodiversidade e combater a desertificação. Buscando por meio de legislações e monitoramento a eficácia de medidas protetivas ao meio ambiente.

Os dois últimos objetivos também são bem amplos, o 16º trata-se de “Paz, Justiça e Instituições Eficazes” e tem a intenção de buscar nas sociedades a promoção pacífica e inclusiva de acesso à justiça para todos, construindo instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Isso inclui a redução das taxas de feminicídio e de homicídios de crianças e adolescentes, negros, indígenas, mulheres e outros, agindo contra todas as formas de preconceito. E o 17º ODS “Parcerias e Meios de Implementação” é pensando nos objetivos como um todo para que haja o fortalecimento dos meios de implementação para revitalizar a parceria global de todos os países envolvidos.

Em dezembro de 2023 com a instituição da Comissão Nacional dos ODS (CNODS)⁸, via Decreto 11.704/2023, foi criada a Câmara Temática para um novo objetivo sustentável, o ODS 18 “Igualdade Étnico-Racial”, via Resolução n.2/2023, para dar continuidade às discussões e apresentação de um Plano de Trabalho. A justificativa para sua criação foi devido ao fato de que muitas pesquisas demonstraram que a questão étnico-racial merecia ser destaque enquanto objetivo para o alcance da sustentabilidade, algo que ainda não é suficiente. Neste sentido, o 18 ODS que propõe a promoção da igualdade étnico-racial foi anunciado em setembro de 2023 pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso na abertura da 78ª Assembleia da ONU.

Com a criação da Câmara Temática, para o ODS 18, no âmbito da CNODS e, após o anúncio presidencial, as tratativas para implementação de um ODS voltado para a Igualdade étnico-racial ganharam outro patamar. Sob a coordenação do Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Povos Indígenas e da Secretaria Executiva da CNODS, a CT-ODS 18 contou com adesão de membros da CNODS, considerando representações governamentais e da sociedade civil. (Brasil, 2024).

A criação do 18 ODS é ainda muito recente e pode ser vista enquanto um objetivo voluntário do Brasil e até mesmo restrito a um determinado governo, porém não trata-se de uma iniciativa inédita. Por exemplo, em outros países novos objetivos foram também incluídos pensando nas suas realidades, Martins e Souza (2023) informam que a Índia criou a o 18 ODS sobre “empoderamento local e o desenvolvimento rural”, e que na Costa Rica o foco é em “felicidade e o bem-estar das pessoas”. Ou seja, existem outros países que tomaram também a iniciativa de incluir novos objetivos, que não foram tão bem contemplados

⁸ Para acompanhar as notícias, relatórios, propostas e demais informações sobre a Comissão Nacional dos ODS - CNODS, acesse: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods>.

pela ONU em 2015. Sendo assim, já está tramitando esse novo objetivo, valorizando então a importância da igualdade racial entre as pessoas.

Visto a amplitude dos 18 ODS, cabe-nos refletir um pouco sobre o contexto atual, considerando todos os fatores políticos, culturais e econômicos que envolvem as relações humanas e os países membros. A pandemia, novos governos, guerras e acordos mundiais também interferem na efetivação dos objetivos aos quais almejam efetivar até 2030.

O panorama global é extremamente alarmante, já que a maioria dos países não alcançou nenhum dos dezessete objetivos propostos pela iniciativa lá em 2015, o que faz com que algumas pessoas se questionem se os ODS são de fato possíveis de efetivação ou apenas uma falácia e utopia. “Com base numa avaliação das metas dos ODS com dados de tendências, apenas 15% foram alcançadas ou estão na direção certa, 48% tiveram nenhum ou limitados progressos, com sérios desafios de consecução até 2030, enquanto 18% registaram retrocesso.”(Cavalcante, 2024).

É preciso considerar que a estrutura financeira mundial tem se mostrado inadequada para estimular o financiamento estável, para Cavalcante (2024), “[...] uma vez que a estimativa é que faltam aproximadamente 2,5 trilhões de dólares que deveriam ser anualmente investidos, sobretudo, nas nações emergentes.”

De fato, com o cenário atual se mostrando não muito eficiente é esperado que muitos questionamentos aconteçam, seja por parte de governos ou da sociedade civil, mas o que devemos considerar é que cada país possui suas características próprias e seu contexto cultural também interfere na efetivação de ações de compromisso mundial. A questão socioeconômica é um elemento essencial, sem o devido investimento muitas metas são quase impossíveis de serem alcançadas, portanto, principalmente em países com grandes índices de desigualdade social, é essencial que a reformulação da estrutura financeira dos ODS seja implementada com instrumentos que assegurem a implementação e ampliação de políticas públicas estruturantes, como por exemplo, no Brasil uma melhor atenção às políticas de alimentação, assistência social e educação.

Ainda com relação à estrutura financeira, o contexto global do ODS é não apenas ineficiente em relação aos investimentos constantes necessários aos países em desenvolvimento, mas também intensifica as desigualdades entre as nações, ao invés de mitigar. Neste contexto, parece que o caminho alternativo aponta para a prioridade nas políticas governamentais de políticas industriais e de inovação que promovam uma transformação disruptiva na economia. (Cavalcante, 2024).

Outro fato é a construção de dados e indicadores, pois muitas metas que aparecem, em relatórios como os construídos pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, os “Relatórios Luz”, apontam a estagnação ou a falta de informações para de fato acompanhar os objetivos. Para Kronemberger (2019, p.44), é importante que os países que possuem plataformas de acompanhamento dos ODS “[...]”

sinalizem os indicadores que ainda não conseguem produzir, devido à inexistência de dados. Mostrar que existem lacunas é positivo para orientar futuras pesquisas, para captar recursos e capacitação.”

O Brasil também enfrenta estagnação e quedas em muitas áreas de alcance dos objetivos, como segurança, acesso à eletricidade, qualidade da educação e saúde e entre outros. Os progressos observados são limitados e muitos não são nem sequer tabulados, o que demonstra outra grande dificuldade do país que é armazenar todos os dados referentes aos avanços e retrocessos das ODS. Para muitos o país segue em queda, afinal olhar para os erros é mais comum, porém muitas ações não são divulgadas e acabam não sendo consideradas.

Muitas das referências são acessadas através de relatórios de grupos de estudos de universidades, de organizações da sociedade civil e sites de monitoramento, porém o país ainda não conseguiu através de sua comissão dos ODS tabular tudo e organizar os dados de forma a demonstrar qual o real impacto. Essa dificuldade em tabular dados não ocorre só neste âmbito, trata-se de um desafio existente em muitas áreas, a própria inovação não possui ecossistemas tão eficientes em compartilhar todas as informações e inovações existentes no país.

Neste sentido, a desaceleração no avanço social do Brasil é ainda mais desoladora, e para que essa situação seja revertida é preciso começar com o aumento da participação da sociedade na administração e monitoramento dos ODS. Além disso, estabelecer melhores políticas de desenvolvimento econômico e industrial, renovar o compromisso com a preservação ambiental, implementar ações como o combate ao desmatamento e reforçar o princípio de “não deixar ninguém para trás”. O Brasil também precisa elaborar uma agenda para o período pós-2030 assumindo um papel de destaque no âmbito internacional.

Para além do financiamento, escassez de recursos, prazos apertados e políticas públicas a serem melhoradas, existe uma forte crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável que envolve suas definições e demais termos utilizados em sua construção. Mas muito disso é devido a pouca discussão que se tem sobre o termo, o baixo envolvimento da sociedade civil e a uma redução e simplificação da agenda dos anos 90, que possui impactos até hoje, fazendo com que muitos pesquisadores acreditem que esse modelo de desenvolvimento seja apenas um “mito”.

Cavalcanti (2002, p.73), em pesquisa publicada na Revista Ambiente e Sociedade, discorre sobre essa concepção do desenvolvimento como mito através dos estudos de Celso Furtado, o qual

[...] repassa constantemente conceitos como o de dependência, concentração de renda, mimetismo cultural, relações assimétricas centro-periferia, mercado interno, e muitos outros, além de trabalhar uma visão estruturalista do subdesenvolvimento, do desenvolvimento e de fenômenos correlatos.

Em síntese, Furtado não criticava o desenvolvimento sustentável, mas defendia que o desenvolvimento econômico deveria ser orientado por valores sociais. O desenvolvimento econômico era

mais do que o crescimento econômico ou a acumulação de capital, pois precisava considerar que o desenvolvimento também envolvia mudanças estruturais baseadas em valores e na estrutura social e não poderia ser feito sem considerar os impactos no meio ambiente.

Considerando que o DS busca pela preservação dos recursos naturais, os pesquisadores em questão apontam para a lógica de que diminuir o desperdício não é característico de uma sociedade “de consumo”, que tende a valorizar o monopólio de mercadorias como demonstração de sucesso e virtude. É aqui que se traduz uma ideia do desenvolvimento como mito ou fantasia, “[...] como algo inalcançável no arcabouço de um sistema que destrói recursos naturais, agrava disparidades de renda e tende ainda a produzir uma homogeneização cultural danosa.” (Cavalcanti, 2002, p.76).

E compreendendo que tais críticas precisam ser consideradas para que o conceito avance e consiga se materializar de forma abrangente e aceitável aos olhos de todos os segmentos sociais, os próprios objetivos da ONU precisam ser melhor esclarecidos em futuras agendas. Como exemplo citamos o ODS 8 que fala em crescimento econômico sustentado, mas ainda não existe um consenso na academia do que seria de fato algo sustentado. Já o ODS 12 diz que precisamos assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis, mas não apresenta uma definição clara de sustentabilidade, outro termo que possui múltiplas definições. Ainda é preciso esclarecer muita coisa, principalmente o papel do Estado e avaliar de que forma as relações sociais vão se encaixar nesses moldes.

Um modelo de desenvolvimento econômico não poderia acontecer sem a ação do Estado, que deveria ser racional, planejada e intencional, e neste caso, deveria ser também mais igualitário, com a preservação dos recursos naturais e respeito à identidade cultural. Algo que é proposto pelo DS e organizado em objetivos pelas nações unidas, mas isso não exclui a necessidade de aprimorar o conceito de desenvolvimento e levá-lo a discussões que possam ampliar seu entendimento e aplicação na sociedade.

Fato é que na realidade, existem muitos obstáculos institucionais, metodológicos e técnicos para atingir os objetivos sustentáveis em todo o mundo. Há escassez de metodologias para alguns indicadores, de estatísticas, e alguns dados não estão acessíveis para análises mais detalhadas, como por exemplo dados de municípios de pequeno porte, entre várias outras dificuldades que deveriam ter sido consideradas desde o início da agenda.

Analisando então esta perspectiva dos ODS, não podemos esquecer que são fundamentais, mas que para alcançá-los é imprescindível integrar, além do aspecto político, ações de caráter econômico e uma coletividade advinda de atividades desenvolvidas com a população, juntamente com o devido investimento, acompanhamento e supervisão. A possível gestão conjunta dos objetivos sustentáveis é crucial para que haja o incentivo e participação ativa, seja dos entes federados, da sociedade civil e do governo, do setor privado e do setor público.

Pensando no quão ambiciosos são os 18 objetivos, cabe reforçar a ideia de um desenvolvimento sustentável, que busque preservar os recursos naturais e garantir a sobrevivência humana e das gerações futuras. Apesar das dificuldades encontradas para o alcance da agenda 2030, a sustentabilidade continua sendo uma das respostas para a superação das dificuldades. Bem como o fortalecimento da cooperação entre as pessoas e os países membros da ONU, mas isso não pode ser alcançado sem que se firme um compromisso eficaz que possa fortalecer as políticas públicas.

Diante disso, não é um momento de perder as esperanças visto os últimos 5 anos restantes para o alcance das metas, mas pensar que em uma próxima conferência sustentável alguns objetivos foram alcançados e novas estratégias podem ser pensadas para uma futura agenda. Fato é que o mundo não deve esquecer a importância de ações de cunho mundial que possuem impacto direto na vida de bilhões de pessoas, seja desta ou das próximas gerações, alcançar o desenvolvimento sustentável ainda deve ser uma proposta a se considerar, mesmo com o atraso e as dificuldades existentes.

No presente capítulo começaremos a exposição dos dados da pesquisa, iniciando com a metodologia empregada para a construção dos mesmos, bem como suas análises. Também encontram-se os debates referentes às legislações federais e estaduais acerca da inovação, de que forma se dá o fomento a ações inovadoras no Estado do Paraná e qual a função da universidade, usando já como o caso aqui analisado a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

2.1 PERCURSO METODOLÓGICO

O uso da metodologia e seus procedimentos neste local se dá devido à exposição dos mais variados dados obtidos para análise, na presente obra. Vale ressaltar que dados bibliográficos já constam desde o primeiro capítulo, porém os que foram obtidos em campo precisam de um maior destaque e aqui será indicado a forma como ocorreu cada passo.

A presente obra trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e exploratório e através de um Estudo de Caso que evidenciou o uso de pesquisa bibliográfica, documental, de campo com a entrevista semiestruturada e análise de narrativas e uma pesquisa de intenção qualitativa.

Lima e Mioto (2007), nos destacam que a pesquisa qualitativa possui muitas especificidades devido a tratar-se de um estudo histórico que depende de uma transformação constante. A consciência histórica, aqui envolvida, é o sentido da pesquisa ao pesquisador e também a sua totalidade e a identidade com o sujeito, do objeto pesquisado. A metodologia qualitativa é intrínseca e possui relação com os interesses e visões do mundo que são construídas historicamente, por fim, é uma pesquisa essencialmente baseada na realidade social, mas não exclui o quantitativo, pelo contrário, também utiliza dos dados e demais instrumentos quantitativos quando se tornarem necessários para a execução da pesquisa.

Como modelo de investigação e método de pesquisa, optou-se pela categoria de Estudo de Caso, que trata-se de uma investigação empírica que estuda um fenômeno contemporâneo (o "caso") na sua profundidade e no seu contexto de mundo real. A investigação do estudo enfrenta uma situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, conta com múltiplas fontes de evidência. Os dados precisando convergir de maneira triangular, e como resultado beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados. (Yin, 2015, p.17-18).

Os estudos de caso focam em eventos contemporâneos, trata-se de um tipo de metodologia que investiga um tópico empírico seguindo um conjunto de procedimentos desejados. Esta série de procedimentos escolhidos pelo pesquisador exige uma sistematização e organização, visto sua flexibilidade e autonomia. São encarados como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, nos quais os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos (Gil, 2008).

Muitos autores vão dialogar sobre a importância do cuidado e da preparação para a coleta de dados, bem como da escolha das técnicas usadas. “A preparação para a coleta de dados pode ser complexa e difícil. Se não for bem realizada, toda a investigação do Estudo de Caso pode ser prejudicada e todo o trabalho prévio - na definição das questões de pesquisa e no projeto do Estudo de Caso - terá sido em vão” (Yin, 2010, p.93). Neste sentido, para esta obra optou-se pelos procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas semiestruturadas e análise de narrativas.

De acordo com Yin (2010, p.95), formular boas questões em estudos de caso exige “[...] uma mente questionadora durante a coleta de dados, não apenas antes ou depois da atividade [...] O resultado desejado é que o investigador crie um diálogo rico com a evidência.” O autor também reforça que

- Um bom pesquisador de Estudo de Caso deve ser capaz de formular boas questões e interpretar as respostas.
- Um pesquisador deve ser um bom “ouvinte” e não ser atrapalhado por suas próprias ideologias ou preconceitos.
- Um pesquisador deve ser adaptável e flexível para que situações novas possam ser vistas como oportunidades, não como ameaças.
- Um pesquisador deve ter noção clara dos assuntos em estudo, mesmo no modo exploratório. Essa noção reduz a proporções administráveis os eventos relevantes e a informação a serem buscados.
- O pesquisador deve ser imparcial sobre as noções preconcebidas, incluindo as derivadas da teoria. Portanto, ela deve ser sensível e responsiva à evidência contraditória (Yin, 2010, p.95).

Outra questão trabalhada é a da proteção dos sujeitos humanos que aceitam participar de um Estudo de Caso. Toda pesquisa deve seguir um alto padrão ético e uma das principais justificativas para essa proteção é o fato de que grande parte dos estudos de casos tratam de assuntos pessoais e/ou contemporâneos. Portanto, informa-se que foram cumpridos os critérios de confidencialidade e preservação da identidade dos sujeitos. O projeto teve seu parecer aprovado pelo comitê de ética em pesquisa pela Plataforma Brasil no dia 02 de outubro de 2023.

E para que este estudo qualitativo fosse realizado com êxito foram necessários o uso de alguns instrumentos de pesquisa específicos, como a pesquisa bibliográfica, que deu a base para a construção do referencial teórico e demais argumentações presentes nesta obra.

Para esta obra, a pesquisa bibliográfica não se limitou a uma revisão de literatura, as categorias utilizadas durante a pesquisa foram materiais já publicados e encontrados em bases de dados disponíveis na Plataforma de Periódicos da CAPES, como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e artigos citáveis da SciELO.ORG, nas quais foram acessados livros, artigos, anais de congressos e simpósios, teses e dissertações.

Outro instrumento metodológico utilizado é a pesquisa documental, visto que foi feito o uso de muitas fontes documentais. Neste sentido Godoy (1995, p.21), nos relata que “[...] a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas.”

Devem ser compreendidos de uma forma ampla pois possuem uma vasta variedade, incluindo os materiais escritos, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios, as estatísticas e os elementos de um fenômeno (Godoy, 1995). Lembrando que materiais do governo, como relatórios, legislações, decretos, diários oficiais, ementas e etc, também são considerados documentos.

Os documentos utilizados durante a presente obra foram: Leis, decretos, a Constituição, artigos de jornais e revistas, normativas de inovação, relatórios da AGIPI, da UEPG e ementas institucionais. Foi-se realizado um trabalho de averiguar a veracidade dos documentos utilizados para que a pesquisa mantivesse a qualidade, confiança e ética. E cabe pontuar que muitos materiais foram repassados diretamente dos órgãos e de seus representantes que posteriormente se tornaram o público entrevistado para a coleta de dados de campo.

Esta coleta de dados é o que muitos chamam de pesquisa de campo, por se tratar de um mecanismo usado para descobrir fenômenos diretamente na realidade estudada. Trata-se de uma etapa importante da pesquisa científica, pois estar em contato direto proporciona uma visão mais ampla da prática e a das possibilidades. E vale ressaltar que não isenta o pesquisador da fundamentação teórica e de confrontar teorias. A busca por informações diretamente ligadas a problematização do tema será de fato verificada quando estiver em contato com os indivíduos, empresas e órgãos pesquisados.

A pesquisa de campo para essa obra ocorreu por meio de entrevistas semi-estruturadas. A escolha se deu devido a facilidade de mediar o diálogo, propor perguntas que se voltem para cada um dos objetivos propostos e deixar um espaço livre para que o/a entrevistado possa se sentir confortável em falar abertamente o que quiser sobre aquele assunto.

Nesta obra optou-se pelo modelo de entrevista semi estruturada, visto que trata-se de uma classificação que permite a flexibilidade. Ou seja, possui um roteiro próprio, mas deixa um espaço para que o entrevistador e o entrevistado possam fazer outros comentários ou novas perguntas se for necessário. De acordo com Lüdke e André (2004), usa-se um roteiro, sendo flexível para que se possa discorrer subjetivamente sobre outras questões colocadas.

Também conforme Minayo (2014, p.189-190), quanto ao roteiro de entrevista, o mesmo deve apresentar simplicidade para guiar a conversa com finalidade. Sendo assim, é importante que: (a) cada questão que se levanta, faça parte do delineamento do objeto e que todas se encaminhem para lhe dar forma e conteúdo; (b) permita ampliar e aprofundar a comunicação; (c) contribua para emergir a visão, os juízos

e as relevâncias a respeito dos fatos e das relações que compõem um objeto, do ponto de vista dos interlocutores.

Quadro 5 - Roteiros das Entrevistas

| Roteiro 1: Diretores da AGIPI | Roteiro 2: Representantes das Startups | Roteiro 3: Setor Jurídico da UEPG |
|---|--|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Há quanto tempo você trabalha com Inovação? 2. Quantas startups tem atualmente e com o que trabalham? 3. Quais as principais experiências de inovação executadas pela AGIPI? 4. O que você compreende por Inovação Social? 5. A Inovação Social trabalha muito com a perspectiva do desenvolvimento sustentável, neste sentido a agência/órgão inovador engloba as questões sustentáveis em suas práticas? 6. De que forma a inovação pode colaborar para com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)? 7. A legislação existente é suficiente ou ainda precisa avançar mais? O que precisa melhorar? <p style="text-align: center;">(3 entrevistas)</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. O que sua startup faz, qual é o objetivo dela, qual é o público-alvo? 2. Como classificam a inovação de vocês, ela é tecnológica, social, de marketing, gerencial ou ela é mais de uma? 3. Qual é o apoio que vocês recebem da AGIPI? 4. Existe uma preocupação quanto aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável? <p style="text-align: center;">(4 entrevistas)</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Juridicamente, como a UEPG trabalha com inovação? Chegam muitas demandas específicas? 2. Quanto tempo você trabalha aqui? E nesse tempo já chegou algum projeto que envolvia a parte social ou você não chegou a ver o termo "inovação social" algo neste sentido? 3. A legislação é suficiente para abranger todas as demandas da universidade? 4. O que precisa melhorar na legislação? <p style="text-align: center;">(1 entrevista)</p> |

Organização: A autora, 2024.

Seguindo esta lógica da autora, elaborou-se 3 roteiros objetivos e que pudessem permitir que a pesquisadora alcançasse seus objetivos com mais facilidade. Foi preciso elaborar diferentes perguntas para os entrevistados devido a natureza de sua atuação no campo de inovação na UEPG, portanto, foram entrevistados: 4 representantes de startups, 3 diretores da AGIPI de gestões diferentes, e 1 representante do setor jurídico da universidade, que trabalha com os processos de inovação que passam pela universidade, com roteiros necessitam de alterações específicas para cada um. A seleção dos entrevistados foi feita através do site da AGIPI, onde constam os representantes das empresas, os diretores que fizeram parte das gestões. A entrevistada do setor jurídico foi uma sugestão de um dos representantes de gestão. Foram feitas 8 entrevistas no total.

Cabe informar que, os representantes das startups e do setor jurídico aceitaram ser nomeados dessa forma, citando o nome de suas empresas. Bem como, os três gestores entrevistados aceitaram ter seus nomes

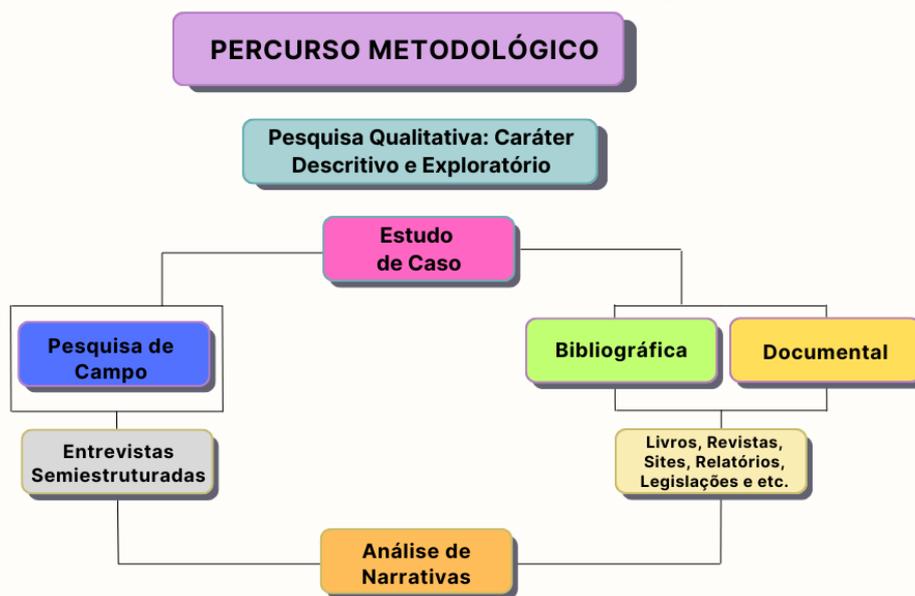
citados devido a suas falas conterem informações de construção histórica da própria agência de inovação da UEPG, portanto, créditos aos entrevistados foram necessários.

Para a análise dos dados obtidos através das entrevistas e demais procedimentos de coleta, optou-se pela Análise de Narrativas, a qual revela-se extremamente útil para investigar falas produzidas em variados contextos, como em ambientes institucionais, entrevistas de pesquisa e discussões em grupos focais.

Pode-se definir narrativa, pré-teóricamente, como o discurso construído na ação de se contar histórias em contextos cotidianos ou institucionais, em situações ditas espontâneas ou em situação de entrevista para pesquisa social. (Bastos; Andrade, 2015, p.99)

As entrevistas trouxeram variados dados e foram analisadas de forma ordenada, primeiro fazendo uso das falas dos gestores que ajudaram a compor o material que conta a história da agência de inovação da UEPG, na sequência individualmente cada startup incubada, para que haja um protagonismo de cada uma visto suas ações serem diferentes. A entrevista com a representante do setor jurídico foi usada por último, assim como algumas outras falas das demais entrevistas realizadas.

Figura 6 - Síntese do Percurso Metodológico



Fonte: Canva, 2024. Organização: A autora, 2024.

Por fim, as vantagens metodológicas de se optar por um Estudos de Caso nesta pesquisa foi a variedade de procedimentos e a flexibilidade de uso dos mesmos. Seja na revisão bibliográfica ou no uso de fontes documentais ou de campo, a rigorosidade foi seguida para o melhor resultado.

2.2 A INOVAÇÃO NO ÂMBITO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E DO ESTADO DO PARANÁ

Em 2004 temos a publicação da Lei Nº 10.973, de 2 de Dezembro, que dispõe sobre os incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País, nos termos dos arts. 23, 24, 167, 200, 213, 218, 219 e 219 - A da Constituição Federal.” (Redação pela Lei nº 13.243, de 2016).

No capítulo I artigo 2 temos que “IV - inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho.” e “VII - fundação de apoio: fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e projetos de estímulo à inovação de interesse das ICTs, registrada e credenciada no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, nos termos da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.” Ambos se referindo a ações que envolvem diretamente a introdução da inovação no país e ainda citando o tripé de ensino, pesquisa e extensão que deve embasar as instituições de ensino superior em suas atividades.

No Capítulo II que prevê o estímulo à construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação, citamos o artigo 3º, “[...] A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia.” (Redação pela Lei nº 13.243, de 2016). Neste momento, podemos observar que é previsto na lei que se possa existir esse fomento e apoio as alianças cooperativas entre diversos órgãos que trabalham com tecnologia, o resultado esperado é justamente a difusão da tecnologia caracterizada como inovadora.

Muito da Lei de 2004 obteve alterações, como observamos, da Lei Nº 13.243, de 11 de Janeiro De 2016, a qual estabelece mudanças a diversas outras também, citando, “[...] Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.” (Brasil, 2016).

Destaca-se que a partir de sua aprovação, a Lei de dezembro de 2004, passou a vigorar com muitas alterações, que se baseiam nos estímulos socioeconômicos, disposições sobre as Instituições promotoras e criadoras de inovação, pesquisas, programas e projetos, da gestão e financiamento de atividades. E também no Art. 17 revogam-se os incisos I, II, III e IV do art. 17 da Lei nº 10.973.

Na sequência temos Decreto Nº 9.283, de 7 de Fevereiro de 2018, que buscou “[...] estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional” (Brasil, 2018).

É no capítulo I deste decreto que destacamos, no artigo 2, a questão dos ecossistemas de inovação, sendo eles, conforme disposto, “[...] espaços que agregam infraestrutura e arranjos institucionais e culturais, que atraem empreendedores e recursos financeiros, constituem lugares que potencializam o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e compreendem, entre outros, parques científicos e tecnológicos, cidades inteligentes, distritos de inovação e polos tecnológicos.”

No decreto temos a referência a diversos temas e mecanismo de inovação, por exemplo, a previsão de alianças estratégicas que poderão envolver parceiros estrangeiros, especialmente quando houver vantagens para as políticas de desenvolvimento tecnológico e industrial, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes da parceria, o uso de imóveis, sob o regime de cessão de uso de bem público, para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, a concessão de recursos financeiros sob a forma de subvenção econômica e a aprovação de projetos, entre outros.

No âmbito do estado do Paraná, através do Decreto 1547 de 5 de Junho de 2019 institui a Superintendência Geral de Inovação – SGI, subordinada à Casa Civil. Sob a responsabilidade de gerir as seguintes atribuições: I - a proposição, o estímulo e a articulação da política de inovação no Estado do Paraná; II - a definição, proposição e promoção de diretrizes para um governo inovador; III - a integração dos órgãos e entidades que executam atividades ligadas ao segmento de inovação do Estado para que os mesmos atuem de forma coesa e alinhada com os objetivos estratégicos do Governo do Estado no que tange inovação; IV - o incentivo e apoio a ambientes que oportunizem a atração de empreendedores, investimentos e empresas inovadoras no Estado, observadas as políticas públicas estabelecidas para a área; V - o estímulo à ações de fomento, criatividade, conhecimento e inovação, e a promoção do registro destas iniciativas.

Ainda em 2019, em 15 de Outubro através da Lei 19.966 e publicado pelo Diário Oficial nº. 10.544 de 16 de Outubro, institui a Semana da Tecnologia e Inovação, a ser celebrada anualmente entre os dias 16 a 22 de outubro. E tem por objetivo incentivar a inovação e o crescimento tecnológico, científico e

intelectual em diversas áreas de atuação profissional, e também valorizar e disseminar a cultura da inovação, tendo em vista a transmissão de conhecimentos e tecnologias em todo o Estado.

Em 20 de abril de 2021 temos a publicação do Diário Oficial Nº. 10.918 que contempla a Lei 20.541, sancionada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná que institui a Lei Estadual de Inovação no Paraná, a qual “[...] estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, bem como de fomento a políticas públicas de desenvolvimento econômico, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo estadual, regional e nacional” (Brasil, 2021). É a partir de então que o Paraná com uma lei própria, seguindo muito do que foi proposto em âmbito nacional, mas agregando ao estado suas particularidades e considerando os recursos e disposições territoriais.

Baseado na Lei, no artigo 1, temos que destacar o item “IV - redução das desigualdades regionais no âmbito estadual”, que pode inclusive ser uma finalidade da categoria “Inovação Social”, portanto, é importante a presença da preocupação com as desigualdades diretamente de registros legais.

Outros pontos importantes incluídos, são o “XXVI - Bônus Tecnológico” que trata-se de uma subvenção a microempresas e a empresas de pequeno e médio porte, com base em dotações orçamentárias de órgãos e entidades da Administração Pública, destinada ao pagamento de compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, nos termos de regulamento, e o “XXVII - Prêmio Tecnológico” que é ofertado a startups com base no conhecimento, previsto em plano de ações de órgãos e entidades da Administração Pública, referente à autorização de uso precário de infraestrutura, móveis e equipamentos de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, e custeio de serviços tecnológicos especializados.

E no capítulo II temos os componentes do Sistema Paranaense de Inovação, sendo eles, o Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT), os Ambientes Promotores de Inovação (localizados no Estado do Paraná), a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), as empresas, as startups com base no conhecimento, os consórcios públicos de inovação, o terceiro setor, os criadores e inventores independentes, o Sistema Paranaense de Parques Tecnológicos (SEPARTEC), as ICTs localizadas no Estado do Paraná, as entidades que se enquadrem como Agências de Fomento, inclusive os serviços sociais autônomos que atuam em ciência, tecnologia e inovação, a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, o Fundo Paraná, por meio de sua Unidade Gestora (UGF), as entidades públicas ou privadas que desenvolvam atividades de ciência, tecnologia e inovação, estabelecidas no Estado do Paraná e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES.

No dia 11 de abril de 2023, o Governador do Estado, Carlos Massa Ratinho Junior, acompanhado do Chefe da Casa Civil, João Carlos Ortega e do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino

Superior, Aldo Nelson Bona, assinaram o Decreto N° 1.350 para “[...] estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional” (Brasil, 2023, p.15). O referido decreto prevê a regulamentação do disposto na Lei nº 20.541, de 20 de abril de 2021 e nos artigos 128, 208 e 285 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Nas disposições preliminares do capítulo I podemos destacar os seguintes fatores: o termo de outorga que prevê um instrumento jurídico utilizado para concessão de bolsas, de auxílios, de bônus tecnológico e de subvenção econômica, a oportunidade de bolsa que destina recursos financeiros em benefício de pessoa física, caracterizadas como doação, e um auxílio aos projetos, aos programas, atividades e operações especiais previstas na Lei, se encaixando nas seguintes situações

- a) aos projetos, aos programas e às redes de pesquisa, desenvolvimento e inovação – PD&I, diretamente ou em parceria;
 - b) às ações de divulgação científica e tecnológica para a realização de eventos científicos;
 - c) à participação de estudantes e de pesquisadores em eventos científicos;
 - d) à editoração de revistas científicas;
 - e) às atividades acadêmicas em programas de pós-graduação.
- (Brasil, 2023, p. 15).

No capítulo II destacamos o apoio previsto para o fomento de redes e projetos internacionais de pesquisa tecnológica, ações que objetivam a geração de produtos processos e serviços inovadores que possam promover a transferência difusão de tecnologia, bem como, a formação e capacitação de recursos humanos em empreendedorismo, gestão da inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual e demais áreas correlatas. E vale uma menção ao que consta no artigo 4, seção 2, "IV - a oferta de editais, recursos e ações públicas específicas voltadas para a capacitação de recursos humanos em empreendedorismo, gestão da inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual, e demais áreas correlatas" e "VII - a implementação de medidas de incentivar o processo de inovação nas empresas, Startup e no terceiro setor".

No capítulo IV, do estímulo ao processo de inovação das empresas, startups e no terceiro setor, destaca-se no artigo 45, seção I, temos a previsão de I - estabelecer políticas públicas e de desenvolvimento econômico por meio de incentivos à inovação e a pesquisa científico tecnológicas, II - configurar os aspectos institucionais de um sistema Regional de inovação no estado do Paraná, III - construir uma economia resiliente, com base no conhecimento, e promover o empreendedorismo estadual inclusivo e ambientalmente sustentável, IV - promover a interiorização do desenvolvimento socioeconômico sustentável nos municípios paranaenses e V - viabilizar parcerias entre os órgãos da administração pública e as entidades privadas promotoras de inovação [...] e ambientalmente sustentável, nas atividades da administração pública estatal.

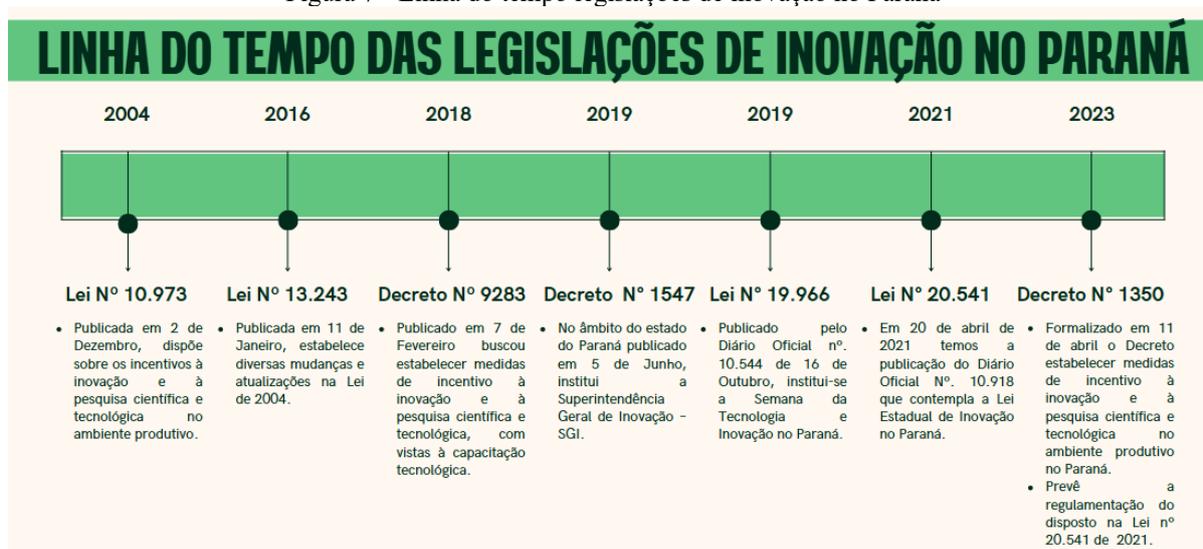
Ainda citamos, a seção III do convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação, que busque a capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos para atuação em pesquisa e desenvolvimento da Inovação incluindo os programas de pós-graduação, convênios para pesquisa e também citar o processamento que será realizado por meio da Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

O decreto ainda dispõe sobre o apoio ao ambiente dos promotores de inovação, a questão da capacitação dos recursos humanos, a participação minoritária em capital de empresas e dos fundos de Investimentos e a questão do estímulo à participação das instituições científicas e tecnológicas do Estado do Paraná em todo o processo de inovação.

Publicado no Diário Oficial nº. 11.062 de 23 de Novembro de 2021, o Programa Qualifica Mais foi instituído no âmbito do Plano de Apoio ao Empreendedorismo Digital pelo Decreto 5.672 de 14 de setembro de 2020. O Poder Público Estadual terá de intermediar a oferta de conteúdos gratuitos de formação e capacitação profissional, voltados ao empreendedorismo digital. E à Superintendência Geral de Inovação compete as seguintes funções: I - exercer a gestão estratégica e definir o plano de execução/plano de ação; II - definir as diretrizes e editar as normas complementares necessárias à sua efetiva implementação; III - elaborar periodicamente o planejamento estratégico; IV - coordenar as instituições envolvidas na sua execução; V - articular e estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas, com colaboração ou participação na sua execução e VI - avaliar periodicamente os resultados e sugerir ajustes para aprimorar o desempenho.

Em síntese, os principais marcos legislativos do Paraná encontrados durante a pesquisa podem ser observados abaixo

Figura 7 - Linha do tempo legislações de inovação no Paraná



Fonte: Pesquisas Realizadas. Organização: A Autora, 2025.

Com a figura acima podemos observar que a trajetória da legislação é muito recente, sendo de 20 anos atrás. O avanço das tecnologias e políticas e investimentos específicos tiveram muito impacto para se chegar aos dias atuais, e é exatamente sobre o fomento que iremos abordar o tópico seguinte.

2.3 O FOMENTO A INOVAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Com a aprovação da legislação paranaense de inovação, muitos programas e projetos obtiveram fomento para a execução de ações inovadoras. Assim como, houve o incentivo a criação de agências de inovação e desenvolvimento sustentável e de ecossistemas operantes em diversas regiões do estado. Neste momento cabe-nos conhecer quais são essas propostas, quais seus objetivos e sua finalidade.

O Paraná tem buscado estabelecer critérios e sistemas para melhor organizar a inovação no estado, os chamados ecossistemas. Os ecossistemas de inovação constituem espaços onde indivíduos, empresas e instituições se congregam para criar projetos inovadores. São definidos pela interação entre diversos participantes, incluindo universidades, centros de pesquisa, entidades governamentais e startups.

Um dos projetos foi lançado em junho de 2022, o InovaHub Paraná⁹ é uma plataforma de acessos aos ecossistemas de inovação do Estado e visa promover a inovação como um dos pilares para o desenvolvimento social e econômico. É possível encontrar a própria UEPG como referência em inovação.

O Governo do Estado publicou em 2024 o credenciamento de 302 espaços criativos no Sistema Estadual de Ambientes Promotores de Inovação do Paraná (Separtec), ligado à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), 60,6% maior em relação a 2023, quando foram credenciados 188, ao todo são 490 espaços. Considerando 10 modalidades de classificação, “[...] foram credenciados 132 espaços maker; 51 hubs de inovação; 41 pré-incubadoras; 35 centros de inovação; 15 incubadoras; 10 aceleradoras; e 11 agências de inovação e núcleos de inovação tecnológica.” (Agência Estadual de Notícias, 2024).

Tais projetos demonstram que existe um esforço por parte do estado para promover a inovação e seus ecossistemas, proporcionando uma cooperação entre os atores nas regiões. Mas é importante esclarecer que ações advindas da sociedade civil e de grupos de comunidades não são expostas nessas plataformas, o que demonstra também que avanços e inclusões precisam ser pensadas futuramente.

Em 2021 a Fomento Paraná¹⁰ junto a diretoria da Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) buscaram firmar uma parceria entre as entidades com objetivo de estimular o ecossistema de inovação de Foz do Iguaçu e do Oeste do Paraná. A ideia visava apoiar o desenvolvimento de startups e

⁹ Para mais informações sobre o ecossistema InovaHub do Paraná acesse o site oficial: <https://www.inovahub.pr.gov.br/Pagina/Ecossistema-Regional>.

¹⁰ A Fomento Paraná é uma instituição financeira de economia mista organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado com capital social majoritariamente pertencente ao Estado do Paraná. Atua também em programas de crédito destinados ao setor público, que são operacionalizados em parceria com a Secretaria de Estado das Cidades – SECID.

empreendimentos inovadores através de linhas de crédito e fundos de investimento aos quais a Fomento Paraná teve acesso enquanto agente financeiro, gestor ou cotista.

Ainda em 2021 a Fomento Paraná foi uma das instituições financeiras convidadas a participar do Programa Crédito Inovação Finep-Sebrae, lançado em 14 de dezembro, que disponibilizou cerca de R\$ 1 bilhão em recursos para inovação nas micro e pequenas empresas. O objetivo foi prestar auxílio aos pequenos negócios para facilitar o acesso a crédito com melhores condições de mercado para o investimento em atividades de inovação, além de ampliar a competitividade e estimular o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios no Brasil.

Caminhando para o ano de 2022, temos a idealização da Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável - AGEUNI pelo Governo do Paraná através de seu amparo no Decreto Estadual nº 10.769 de 12 de abril. Trata-se de um programa criado para estimular as ações de integração entre o governo, sociedade, universidade e empresa, que foi estruturado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), com a intenção de incentivar o desenvolvimento socioeconômico e aumentar a competitividade das empresas, através da apropriação de tecnologia aos processos de produção de bens e serviços.

Com a AGEUNI, pretende-se dar suporte à elaboração de projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) que promovam a colaboração entre startups, empresas, cooperativas, municípios e organizações da sociedade civil sediadas no Paraná, e também com instituições de pesquisa científica e tecnológica. Essas parcerias são coordenadas pelas universidades estaduais do Paraná e suas fundações de apoio.

Os recursos destinados são provenientes do Fundo Paraná, gerenciados pela SETI para o fomento científico e tecnológico, e os projetos apoiados devem estar alinhados às áreas prioritárias estabelecidas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCTPR), sendo elas, 1) Agricultura & Agronegócios; 2) Biotecnologia & Saúde; 3) Energias Sustentáveis/Renováveis (Energias Inteligentes); 4) Cidades Inteligentes e 5) Sociedade, Educação e Economia. As áreas são condicionadas a duas chaves: 1) Transformação Digital que refere-se a política de transformação digital, que permita prever as consequências da sua implantação, minimizando aspectos negativos e potencializando aspectos positivos e 2) Desenvolvimento Sustentável referente à implementação de políticas públicas que assegurem a articulação dos públicos de interesse.

A gestão responsável pela agência regional é o Comitê Estadual e outros comitês regionais. O Comitê Gestor Estadual é composto pelas seguintes instituições: Associação dos Municípios do Paraná (AMP); Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep); Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep); Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Paraná (Fecomércio); Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (Faciap); Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná (Fetranspar); Organização das Cooperativas do

Paraná (Ocepar); Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná (Sebrae/PR); Secretaria da Fazenda do Paraná (Sefa); Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital do Paraná (SEI); Secretaria de Estado do Planejamento do Paraná (SEPL); Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná e a Receita Estadual do Paraná.

Os comitês regionais são presididos pelos reitores das respectivas universidades estaduais, e cada uma das nove unidades é vinculada a uma instituição de ensino diferente, a fim de atender demandas locais e regionais. Desenvolvido nas estruturas dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e das agências de inovação, o programa é residente nas seguintes IES: Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Londrina; Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Maringá; Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) – Ponta Grossa; Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – Cascavel e Francisco Beltrão; Universidade Estadual do Centro-oeste (Unicentro) – Guarapuava; Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Jacarezinho e Universidade Estadual do Paraná (Unespar) – Campo Mourão e Paranaguá.

Os comitês regionais são responsáveis por delegar as atividades e cumprir com suas atribuições de definição da metodologia de seleção de iniciativas locais e regionais para recebimento do fomento, promover a articulação entre municípios, setor produtivo, sociedade civil organizada e universidades estaduais, publicar as iniciativas realizadas no âmbito do programa, redigir um regimento interno e reunir-se semestralmente.

A AGEUNI possui alguns programas e projetos em desenvolvimento, executados por instituições diversas. Um deles é o Programa Paraná Empreende Mais (PEM), desenvolvido pelas universidades estaduais do Paraná, e consiste na oferta de cursos gratuitos de formação empreendedora online e presenciais. Sua primeira edição aconteceu em 2022 e atendeu cerca de 6 mil alunos de municípios de todas as regiões do Paraná, a segunda edição foi ofertada no segundo semestre de 2023. Os cursos online são promovidos na plataforma da Universidade Virtual do Paraná (UVPR), e os presenciais nos campi das universidades estaduais onde estão localizadas as unidades da agência, que foram anteriormente citadas.

O Programa de Propriedade Intelectual com Foco no Mercado (Prime), criado em 2021, trata-se de uma parceria com a Fundação Araucária e tem como objetivo transformar o resultado de pesquisas acadêmicas que possuem potencial mercadológico em serviços, produtos e negócios. Sua intenção é fomentar a inovação e a propriedade intelectual e contribuir para o desenvolvimento econômico e social paranaense. Ocorre a capacitação e qualificação de pesquisadores, por meio de workshops, consultorias e conta com a colaboração do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (Sebrae/PR). Só no ano de 2023 a SETI implementou uma premiação de incentivo científico e destinou R\$ 1 milhão, sendo R\$ 200 mil para cada finalista, os recursos são oriundos do Fundo Paraná.

Criado em 2023, o Programa NIT Habitats de Inovação do Paraná, possui como objetivo aprimorar e desenvolver ambientes de empreendedorismo e inovação. A previsão é de gerar melhores resultados para

o ecossistema paranaense de inovação com abordagens modernas e capacitar os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das universidades estaduais, a ideia é revisar o portfólio e tem a duração de quatro meses. Estabelecido em 2021, o Escritório de Projetos Executivos de Engenharia e Arquitetura (Projetek) atende as cidades de pequeno porte de até 30 mil habitantes, localizados nas áreas de abrangência das universidades e tem como objetivo elaborar projetos de obras públicas.

O estado do Paraná propõe editais de fomento e pretende repassar recursos para atividades de inovação, o que é um avanço considerável, mas que só saberemos se os resultados tiverem impacto social quando forem efetivados e os resultados serem publicados. Neste momento cabe-nos refletir sobre o investimento, o papel da universidade e o interesse da comunidade.

Podemos exemplificar com os projetos/programas financiados pelo governo do estado que foram promovidos pela Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital (SEI), um deles é o “Anjo Inovador” que teve sua primeira fase iniciada em 2023 com a destinação de R\$ 20 milhões de subsídio exclusivo para as empresas paranaenses enquadradas por lei como startups. E previa a escolha de 80 projetos alinhados com quatro temas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, sendo eles, Saúde e Bem-Estar, Educação de qualidade, Fome Zero e Agricultura Sustentável, e por fim, Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

O prazo de execução era de 24 meses, podendo ser prorrogado por até 12 meses, justificadamente, a critério da secretaria que iria considerar a complexidade dos objetivos e o montante de recursos a serem utilizados. E dentre um dos critérios para os selecionados existia “Ter objeto social, que contemple atividade compatível com o desenvolvimento da proposta de projeto”, e precisaria estar desenvolvendo produtos (bens e/ou serviços) ou processos inovadores nas áreas da Gestão Pública, Saúde, Educação e Agricultura. Não houve especificação quanto a possível participação das universidades e suas empresas incubadas, mas caso estivessem encaixadas nos critérios poderiam concorrer. A segunda fase do projeto prevê também a destinação de 20 milhões e tem seu início em 2024, com a intenção de selecionar mais 80 startups para dar continuidade neste que é um dos maiores projetos do país em incentivo à inovação.

Outro exemplo é o do programa Talento Tech com a iniciativa de capacitar estudantes na área de tecnologia, com foco no desenvolvimento regional de cidades paranaenses com baixo IDH. Trata-se de uma parceria entre o governo, empresas e as universidades estaduais com a intenção de promover a inserção no mercado de trabalho por meio de contratos que garantem empregos nas empresas, de pelo menos 50% dos alunos.

O investimento é de R\$ 62 milhões, e buscará qualificar 3.000 alunos com cursos gratuitos e bolsas remuneradas em Tecnologia da Informação e Comunicação. “Os cursos terão duração de 10 meses, período em que os alunos terão direito a uma bolsa remunerada para dedicação à formação na área. Elas terão valor de R\$ 1.350 para alunos e ex-alunos do Ensino Médio e R\$ 1.500 para alunos que estejam cursando o

Ensino Superior na rede pública de ensino. Além disso, cada aluno receberá um notebook durante o aprendizado.” (SEI, 2024).

Uma informação interessante sobre o programa é que o mesmo será coordenado pela UEPG através do Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância (Nutead), que terá a responsabilidade de estruturação dos cursos, assim como organização com as demais universidades no auxílio para aplicação das aulas em cada região. Além de estabelecer critérios e lançar editais para divulgar as vagas, as ações e fazer o acompanhamento.

Pensando sobre estes dois exemplos, podemos perceber a importância da universidade ter o apoio do governo, bem como se dispor a coordenar programas/projetos que apoiem o avanço da inovação. Ainda é cedo para entendermos a dimensão do impacto social das futuras atividades, bem como qual a importância dos pesquisadores da UEPG que estão envolvidos, mas o que podemos afirmar é que a universidade possui grande potencial e que tudo começa pela valorização do ensino público e da valorização dos pesquisadores e empreendedores que estão presentes também no ambiente acadêmico.

Com tantos projetos e programas, e o fomento à inovação crescendo cada vez mais no âmbito do Estado, precisamos entender de que forma isso chega até a UEPG, como ela administra tais verbas, como estrutura a inovação e até mesmo como a compreende. Portanto, o subitem a seguir contará toda essa trajetória.

2.4 A AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL (AGIPI) DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)

O Governo do Estado do Paraná instituiu a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), por meio do Decreto no 18.111, de 28 de janeiro de 1970 e da Lei no 6.034, de 6 de novembro de 1969. Se destacando enquanto uma das mais importantes e influentes universidades do Brasil, está situada na região centro-sul do estado e atende 22 (vinte e dois) municípios em sua região. Seu princípio fundamental está exposto em seu regimento, seguindo a lógica do respeito à dignidade humana e aos direitos fundamentais, combatendo o tratamento desigual baseado em convicções ideológicas, políticas ou religiosas, bem como em estereótipos de classe e raça.

A UEPG possui dois campus, um deles localizado na região central da cidade e o outro em uma região conhecida por “Uvaranas” que envolve uma variedade de diferentes bairros. No campus central localizam-se os cursos das ciências humanas, jurídicas e sociais, além de departamentos, laboratórios e outros órgãos institucionais. E no Campus Uvaranas temos as ciências exatas e de engenharias, biológicas e da saúde, naturais, alguns cursos de humanas, além da reitoria, laboratórios, ginásios de esportes, entre outros órgãos organizacionais e estruturais de uma universidade.

A sua finalidade enquanto Instituição de Ensino Superior se baseia na autarquia de direito público, bem como baliza seus objetivos estratégicos, táticos e operacionais, consistindo em proporcionar à sociedade meios para ampliar, aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar de forma transformadora. Concretizando-se na ideia de ação unitária entre o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão.

A Universidade está comprometida com a educação integral do discente, preparando-o para o exercício de profissões de nível superior, além de apoiar o desenvolvimento da ciência, valorização das múltiplas formas de conhecimento e expressões técnicas, científicas, artísticas e culturais, exercendo a cidadania. Assumindo um compromisso social com a construção de uma sociedade mais justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação e lutar pela universalização da cidadania e consolidação da democracia, contribuindo para a solidariedade nacional e internacional.

A Agência de Inovação e Propriedade Intelectual (AGIPI) é um órgão suplementar da Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e possui a missão principal de atuar na gestão das políticas institucionais de inovação tecnológica e propriedade intelectual, promovendo a articulação com o setor empresarial no desenvolvimento de serviços, processos e produtos considerados inovadores. A proposta de criação da agência surgiu em 2006 a partir da participação da universidade em um edital da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) que tinha por objetivo a implantação de Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT's em Instituições de Ciência e Tecnologia – ICT's. (AGIPI, 2024, s.p).

A partir deste edital, em 29 de setembro de 2006 firmou-se um convênio intitulado de Rede Paranaense de Gestão em Propriedade Intelectual que engloba, além da UEPG, a UNICENTRO, UFPR, UTFPR, IEP, REPARTE e TECPAR. Com o início das atividades foram sendo conquistados espaços físicos, estrutura, capacitação e qualificação profissional, aquisição de bens e consolidação de minutas de propostas de criação e regulamentação, que foram homologadas pelo Conselho Universitário em 20 de junho de 2008.

Em 27 de julho de 2011, por meio de uma resolução da UNIV nº31, a AGIPI estabelece uma estruturação composta pela diretoria e uma secretaria de apoio administrativo, tendo o Escritório de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (EPITEC) e a Incubadora de Projetos Inovadores (INPROTEC). No ano de 2012 a agência concorre a chamada pública nº12 da Fundação Araucária, sendo contemplada em 2013 através do ato nº 18/2013 com o projeto “Fomento à celebração de contratos de transferência de tecnologia na Universidade Estadual de Ponta Grossa”. (AGIPI, 2024, s.p)

Entendendo que a contextualização da AGIPI é parte importante desta obra, neste momento usaremos algumas falas obtidas por meio de entrevistas realizadas com 3 diretores da agência em gestões diferentes. A intenção é contribuir para a compreensão da história da agência até ela se tornar o que temos atualmente.

De acordo com o Doutor João Irineu de Resende Miranda¹¹ (Gestão 2012-2014), acontecia um monitoramento dos artigos por escritórios internacionais

[...] lá pelos anos de 2012, 2013 e 2014, a primeira ênfase que nós tínhamos era de estancar o fato de que as patentes estavam sendo depositadas por empresas, ou seja, eles estavam começando pesquisa aqui dentro, sem nenhuma contrapartida para a universidade, levando para fora, e por outro lado, quando a gente patenteia, muitas vezes, ou quando a gente publicava internacionalmente, você tinha os nossos artigos sendo monitorados por escritórios, principalmente, eu posso falar de chineses, mas também eu soube que americanos, e que tomavam aquele artigo publicado livremente e transformavam numa patente estrangeira, do qual a gente pagava licenciamento na sequência para ter o produto. (Miranda, 2024).

No mesmo momento em que casos assim estavam acontecendo, a AGIPI chegou a receber uma visita da Agência Brasileira de Inteligência¹² (ABIN), como conta o Doutor João em mais uma passagem

[...] aqui eles tinham um programa chamado Programa de Proteção do Conhecimento Sensível, onde já naquela época tinha os famosos softwares israelenses [...] Por exemplo, se você mandava alguma coisa por um hotmail, por um Yahoo, por um Gmail, era muito fácil, por esses softwares, colocar um software de phishing e pegar os resultados das pesquisas e fazer espionagem industrial nas universidades brasileiras. Daí veio 2013 esses caras da ABIN desapareceram. Nunca mais apareceram, por que? Porque teve aqueles protestos e depois aquilo virou, bom, já vira política, mas virou um turbilhão, e ninguém mais falou em proteção do conhecimento sensível porque a grande questão ali na deles naquele momento era, enfim, ver o turbilhão político que o país estava vivendo. (Miranda, 2024).

No segundo ano dessa gestão, foi o momento de iniciar o processo de depósito de patentes. Com o auxílio de alunos de PIBIC, todos orientados pelo Dr João Irineu, foram divididas tarefas, entre elas, o levantamento dos laboratórios de patentes que existiam, os que podiam prestar serviços, buscar os professores das pós-graduações que podiam patentear, levantar a experiência internacional e levantar a questão jurídica para comparar com essas relações que tinham no Sul. E vale ressaltar que foram feitas visitas em muitas patentes.

Com isso, foi organizado um levantamento que criou um catálogo de prestação de serviços baseado nos laboratórios da universidade, além de um banco de competências com alguns professores e algumas possibilidades, para iniciar o apoio. Após esse movimento ser iniciado, o entrevistado destaca que “A gente teve, e foi a melhor época na minha opinião, porque quando você começa tudo dá certo, então em dois anos a gente depositou 68 patentes e chegou a ser o vigésimo segundo maior depositador de patente do Brasil, com

¹¹ Graduado em Direito, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especializado em MBA Internacional em Gestão Estratégica da Inovação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Mestre em Direito Internacional, Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Direito Internacional, (USP).

¹² A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é um órgão da Presidência da República, vinculada à Casa Civil, responsável por fornecer ao presidente e a seus ministros informações e análises estratégicas, oportunas e confiáveis, necessárias ao processo de decisão. Para mais informações acesse: <https://www.gov.br/abin/pt-br/institucional/a-abin>. (Brasil, 2024).

um público e privado segundo uma lista do INPI e com essas patentes veio uma visibilidade” (Miranda, 2024).

Com a AGIPI ganhando visibilidade foram fechados cerca de 17 contratos de parcerias, 68 acordos de patentes e 6 contratos de licenciamento de patentes. E mesmo com os grandes feitos o pesquisador ainda destaca que “[...] a gente aprende que uma patente por si só não significa nada, ela precisa ser implementada. Inovação não é você ter uma patente, inovação é quando você pega essa patente, que muitas vezes é um conhecimento aplicado em fase inicial, desenvolve esse conhecimento e ele é adotado pela sociedade” (Miranda, 2024).

Mas é importante ressaltar que nem sempre uma inovação pensada para a sociedade vai ser usada somente em seu benefício, pois existe um jogo de interesse, como podemos compreender com a próxima passagem do entrevistado quando nos diz que, “[...] um interesse social dá impressão de que o trabalho cresce mais ou aparece mais, mas porque é um interesse da economia que a universidade se coloque como a mão de obra barata e o cérebro, para que as indústrias possam ganhar dinheiro, para que as empresas possam ganhar dinheiro com inovação” (Miranda, 2024).

Esse interesse surge porque é nas universidades que encontramos os pesquisadores que têm o potencial de inovar o mundo em que vivemos. Afinal, a depender de sua formação, com a base crítica e uma leitura aprofundada da realidade, é possível pensar em soluções para muitos dos problemas sociais que enfrentamos. Para o entrevistado, em uma leitura que faz da realidade, observa que “[...] os professores da Universidade tinham muito mais capacidade para Inovar em políticas públicas e em formas de acesso à cidadania do que em Inovar para o mercado [...]” (Miranda, 2024). Na sequência exemplifica,

[...] porque, por exemplo, tem todo um setor de engenharia de materiais, e qual que é a preocupação deles? É ambiental, eles pegam aquele rejeito que é um passivo ambiental e querem que aquele transformar em um novo tipo de plástico sintético, um novo tipo de material que possa ser reintroduzido na sociedade, pegar o pessoal lá da microbiologia, eles não estão preocupados em fazer um produto de prateleira, eles estão preocupados em limpar a água, por exemplo dos rios. (Miranda, 2024).

Não significa que os professores e demais pesquisadores não possam inovar para o mercado também, pelo contrário, existe uma capacidade de inovar em todas as instâncias. O que vai diferenciar é justamente a lógica de formação que é vivenciada dentro de uma universidade. Como destaca o entrevistado, às vezes as é uma questão de oportunidades

[...] então os nossos professores, como eles não foram formados dentro de uma mentalidade de capitalismo concorrencial, pensam no problema e não no produto. E é por isso que a gente tem tão poucas patentes e tão poucos professores com patentes, e a culpa não é deles, a culpa é que o tipo de oportunidades que se colocam para eles não está de acordo com o tipo de pesquisa que eles fazem, mas a pesquisa que eles fazem é passível de aplicação, talvez não seja passível de gerar lucro [...] (Miranda, 2024).

A questão das oportunidades muitas vezes é pela falta de uma cadeia de geração de lucro. É quando o interesse ultrapassa as fronteiras da universidade e atinge outros públicos investidores e então parcerias podem ser formadas. Mas a dificuldade existe, como destaca “[...] a UEPG tinha muita patente de reaproveitamento de substâncias de rejeito, e por que que a gente não licencia isso? Porque você não tem uma cadeia estruturada, isso é uma coisa que a IESol (informações sobre a IESol serão trabalhadas mais adiante) trabalha há muitos anos, mas você não tem ainda uma cadeia estruturada que gere valor agregado, e como não tem geração de valor agregado a indústria não se interessa [...]” (Miranda, 2024).

Em sua gestão dentro da AGIPI, o pesquisador relata que esse era um dos maiores desafios, pois não correspondia ao que o mercado esperava que a universidade lhe oferecesse. A preocupação era muito além da geração de lucro

[...] o tipo de introdução de novidade no ambiente social que a gente produzia com as pesquisas, não necessariamente correspondia a uma pesquisa voltada para um produto que vai gerar valor agregado no mercado consumidor né, então na época, e até hoje, a grande questão que você tem para eles, é que você tem que ter um produto antes de ter uma preocupação, mas na academia você se ensina primeiro a preocupação ambiental e o que precisa resolver. (Miranda, 2024).

É importante valorizar a preocupação social que a academia possibilita antes de tentar resolver os problemas que assolam nossa sociedade, pois é preciso um olhar ampliado para todas as possibilidades. Estudar a realidade é essencial para pensar ideias inovadoras. Mas isso depende também de um ambiente favorável aos estudos, algo que a AGIPI levou alguns anos para conquistar.

Outro pesquisador e professor que atuou como gestor da agência foi o Doutor Rodrigo Simionato¹³ (Gestão 2021-2023), que nos relatou a importância da AGIPI ter um espaço próprio para melhor acolher as demandas que chegam até a equipe.

[...] antes da agência ficava no prédio central da reitoria em um espaço muito reduzido. Então existem dois tipos de incubação as residentes e as não residentes, e não havia um espaço efetivamente para as residentes, e a partir do momento em que houve um trabalho bem forte da gestão [...] em buscar um espaço digno para a importância da agência, inclusive oportunizando que startups pudessem usar da estrutura da universidade, através da incubação residente, e isso aconteceu eu acho que no começo de 2020 e 2021 por ali [...] (Simionato, 2024).

Compreende-se então a importância da universidade manter suas parcerias, suas empresas incubadas e seus pesquisadores em espaços bem estruturados, para que o trabalho possa ser desenvolvido com maior excelência. Como relata o entrevistado “[...] então a partir desse momento que começa startups ter vínculo com a agência de inovação, inclusive em função do próprio espaço, empresas de base tecnológica se aproximam da universidade e a universidade dá esse apoio através da estrutura física, dando

¹³ Graduado em Direito, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especializado em Novas Tendências do Direito Contemporâneo, (UEPG). Mestre em Ciência Jurídica, Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Doutor Ciências Sociais Aplicadas, (UEPG).

suporte e ajudando na qualificação, no deslocamento em viagem, dando apoio para esses empreendedores [...]” (Simionato, 2024).

Neste sentido, cabe-nos compreender então como é a estrutura da AGIPI, iniciando pelo Escritório de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (EPITEC)¹⁴, que tem por atribuição institucional a gestão dos processos de proteção de direitos de propriedade intelectual. E tem o objetivo de promover palestras, cursos, seminários, workshops e oficinas sobre a propriedade intelectual, orientando os interessados na elaboração de documentos de patente, na solicitação de registro de marcas, de desenho industrial e de programas de computador e o acompanhamento dos trâmites dos pedidos de proteção intelectual e as correspondentes solicitações feitas pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual¹⁵ (INPI).

A equipe do escritório é responsável por assessorar os pesquisadores na elaboração de documentos relativos aos processos de solicitação de proteção intelectual. Outras atribuições referem-se ao mapeamento das principais linhas de pesquisa da UEPG com potencial de transferência de tecnologia, elaboração de parecer da valoração tecnológica, busca de anterioridades e o parecer jurídico relacionado à PD & I. Além disso, sua missão é a de proporcionar aos professores e pesquisadores o avanço e/ou incremento dos pedidos de depósito de patente, registro de software e transferência tecnológica, de maneira segura, técnica e colaborativa.

A Incubadora de Projetos Inovadores (INPROTEC)¹⁶ foi estabelecida pela Resolução CA N° 315 de junho de 2013, que aprovou o regulamento das atividades de incubação de projetos inovadores nas modalidades de residente e não residente na UEPG. Possui a missão de oportunizar a incubação de projetos inovadores e tecnológicos, sob a visão de tornar-se referência nos Campos Gerais, contribuindo para o desenvolvimento do Ecossistema de Inovação do Paraná.

A Incubação residente é aquela onde o incubado se instala fisicamente em um espaço privativo cedido pela agência, utilizando-o como ambiente regular de trabalho. E na incubação não residente o empreendimento incubado se instala em um espaço físico fora das dependências da incubadora, podendo também utilizar os espaços compartilhados quando necessário. A empresa incubada não residente tem acesso a todos os demais benefícios oferecidos, assim como possui direitos e deveres compatíveis com a modalidade de incubação em questão.

¹⁴ Para ter acesso a mais informações, manuais, serviços e materiais produzidos por/sobre o Escritório de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (EPITEC), acesse <https://www2.uepg.br/agipi/manual-de-pi/> ou <https://www2.uepg.br/agipi/servicos-prestados/>, no site oficial da AGIPI.

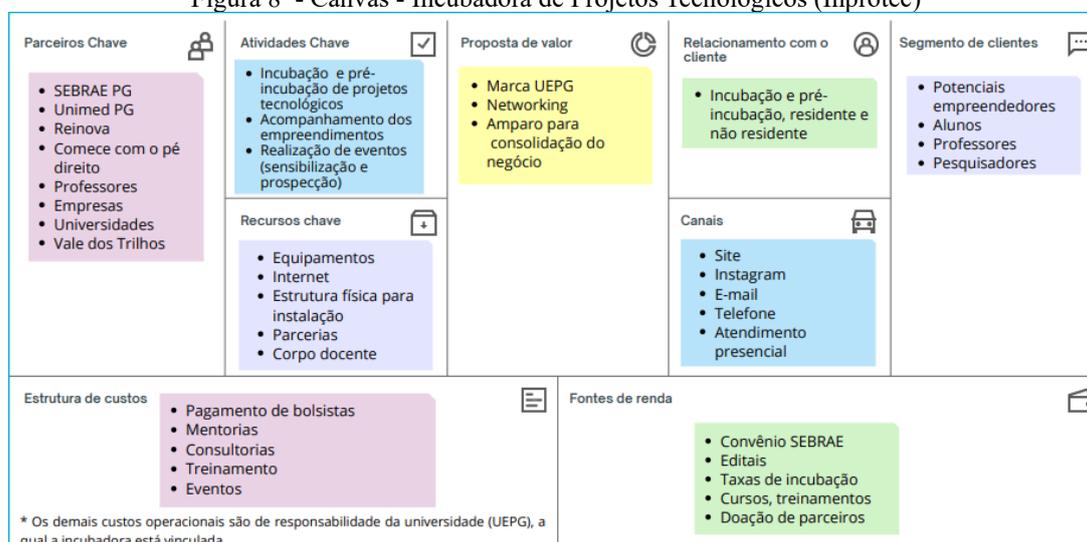
¹⁵ O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) está vinculado ao Ministério da Economia, e é o responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria. Para mais informações acesse: <https://www.gov.br/inpi/pt-br>. (Brasil, 2024).

¹⁶ Para ter acesso a materiais produzidos pela/sobre a Incubadora de Projetos Inovadores (INPROTEC) acesse: <https://www2.uepg.br/agipi/materiais-sobre-incubadora/>, no site oficial da AGIPI.

A Incubadora está presente dentro da agência atuando em consonância com a gestão e seguindo os valores de cooperação, para o desenvolvimento de um empreendimento e consolidação de um ecossistema de inovação. De inovação para atuar na busca por treinamento e formação da equipe, estando em diálogo com os projetos inovadores. E o valor de qualidade, para o atendimento às incubadas, disponibilizando mentorias e treinamentos.

Objetivam a criação de um ambiente para a prospecção e desenvolvimento de negócios advindos tanto do campo da pesquisa e tecnologia da universidade, quanto do público externo, para a efetivação do Ecossistema de Inovação. E reforçam que a incubadora é uma organização que busca estimular ou prestar apoio gerencial, tecnológico e logístico ao empreendedorismo inovador, facilitando o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação.

Figura 8 - Canvas - Incubadora de Projetos Tecnológicos (Inprotec)



Fonte: AGIPI, 2024.

O programa de incubação possui os objetivos específicos de fomentar a criação de empreendimentos, contribuir para o crescimento das empresas, promover a integração das instituições de ensino com empresas do setor privado, os órgãos do setor público e com as organizações da sociedade civil, fomentar a economia local e regional e contribuir para o surgimento de empresas sólidas. Os empreendimentos incubados em qualquer modalidade firmam um contrato com duração de 24 (vinte e quatro) meses, sendo facultado à incubadora a prorrogação deste contrato, mediante solicitação formal e devidamente justificada.

Quanto aos serviços prestados pela INPROTEC citamos: 1. Concessão de espaço físico com energia elétrica e ponto de telefone; 2. Disponibilização de infraestrutura para uso compartilhado; 3. Interfaceamento com as entidades de ensino e pesquisa, para acesso às informações científicas e tecnológicas e serviços tecnológicos; 4. Orientação na elaboração do planejamento da empresa; 5.

Acompanhamento periódico da evolução da empresa nos cinco eixos estruturais do negócio (empreendedor, tecnologia, capital, mercado e gestão; 6. Oferta de capacitação, assessoria e consultoria; 6. Apoio na identificação de pesquisadores e tecnologistas que possam colaborar no aprimoramento tecnológico de seus produtos/serviços; 7. Oferecimento de consultoria na elaboração de projetos para capacitação de recursos junto às agências de fomento e investidores em geral.

Tendo em vista a necessidade do Estado do Paraná em concretizar as ações de estímulo ao desenvolvimento regional sustentável, a AGIPI é responsável por envolver a AGEUNI no âmbito regional que remete à UEPG. As ações realizadas devem se constituir no relacionamento da academia com a sociedade, o setor produtivo e os governos, e tem a importância de valorizar a solução das prioridades construídas pelos atores regionais.

Com o apoio do Governo do Estado do Paraná e um espaço bem estruturado para a realização das atividades, a AGIPI mantém muitas parcerias e busca envolver mais a participação da comunidade. Novamente pontuando uma fala do Doutor Rodrigo, a agência tem “[...] participação tanto da universidade, quanto dos professores envolvidos, podendo ter uma parceria também com outras instituições e outros pesquisadores vinculados a outras instituições, como a UTFPR, a Federal do Paraná, outras universidades estaduais nossas co-irmãs, então esse é um dos braços” (Simionato, 2024).

E já tendo compreendido como funciona o processo de incubação, cabe esclarecer que para ocupar o espaço da universidade e se tornar uma incubada da agência é preciso cumprir com os requisitos de cada edital que é lançado.

[...] não é qualquer empresa, é uma Startup ou seja uma empresa vinculada que tem uma escalabilidade para que ela possa entrar efetivamente, então é feito uma banca para ver se se ajusta ou não as diretrizes fixadas nas legislação e nas normativas institucionais, então são essas duas séries, pois bem, então o apoio que acontece em relação ao estímulo com os professores para que desenvolvam por parte do escritório de propriedade intelectual o apoio a essa questão de patentes [...]. (Simionato, 2024).

Outra questão importante é que para além de suprir demandas do mercado ou abraçar programas do Governo, a AGIPI se preocupa em devolver à sociedade o conhecimento produzido em seu espaço, e isso parte do escritório de propriedade intelectual, como relata o entrevistado

[...] porque o que sempre é feito é um trabalho de divulgação e abertura, para que os pesquisadores que nós temos possam devolver aquilo para a sociedade, aquilo que efetivamente é desenvolvido no ambiente acadêmico. E que não fique dentro da universidade, e que possa obviamente ser explorado pelo pesquisador e possa também ser explorado pela universidade, uma vez que ela que está fazendo a gestão, e que esse processo ou produto retorne em forma de conhecimento para a comunidade, para a sociedade, que saia do ambiente, isso na parte do escritório de propriedade intelectual. (Simionato, 2024).

Retornando a AGEUNI, este apoio no desenvolvimento de projetos faz toda a diferença no âmbito de uma universidade, que pode obter recursos para o financiamento e apoio de ações que podem vir a ter inúmeras implicações sociais. E neste sentido, “As universidades centralizam isso e tem esse capital, só que a universidade não necessariamente conhece a demanda do mercado e o mercado tem uma demanda e não sabe bem que aquele pesquisador que está aqui dentro da universidade desenvolve isso, então nós fomos fazer essa busca ativa” (Simionato, 2024). Outro trabalho importante desenvolvido através dessa busca é o contato com um pesquisador da universidade que pode atender a demanda, como explica

Então a gente foi atrás, fizemos visitas para os municípios o Paraná foi dividido, os 399 municípios foram divididos por regiões entre as sete IES, nós (AGIPI/UEPG) ficamos com a região dos Campos Gerais óbvio, e mais uma região do Sudeste do Paraná lá por Rio Negro aquela região ali, então assim divulgando o programa, e o que nós temos de pesquisadores evendo quais eram as demandas deles, então eles nos apresentavam a demanda fizemos a conexão e o meio de campo com os pesquisadores. (Simionato, 2024).

Ou seja, a partir do momento em que se tem uma estrutura, e essa estrutura é colocada à disposição da sociedade, numa lógica de inovação, a universidade cumpre seu papel enquanto detentora do conhecimento. A UEPG tendo a oportunidade de envolver grandes projetos e agências, como é o caso da AGEUNI, possibilita que o fomento a inovação avance, adquirindo verbas para o desenvolvimento de suas pesquisas, como explica o entrevistado

[...] porque essa verba vem para bolsa do orientador, do professor orientador, e bolsa para os seus alunos se envolverem, ou seja, ele vai compor uma equipe para o desenvolvimento disso, e também a verba ela vem para adquirir equipamentos e insumos, só que tem a particularidade que esses equipamentos e insumos eles vão ficar e equipar a universidade, ele vai desenvolver a pesquisa, o processo, o produto para o interessado, para o demandante e esses equipamentos e insumos que equiparam e ficam no laboratório da universidade, ou seja, é um apoio para comunidade, levar a universidade para a sociedade, então isso é aquilo de passar por esses muros [...]. (Simionato, 2024).

O fomento à pesquisa é essencial para seu desenvolvimento, tanto para estimular a participação quanto para valorizar todo o processo até se chegar a um resultado final. Seja em qualquer área do conhecimento ou modalidade de pesquisa, o fornecimento de bolsas e a disposição de editais é importante, quantitativamente e qualitativamente.

Partindo então para a nova gestão da AGIPI, agora com o Doutor Albino Szesz Junior¹⁷ (Gestão 2024-Atual), algumas mudanças estão começando a acontecer, tudo na intenção de aprimorar ainda mais o que temos de inovação dentro da UEPG. Como nos relata em entrevista

¹⁷ Graduado em Engenharia de Computação, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especializado em Mídias na Educação, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Especializado em Maçonologia: História e Filosofia, Centro Universitário Internacional (UNINTER). Especializado em Acessibilidade, Diversidade e Inclusão, FACULDADE UNISE (UNISE). Mestre em Computação Aplicada, (UEPG). Doutor em Ensino de Ciência e Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

E agora, desde que entrei, temos mudado algumas coisas. No sentido de que temos que nos abrir mais o que a gente faz, temos que explicar mais para as pessoas [...] A universidade não tem um conhecimento muito claro do que é inovação, e a própria AGIPI nunca se colocou nessa posição de fato, de liderar todo esse processo. [...] Ah, mas agora tem muita coisa vindo com a tutoria e a gente está gastando muita energia para sensibilizar as pessoas, para entender qual é a ideia disso, como funciona. E aí efetivamente trazer para dentro e alcançar a comunidade, alcançar a sociedade e tudo mais. (Junior, 2024).

Esse novo passo é importante, às vezes nem os próprios alunos, professores, pesquisadores e demais servidores da universidade conhecem a agência, o que faz com que muitas ideias inovadoras nem cheguem ao alcance da detentora de inovação da universidade. A AGIPI já conquistou muita coisa, e já foi berço para muitas empresas e ideias, um montante que já chegou a 14, como relata o gestor em uma outra passagem

[...] foram 14 que passaram por lá, startups, né? Não apenas empresas. É importante entender que isso tem um grau de maturidade [...] teve esse crescimento nos últimos quatro anos lá, e dessas quatorze, cinco estão atualmente e um se graduou, significa o que? Uma já está andando com as próprias pernas. Então ela foi lá pra dentro da universidade, fez o que tinha que fazer, se aproveitou, se apropriou das coisas que precisava se apropriar e saiu. Então, dessas quatorze, cinco estão lá, das nove que sobraram, uma graduou, e as outras oito ou seguiram o caminho por conta ou desistiram da ideia [...]. (Junior, 2024).

Agora que entendemos como foi a instituição da AGIPI na universidade, quais desafios foram enfrentados e quais suas principais conquistas dentro desta perspectiva de propriedade intelectual, cabe-nos compreender a dimensão do impacto no que diz respeito a sua incubadora. A incubadora poderá oferecer uma leitura ampliada do impacto que a agência tem sob a sociedade.

2.5 AS STARTUPS INCUBADAS PELA AGIPI/UEPG: DIFERENTES FORMAS DE INOVAR SOCIALMENTE

Como relatado anteriormente, a AGIPI incuba atualmente 5 startups, das quais conseguimos entrevistar 4 representantes, que nos forneceram informações sobre a InorFTIVE, Virtwell, Peplus e BrevenLaw, cada uma com um objetivo e características particulares. Porém, antes de adentrarmos de fato na descrição de cada uma e de enfatizar seu potencial quanto a inovação social, organizou-se um quadro acerca da formação acadêmica de cada entrevistado, como observamos abaixo

Quadro 6 - Formação Acadêmica dos representantes das startups incubadas pela AGIPI

| Representante | Formação Acadêmica |
|----------------------------------|--|
| Representante InformaTIVE | Graduado em Engenharia Química, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialista em Engenharia de Logística, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Mestre em Engenharia e Ciência de Materiais, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutorando em Engenharia e Ciência de Materiais, (UEPG). |
| Representante Virtwell | Graduado em Informática, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduado em Administração (UEPG). Especialista em Administração de Banco de Dados (UEPG). Mestre em Geografia (UEPG). Doutor em Engenharia de Produção, Universität Bremen (UNIBREMEN). |
| Representante Peplus | Graduado/Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). |
| Representante BrevenLaw | Graduado em Direito, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pós em Direito Empresarial, Fundação de Apoio à UEPG (FAUEPG). |

Fonte e Organização: A autora, 2024. Dados das entrevistas.

Seguindo então a mesma ordem pontuada no quadro, a partir desse momento descreveremos cada uma das startups, seus objetivos e seu impacto social, baseando-se na temática principal desta obra, a inovação social para refletirmos acerca do seu potencial para inovar socialmente. E cabe-nos ressaltar que por uma escolha metodológica de organização, cada uma será analisada individualmente e ao final faremos uma ligação entre todas, usando a AGIPI e a UEPG como ponto central.

Iniciando com a InorfTIVE – Reciclagem Tecnológica, nasce como ideia no segundo semestre de 2019 dentro da Pós-graduação de Materiais da UEPG e está formalmente na universidade desde 2020. Trata-se de uma Startup surgida da oportunidade de transformar uma pesquisa em um modelo de negócios para agregar valor à reciclagem e tornar o plástico em algo que impactasse pessoas de forma social e econômica.

No site da própria startup encontramos sua missão de “proporcionar a seus clientes solução que agrega valor ao beneficiamento de resíduos plásticos, transformando a indústria da reciclagem plástica por meio de uma tecnologia que visa melhorar a qualidade, reduzir resíduos e abrir novas oportunidades de mercado.” (InorfTIVE, 2024). E buscando promover a sustentabilidade na economia da reciclagem por meio da valorização do plástico reciclado, contribuem para o desenvolvimento socioambiental.

Mulgan (2010), como estudamos, propõe que a inovação social de forma integrada também envolva a questão da sustentabilidade a fim de ampliar seu alcance. Mas é também importante que consideremos um eixo mais político, o qual compreende a forma como se dão na realidade as relações sociais, pois

interferem muito enfaticamente. Como por exemplo, a forma como ainda se é preciso valorizar a aprendizagem coletiva, algo que além de político também é cultural e social.

Nesse sentido, citamos que “Inovações sociais possuem a capacidade de desenvolver novas relações sociais, bem como abordar desafios sociais e de sustentabilidade, de tal forma que a competência transfronteiriça possa ser fortalecida e as barreiras dentro e entre os setores possam ser superadas, acarretando na democratização da produção e aplicação do conhecimento para o desenvolvimento social” (Carayannis *et al.*, 2021 *apud* Torres, 2023, p.53).

Portanto, pautada na sustentabilidade e no desenvolvimento sustentável e social, buscaremos analisar a entrevista feita com um dos representantes da startup para compreendermos qual é de fato o impacto social e socioambiental que a empresa se propõe. E prezando pelo sigilo ético em pesquisa estaremos nos referindo ao entrevistado como “Representante InorFTIVE”.

A primeira pergunta do roteiro consistia em entender “O que sua startup faz, qual é o objetivo dela, qual é o público-alvo?” Na qual obtivemos a seguinte resposta

A ideia foi concebida no início, no segundo semestre de 2019, dentro da pós-graduação de Materiais. [...] então, somos nós que usamos essa matéria-prima, que hoje está em um volume gigantesco na sociedade. Então a melhor forma de resolvermos a questão da sustentabilidade é ter um produto de origem secundária, que possa competir com os produtos de origem primária, que são os produtos produzidos pela primeira vez. Então este é o grande caso do plástico (Representante InorFTIVE).

A startup está desenvolvendo uma tecnologia que possa agregar valor ao beneficiamento de resíduos poliméricos, aprimorando a cadeia da reciclagem plástica, visto o grande problema que é o plástico atualmente, sem gerar um valor agregado a questão se mantém como está. Quanto a isso, o entrevistado complementa

E agora vou te dar uma ideia do valor agregado que é muito interessante para você ter em mente, né? Lá na rua onde moro tem uma catadora, né? de material reciclado. Ela leva tudo lá, inclusive plástico. Então um dia conversei com ela, e então ela disse que vende plástico reciclado. “Quanto é o quilo? Ah, dois e cinquenta, dois e sessenta, em boa hora, até três reais o quilo.” Então ela vende para o reciclador, e é quem vai transformar esse plástico, né, em matéria-prima. [...] a empresa vende por RS 4,50 o quilo né. O virgem custa 17 reais o quilo, 20 reais o quilo, chega a 25 reais o quilo dependendo do tipo de plástico, então quando eu falo em agregar valor a gente tem que tentar fazer esse (plástico reciclado) sair de cinco e chegar o mais próximo possível de 17 né, caso contrário este nunca será capaz de competir com este. (Representante InorFTIVE).

Até este momento conseguimos refletir alguns pontos, como a importância do trabalho dos catadores de materiais recicláveis e o quanto soluções inovadoras como a da presente startup poderiam impactar diretamente a vida desses trabalhadores. Afinal, se o plástico reciclado tivesse mais valor para o mercado, isso poderia aumentar seu preço e conseqüentemente os catadores teriam um aumento de renda visto que fazem este trabalho de coleta deste material também.

Porque quando a gente fala em agregar valor a gente tem que trabalhar, a gente pode trabalhar em dois lugares diferentes da cadeia, que é melhorar a separação e melhorar a característica de fluidez. E aqui no nosso país, a nossa realidade, o contexto da reciclagem, é muito precário nessas duas áreas. (Representante InorFTIVE).

Outra questão notável, é a das implicações ambientais, pois é comum observarmos o plástico jogado em diversos lugares das cidades, poluindo o meio ambiente. Quanto a isso, o entrevistado comenta

Se olharmos, o oceano está cheio de plástico, o rio está cheio de plástico, a floresta está cheia de plástico, os nossos órgãos estão cheios de microplásticos, nanoplásticos. Então o plástico está em tudo porque desconsideramos o uso do material. E não estamos a olhar para os resíduos da forma correta. [...] A culpa é sempre de quem produz, faz a lei e entende, você sabe o perigo de ter o material no meio ambiente. E tem mais poder para atuar no seu uso correto. Então, ah, qual era a ideia inicial, deixe-me voltar, era a valorização. Precisamos valorizá-lo. Quanto mais valoriza, mais ganha importância, chega ao diálogo, chama a atenção e podemos trabalhá-lo e voltar para a academia, como matéria-prima de valor agregado. (Representante InorFTIVE).

Percebemos que a problemática do plástico é latente em nossa sociedade, que muitas vezes não dá a devida atenção aos impactos sociais, econômicos e ambientais que estão por trás daquele “simples” plástico jogado nas ruas. E trata-se de uma questão que envolve as esferas municipais, estaduais e federais, no sentido do desenvolvimento sustentável do nosso país e do nosso planeta. A legislação é um passo importante, assim como as políticas públicas voltadas para o meio ambiente, neste sentido o entrevistado comenta que

Nos países desenvolvidos, por exemplo, a legislação obriga quem trabalha com plástico a utilizar 3, 5, 6 por cento de plástico reciclado, certo? Como vou fazer isso? Por que isso é importante? O plástico reciclável começa a ser gerado. Não fica mais no chão. Então, para todo mundo que vem aqui eu falo, você não vê no chão, se você for a uma festa, for a um evento, for a uma praça, sempre verá uma criatura com uma lata. Porque a lata tem valor. O quilo de alumínio é considerável, né? Agora, não vejo ninguém pegando plástico. A menos que seja o miserável do miserável. Porque seu valor é muito baixo, e não tem valor porque não tem valor de mercado. (Representante InorFTIVE).

Para muitos pesquisadores, o Brasil é um país em subdesenvolvimento devido às grandes taxas de desigualdade social e o aumento da vulnerabilidade. O mercado de trabalho não consegue incluir todos os cidadãos e em contrapartida, ideias inovadoras que poderiam colaborar com o desenvolvimento não possuem um apoio eficaz para crescerem. Para Bresser-Pereira (2010, p.6), “a taxa de investimento, por sua vez, depende da capacidade do Estado fazer investimentos em infraestrutura, e, principalmente, dos investimentos dos empresários privados. Estes, por sua vez, investem quando oferecem a eles oportunidades de investimento lucrativo, quando existe demanda agregada para seus bens e serviços.”

Neste sentido, poucos empresários se interessam em investir em uma ideia que não dê um resultado lucrativo imediato, mesmo que tenha um evidente impacto ambiental e possa somar a uma cultura de sustentabilidade. O lucro virá, desde que exista uma confiança no trabalho de pesquisadores como o da

presente startup. Portanto, enfatiza-se a importância da UEPG enquanto uma universidade pública, apoiar estes empreendedores e dar valor às pesquisas feitas nos seus mais variados setores de conhecimento.

Quanto à inovação social, sua presença nesta empresa está muito clara, tanto na fala do entrevistado quanto na forma como a ação inovadora impacta ambientalmente e socialmente a vida das pessoas. Neste sentido, ao perguntarmos “Como classificam a inovação de vocês, ela é tecnológica, social, de marketing, gerencial ou ela é mais de uma?” A resposta foi

Então, se dissermos, olha, eu tenho trabalhado em uma inovação tecnológica, e foi aí que aprendi que a inovação social pode ser o reflexo, né? O primeiro reflexo, o primeiro grande impacto desta inovação tecnológica. Mas, uh, essa inovação tecnológica puxa todo o social. Porque se eu valorizo, o plástico reciclável, em vez de ser vendido por 5 reais o quilo, passa a ser vendido por 10 reais, que é o dobro. Sim, a “Dona Maria” ganha o dobro. [...] eu quero ser um grande indutor de inovação social. Quero poder trazer um benefício para essa cadeia de pesquisa, um benefício a partir de você agregar um pouquinho de valor, agregar valor é benéfico, melhorar a vida de quem tá lá embaixo. (Representante InorFTIVE).

Uma inovação tecnológica de cunho social se classifica enquanto inovação social também, portanto, ao inovar pensando em “quem tá lá embaixo” para gerar valor agregado a um material como o plástico, estamos inovando economicamente, somando ao desenvolvimento do país, evidenciando problemáticas sociais que estão latentes e prezando pela vida do nosso planeta e das pessoas que vivem nele. E neste sentido, “o miserável do miserável” que se prontifica a coletar o plástico também é um contribuinte da sustentabilidade e inovação.

Neste sentido, quando falamos de pessoas que trabalham na separação de materiais recicláveis, precisamos também salientar a sua falta de valorização enquanto trabalhador, afinal, muitas vezes, a população não realiza a separação adequada desses materiais, o que torna o trabalho dos/as catadores mais difícil. Assim, é responsabilidade de todos os municípios desenvolver projetos voltados para a educação ambiental, por exemplo, visando contribuir para a formação e conscientização das pessoas.

Dessa forma, é fundamental entender o contexto em que as decisões são tomadas para que se possa, em conjunto, desenvolver uma cultura de educação, seja ela ambiental ou crítica, que reconheça a importância dos catadores e catadoras na cadeia produtiva da reciclagem, com o objetivo de construir um futuro mais justo. Algo que pode ser pensado através de práticas inovadoras dentro da universidade, como percebemos.

Na sequência, perguntamos, pensando no apoio da universidade, também perguntamos “Qual é o apoio que vocês recebem da AGIPI?” E obtivemos a seguinte resposta

O apoio da universidade é fundamental, porque antes de tudo é ela que apoia a criação do conhecimento. [...] quando a minha pesquisa, uh, quando virou modelo de negócio, foi na mesma época que a universidade estava abrindo a incubadora, porque não temos ideia de quanto disponibiliza uma incubadora. O que é que está a fazer? É cuidar para que os projetos, essa ciência que nasce, tenham um berço para poder crescer, para poder ir para a sociedade de forma mais coerente. (Representante InorfTIVE).

Por ser uma das detentora do conhecimento, a universidade possui a responsabilidade de apoiar pesquisas e retornar à sociedade o que se é construído em sala de aula. Só o fato de existir uma incubadora dentro da AGIPI que possa apoiar empreendedores já estamos colaborando com uma cultura de desenvolvimento, além de somarmos a um ecossistema de inovação em constante construção. E se por um lado temos a sustentabilidade em pauta, por outro, temos a educação e a saúde, como vamos observar a seguir.

Outra startup que é residente no Hub de Inovação da AGIPI é a Virtwell, que trabalha com uma plataforma de realidade virtual, visando a melhoria da funcionalidade e do atendimento, e abrangendo as mais variadas áreas da Fisioterapia e da Saúde. A incubação começou em 2023 e “Atualmente sendo parte do Projeto de Pesquisa CG-ESA (Computação Gráfica aplicada à Educação, Saúde e Agricultura), com vistas a ampliar a utilização da plataforma e a otimizar o atendimento a pacientes e profissionais de saúde.” (Virtwell, 2024).

A Virtwell teve outras ações antes de ser incubada pelo Hub de Inovação, então quando perguntamos “O que sua startup faz, qual é o objetivo dela, qual é o público-alvo?” o entrevistado, que será citado enquanto “Representante Virtwell”, respondeu o seguinte

Eu sou professor e coordenador do curso de engenharia de software e trabalho com computação gráfica. E quando eu retornei do doutorado, isso em 2017, eu fui alocado para auxiliar na implementação do sistema universitário né, um sistema administrativo, dentro do Hospital Universitário. [...] para desenvolver um projeto junto a um pessoal da fisioterapia, eles tinham a ideia de desenvolver um projeto de realidade virtual para atender as pessoas que faziam fisioterapia na UTI [...] e veio a pandemia e como eu sempre digo, infelizmente tivemos muita campo de teste, infelizmente a gente teve porque daí tinha muita gente na UTI. [...] ainda hoje a gente está lá dentro também, dentro do HU com alguns outros projetos. (Representante Virtwell).

Desenvolver um projeto junto a fisioterapia é um grande feito, como dito pelo entrevistado, infelizmente os envolvidos no projeto tiveram muitos campos de teste devido as lotações da UTI mediante a pandemia da Covid-19. Cabe pontuar que o Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais (HU-UEPG), chegou a ter fila de espera para ocupar os leitos, “nos Campos Gerais do Paraná, chegaram a 650% de ocupação, de acordo com um relatório divulgado pela universidade [...] a capacidade é de quatro leitos emergenciais, mas estão sendo atendidas 26 pessoas. Conforme o hospital, são pacientes com quadros graves que aguardam leitos de enfermaria e Unidade de Terapia Intensiva para Covid-19.” (G1, 2021).

Neste sentido, pontua-se a importância da tecnologia nos ambientes de saúde, contribuindo com o trabalho dos profissionais que vivenciam inúmeras expressões da questão social no seu cotidiano enquanto um hospital público. E como percebemos o projeto ainda está dando continuidade em suas ações no HU-UEPG. E além disso, a Virtwell também tem atividades ligadas ao Governo do estado e outras empresas, como explica o representante

E tem um projeto junto ao Governo do Estado no departamento de polícia penal, maquetes virtuais das unidades prisionais, alguma coisa assim, mas tá em fase bem embrionária ainda. [...] também estamos tirando uma demanda também com relação a esse planejados e arquitetura ou então lojas de móveis planejados. (Representante Virtwell).

Então, como podemos perceber, a startup abraça muitas ações inovadoras e busca contribuir em muitas áreas, uma delas sendo a da Educação com o foco em contribuir com uma promissora abordagem terapêutica para o Transtorno do Espectro Autista (TEA), isso utilizando a sua tecnologia de realidade virtual.

Nós estamos até trabalhando, digamos assim, muito forte na parte de desenvolvimento de um projeto voltado para a área de educação né, que seria para atendimento à escola. Num primeiro momento, nós temos dentro da equipe uma pessoa que é investidor inicial que nós tivemos, e ele queria que nós fôssemos para área governamental e agora a gente viu que estamos indo para a área das escolas particulares com a parte de educação, tanto de anos iniciais no desenvolvimento de uma aplicação para a parte de alfabetização, mas também muito focado no atendimento ao transtorno do espectro autista, então para autismo [...]. (Representante Virtwell).

Cabe contextualizar que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) “é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades.” (Brasil, 2024). Além disso, na realidade escolar, por exemplo, “em apenas um ano, o número de matrículas de pessoas com TEA passou de 429 mil, em 2022, para 636 mil, em 2023 no país — um aumento de 48%.” (UOL, 2024).

E apesar de muitos estudos, o autismo ainda é muito mal compreendido na nossa sociedade, o que torna ainda mais difícil superar todos os preconceitos que perpassam pela questão. Na cidade de Ponta Grossa, existe a Associação de Proteção dos Autistas (APROAUT) que é uma entidade filantrópica voltada para o atendimento especializado à crianças, adolescentes e adultos diagnosticados com TEA, uma das parceira da presente startup, como citado pelo entrevistado

[...] e quando surgiu essa demanda o que que nós procuramos fazer, a gente precisava pesquisar e conhecer o público e eu sou da área da tecnologia, então nós não tínhamos o hall para esse desenvolvimento, então nós fechamos uma parceria e procuramos a APROAUT, que é a associação de proteção aos autistas aqui de Ponta Grossa, e fechamos uma parceria com eles, então nós cedemos equipamentos, a ferramenta que nós fizemos, e começamos a desenvolver a partir de demandas deles [...] a primeira visita que a gente fez para a APROAUT para entender o que que eles precisam e

como que a gente poderia trabalhar. A diretora nos disse que eles queriam construir uma casa terapêutica utilizando com o tempo para atividades da vida prática, da vida diária para criança praticar, isso que você entende por exemplo, que é uma atividade simples para nós mas que para eles pode parecer mais complexo, como arrumar brinquedos, arrumar uma mesa, organizarem uma mesa na cozinha e tal, se arrumar, então nós fomos para lá e aí nós vamos construir uma casa de maneira virtual, e ela pode ter o tamanho que você quiser, podemos aumentar letramento com as atividades que você quiser, da maneira que você quiser. (Representante Virtwell).

O primeiro destaque da fala cabe ao fato de que os membros da startup buscaram conhecer a realidade dos portadores de TEA através da APROAUT. O primeiro passo quando não dominamos um assunto é justamente recorrer a especialistas, pessoas que trabalham e vivenciam a questão em seu cotidiano, pois como percebemos pela fala do representante a diretora da associação trouxe as demandas e deu total apoio para que as atividades fossem desenvolvidas. E neste mesmo sentido houve um cuidado quanto a particularidades do autismo

[...] então o nosso produto hoje, vamos dizer assim, é uma ferramenta baseada em realidade virtual para atendimento área de educação especificamente, com o foco, para acompanhamento de crianças com transtorno do espectro autista, tomamos muito cuidado com relação à questão de sons, a questão desse tipo de coisa né, e sempre sob a supervisão da APROAUT que nos dá o feedback nos dá um retorno "olha essa atividade deu certo, essa atividade não deu certo. (Representante Virtwell).

O cuidado quanto a sons (particularidade de muitos autistas) e o retorno da associação sobre as atividades que tiveram êxito e as que não, são uma parte importante do trabalho, afinal percebe-se que é um momento de autoavaliação. Fazer o acompanhamento das crianças e usar os relatórios e as observações para pensar em melhorias para a ferramenta é parte do processo também.

E quanto a classificação de inovação que a startup se encaixa, nas palavras do representante, ela identifica-se em mais de uma

[...] ela se encaixaria tanto na parte de inovação tecnológica por conta né da própria essência da empresa que é trabalhar com a realidade virtual que é algo extremamente tecnológico. [...] mas nós também nos voltamos para área social pelo atendimento a questões que podem ser aplicadas junto a essa demanda social que se tem né, porque por exemplo a nossa solução voltada para o transtorno do espectro autista ele não atinge somente ricos ou somente pobres, então ele atinge todas as faces, é algo que não escolhe, então ele atende também socialmente a todos, eu acho que estaria voltada e teria um misto de ações que poderiam ser, categorias em que ela poderia se encaixar. (Representante Virtwell).

De fato, a inovação em execução é tecnológica, mas não deixa de ser social devido a demanda que é atendida. O TEA “atinge todas as faces” e deve ser considerado na agenda pública dos governantes e ser mais explorado pela categoria acadêmica das universidades, pois com bons estudos científicos é possível pensar em melhoria da qualidade de vida dos portadores do transtorno.

Na Lei Nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, encontramos no art. Nº 2 o item VIII que pontua

“o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.” enquanto uma das diretrizes da legislação, e é dentro das universidades que encontramos excelentes pesquisadores dispostos a contribuir com esta demanda social emergente.

E apesar de a legislação prever a intersetorialidade, atenção integral às necessidades e a participação da comunidade na formulação de políticas públicas, não encontramos um estímulo à própria criação de tecnologias acessíveis para as pessoas com TEA, algo que, por exemplo, poderia estar incluso na perspectiva de inovação social dentro da legislação de inovação do país. Se olharmos com atenção o caso da Virtwell na AGIPI é possível identificarmos o potencial da ferramenta desenvolvida dentro da UEPG em auxiliar no ambiente escolar. Portanto, o que ocorre é o estímulo à pesquisa científica, o desenvolvimento de tecnologias inovadoras e o atendimento a uma demanda social.

E estando presentes dentro da universidade perguntamos quanto ao apoio que recebem da AGIPI, no qual a resposta foi

[...] eles estão sendo bem proativos com relação a isso sabe, estão nos dando todo suporte tudo que a gente precisa com relação a parte de material e o que seja do alcance deles [...] e também com relação à documentação do software, que nós vamos fazer para registrar nosso software, a própria documentação com relação a editais que estão sendo abertos para fomento, para que a gente possa participar, então a AGIPI tem que contribuir muito.(Representante Virtwell).

O apoio da universidade em estimular que seus projetos, seus programas, seus pesquisadores e alunos participem de editais de fomento à ciência é essencial para se pensar na ciência e desenvolvimento.

Precisamos enfatizar que visto a legislação datada de 2021, os projetos, programas, atividades e muitas pesquisas sobre inovação (seja tecnológica, gerencial, social etc) estão começando a acontecer agora, nos últimos 4 anos, bem como editais de fomento. É um grande momento para inovar, mas é preciso sempre pensar em quem será atingido por estas ideias inovadoras. Mesmo que o cenário pareça propício, também precisamos pressionar os nossos governos para que haja uma valorização no âmbito social, para que se somem a preocupação quanto ao desenvolvimento sustentável.

A terceira startup que vamos estudar é a Peplus, uma pré-incubada da AGIPI, e que tem como principal produto o Sistema PEPLUS, que busca registrar dados do histórico de saúde de um paciente para um melhor acompanhamento dos indicadores de saúde (peso, pressão arterial, glicemia etc), tratamento medicamentoso, agenda de consultas e exames, e medicamentos. E é possível armazenar dados e fazer o acompanhamento também dos animais de estimação.

A ideia é que o paciente e sua família estejam no controle de sua saúde, tudo em um único lugar, dados referentes a consultas, exames, medicamentos, histórico de saúde e o prontuário de seus dependentes. E a startup está buscando desenvolver uma melhor parceria com profissionais de saúde na intenção de

contribuir com o desenvolvimento da plataforma. Então, ao perguntar sobre a ideia, o que faz e como surgiu o Representante da Peplus nos informa que

[...] sou um dos proprietários da Startup, nós somos em três, dois que são formados pela UTFPR e nos formamos na área de desenvolvimento de sistemas, um dos sócios trabalhava no hospital e eu trabalhava numa operadora de planos de saúde e surgiu a ideia da criação de um aplicativo voltado para o paciente e para as famílias. Então a gente tem muitos sistemas voltados para os médicos, para as clínicas, para os laboratórios, mas o paciente consulta no lugar dele daí vai em outro lugar fica as informações lá e fica muito pulverizado essas informações de saúde, então nisso surgiu a Peplus que é um sistema de controle de saúde de uma forma compartilhada. (Representante Peplus).

O aplicativo evita muitos transtornos ao armazenar os dados em um único lugar, prezando pelo cuidado em manter as informações repassadas de médicos de hospitais ou clínicas diferentes que o paciente passou, ou mesmo para que os cuidadores estejam cientes quanto a horários, o representante explica

[...] então esse é um dos diferenciais da Peplus, que você consegue ter acesso de forma autorizada né, a partir do momento em que você consegue ter acesso ou da sua avó que está acamadas, as netas que precisam cuidar todas têm acesso a qual medicamento precisa dar, qual o horário do medicamento, então a tia, por exemplo, leva para consultar e lá no consultório e o médico muda todos os exames, então todos os cuidadores que tem esse paciente compartilhado vai ter acesso a esses novos medicamentos [...]. (Representante Peplus).

Para acessar a universidade foi necessário um estudo, avaliar as oportunidades e concorrer a um edital da AGIPI, pois houve-se a necessidade de acesso a serviços de contabilidade, direito e outros administrativos, os quais muitas vezes estão disponíveis na UEPG nos seus devidos departamentos, como conta o representante

[...] buscamos um levantamento de requisitos e tal e chegou em um ponto assim que a gente precisava alavancar mais conhecimento administrativo, conhecimento jurídico, contábil e ser mais visto de uma forma melhor pela medicina e estar mais próximo dos hospitais, e tudo isso foi afunilando para a UEPG [...] analisamos o edital da AGIPI e fizemos uma primeira reunião e uma apresentação para uma banca examinadora e conseguimos ser pré incubados, e isso no ano passado então a gente assinou o contrato com a incubação no planejamento estratégico para 2024, e sentimos ainda essa necessidade de estar ainda mais próximo da UEPG. (Representante Peplus).

É evidente a importância do apoio da universidade nas mais variadas áreas de conhecimento, pois é sinal de que está sendo cumprido o papel de devolver à comunidade o conhecimento que é construído em sala de aula. Lembrando que as IES precisam estar de portas abertas para a sociedade no que se refere ao tripé de ensino, pesquisa e extensão. A universidade é pública e deve prestar apoio tanto para quem está dentro quanto para quem está fora. Levar os conhecimentos construídos em prol da sociedade para a sociedade é essencial, pois em alguns casos é comum pensar em algo, elaborar uma crítica ou usar a comunidade como objetos de pesquisa e não fazer uma devolutiva ou não democratizar o acesso.

O representante já deixou claro o quanto o apoio da AGIPI e da UEPG é essencial, mas ainda fez questão de acrescentar que

[...] Então a gente tem bastante retorno e respostas rápidas da galera jurídica, da galera administrativa e contábil, então assim se eles não tem algum auxílio profissional dentro da própria agência, eles passam o contato de outras pessoas [...] eles têm uma estrutura muito bacana para esse auxílio, sempre estão de prontidão e sempre param o que eles estão fazendo para nos auxiliar e dão suporte para a gente. (Representante Peplus).

Verificamos também a importância de parcerias entre os setores de conhecimento da universidade, do repasse de contatos e especialistas nas mais variadas linhas de atuação e pesquisa, isso faz a diferença na hora de fazer inovação. E vale lembrar que a UEPG possui seis setores de conhecimento: ciências sociais aplicadas, ciências biológicas e da saúde, ciências humanas, letras e artes, ciências exatas e naturais, ciências agrárias e de tecnologia e ciências jurídicas.

Ao perguntarmos então como a Peplus classifica a inovação desenvolvida pelo aplicativo, pelo sistema, a resposta foi

[...] Além da tecnológica, talvez social, porque a questão realmente é voltada para a área da saúde, eu vejo que social poderia se enquadrar também porque o objetivo da Peplus é a qualidade de vida, estrutura, então o bem-estar de pessoas, a gente tem funcionalidades ali que fazem esse auxílio para todas as pessoas viverem bem na questão de controle de saúde. (Representante Peplus).

E voltando ao objetivo de promover o bem-estar dos usuários do sistema podemos perceber sua perspectiva social, pois encaixa-se em uma inovação social que promove melhorias tecnológicas no âmbito da saúde. E vale comentar que o governo federal possui o programa “Meu SUS Digital” que prevê a informatização e integração dos dados de saúde dos cidadãos para que sejam repassados também entre as unidades de saúde e os órgãos de gestão. Como trata-se de um programa digital muito novo também está em desenvolvimento e ter mais opções é sempre bom para a população de forma geral.

E por último temos BrevenLaw que atua no ramo de compliance jurídico¹⁸, auxiliando os clientes a tomarem melhores decisões no tratamento de dados pessoais, facilitando a utilização sistematizada e correta da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)¹⁹ e entre outras diretrizes. “Ajudamos nossos clientes através de soluções próprias a adequar sua empresa a LGPD, bem como agregando valor ao seu produto ou serviço focando sempre na melhor experiência.” (BrevenLaw, 2024). Dentre os serviços prestados citamos o grau de risco, grau de ações, monitoramento, gestão de crises e redução de risco.

Seguindo o roteiro também buscamos compreender o que a startup faz, qual é o objetivo, qual é o público-alvo, e obtivemos a seguinte resposta

¹⁸ Consiste em um conjunto de diretrizes internas com o objetivo de assegurar que a empresa opere de maneira transparente, ética e em conformidade com a legislação.

¹⁹ Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado. Tem por objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

A BrevenLaw ela nasceu há três anos atrás como uma ideia o nosso CNPJ foi criado dois anos atrás (2022) e nós somos uma plataforma de tecnologia em automatização de compliance, então o que seria isso, nós temos vários tipos de tecnologia própria e desenvolvida dentro da UEPG [...] a nossa comercialização é o seguinte, a empresa ela tem um problema de boa conformidade, às vezes ela tem problemas ambientais às vezes elas têm problema com relação a LGPD, lei geral de proteção de dados, e ela quer organizar a casa para crescer [...] Nós transformamos o compliance da empresa que é todo burocrático em algo positivo para a empresa, em algo que tem o resultado real. (Representante BrevenLaw).

Sendo uma tecnologia desenvolvida dentro da UEPG podemos novamente destacar a importância do papel da universidade em apoiar pesquisas que tenham potencial para ir além dos muros da instituição. O processo burocrático com o qual a startup trabalha facilita para que as empresas possam se adequar a legislação, o que é muito importante se pensarmos no que vai além da lei. Afinal, se uma empresa está adequada e seguindo eticamente as diretrizes temos por resultado o direito garantido, seja do funcionário ou do cliente. Um dos clientes da BrevenLaw é a própria UEPG

[...] porque qualquer empresa que lida com pessoas precisa ter LGPD e estar seguindo a questão da política de ética e corrupção e aí a tecnologia quanto maior for o nosso cliente, por exemplo, a universidade é nossa cliente, então começamos com eles com a LGPD, mas nós queremos expandir para outras coisas que impactam na universidade, semana passada passou uma reportagem sobre a segurança dentro do campus da UEPG, então é algo que nós conseguimos através de estudos que a UEPG fez, e fazer uma métrica em cima disso que a plataforma já tem capacidade de suportar. (Representante BrevenLaw).

Melhorar a segurança no campus da universidade é uma pauta emergente. Se a plataforma já tem suporte para isso cabe a UEPG demonstrar interesse em investir, pois tornar a universidade um lugar seguro para todos é essencial para o uso do espaço público com ainda mais qualidade.

Ao se pensar em programas de segurança no campus já estamos avançando enquanto instituição, prezando pela integridade de seus alunos, funcionários e comunidade. Ainda que as estruturas institucionais das polícias e das universidades aqui relatadas sejam muito diferentes e que algumas iniciativas atendam a questões específicas das realidades em que estão inseridas, os problemas são semelhantes e os modelos apresentados para tratá-los podem estimular a capacidade dos gestores locais no desenvolvimento de um programa de segurança para as nossas universidades

E embora as estruturas institucionais das políticas das universidades sejam bastante distintas, algumas iniciativas que abordem questões específicas das realidades locais, como os problemas enfrentados, devem ser considerados enquanto prioridade na agenda de tomada de decisões dos conselhos universitários. É preciso então, incentivar os gestores locais a desenvolverem e/ou apoiar iniciativas de segurança para as universidades.

E o interesse da startup não fica recluso apenas a segurança

[...] queremos migrar para outras áreas de impacto social ou impacto ambiental, por exemplo tem a vegetação que não pode ser desmatada na UEPG, Quais são as evidências, o que nós precisamos fazer, onde que nós vamos colocar? Então tudo que é compliance, tudo que é conforme dado legal e colocar tudo dentro, para prevenir e que ela consiga tomar decisões mais estratégicas quanto a isso. (Representante BrevenLaw).

A preocupação com os impactos sociais e ambientais da universidade é outro ponto positivo que observamos durante a entrevista. Entendemos enquanto uma pauta ambiental e de sustentabilidade, pois espaços arborizados são muito utilizados para atividades educativas ao ar livre e manter o espaço limpo, seguro e preservado é necessário nestes e em outros casos. Talvez este seja o caso de demonstrar o interesse para a própria AGIPI, que tem apoiado muito como conta o representante

[...] então nós procuramos a UEPG quando começamos a desenhar o nosso produto. O nosso produto for terceirizado e nós o desenvolvemos e trouxemos para cá quando o Hub de inovação ainda não existia [...] nós já tínhamos um ano e meio de operação, e no começo do ano passado nós mudamos de endereço fiscal, mas pagávamos um coworker de Curitiba e nós mudamos para a UEPG que era gratuito, então a partir daí nós ficamos como incubados da UEPG [...] a gente tá conseguindo até com oportunidades de fechar negócio. (Representante BrevenLaw).

Empreender e investir custa caro, portanto quando a AGIPI pode oportunizar que a startup deixe de ter esse gasto com coworker em Curitiba já foi um grande passo. Além disso, esse apoio na hora de fechar negócios colabora com o alcance de clientes que podem precisar dos serviços ofertados, e tudo isso ocorre em meio a esse processo de incubação e acompanhamento feito no campus da UEPG. E a depender da ação realizada a implicação social pode ser bem ampla, então será neste momento que vamos observar se poderia ou não se encaixar numa perspectiva de inovação social.

[...] então qual impacto social disso? Isso já gera algo que transformando em compliance pode vir a ser um diferencial para o mercado [...] Eu a colocaria como inovação tecnológica porque ela é cerne do nosso industrial, então o nosso produto é a nossa tecnologia, porém ela tem a capacidade de impactar em diversas maneiras a sociedade. (Representante BrevenLaw).

A tecnologia desenvolvida é muito específica da inovação tecnológica e o impacto social virá a depender do cliente. Se é uma empresa do ramo da saúde terá implicação na saúde, se for uma empresa ambiental será no meio ambiente, na área da educação terá impacto para os estudantes e professores e assim por diante. A questão é que todos precisam seguir as diretrizes propostas por nossas legislações para que possam operar de forma ética e evitar transtornos.

Para um pesquisador, ou mesmo um observador de fora, por vezes está claro o potencial da inovação social nos produtos e serviços oferecidos pelas startups incubadas pela AGIPI, mas será que isso é compreendido de dentro para fora? Para responder esse questionamento voltamos para os gestores que entrevistamos, os quais ao serem perguntados, no contexto da agência, “O que você compreende por Inovação Social?” obtivemos as seguintes respostas

A Inovação social eu acredito que seja uma implementação de uma melhoria em determinada prática ou atividade comunitária que enseja o melhor acesso ou uma melhor qualidade no uso de um serviço público, ou uma maior representatividade da pessoa dentro da sua comunidade, nos assuntos de sua comunidade, independentemente de lógica de mercado. (Miranda, 2024).

[...] Inovação social é uma espécie do gênero inovação, ela busca inovação como um todo e a partir daí tendo a inovação social, ela aparece na prática como um reflexo, eu vejo como reflexo mas não como uma busca direta nesse sentido, assim, não obstante exista uma grande preocupação por parte [...]. (Simionato, 2024).

Eu entendo assim, para mim inovação social é você entender os problemas que existem hoje na nossa sociedade e você criar soluções para resolvê-los, eu acho que, na minha cabeça, sendo muito simples, na minha definição, é isso. (Junior, 2024).

Schubert (2014), define que a extensão social da inovação depende do posicionamento de seus atores sociais, e neste sentido existe um posicionamento em concordância com tal definição dentro da AGIPI. As startups entrevistadas possuem o potencial de encontrar soluções para muitos problemas sociais. Cada uma dessas startups faz parte deste ecossistema de inovação do Estado do Paraná, mais especificamente ligados UEPG, cada uma delas traz em si um problema envolto da sociedade em que estão tentando resolver ou colaborar e isso faz parte do papel que escolheram desempenhar sendo incubados pela agência que vive dentro de uma universidade pública.

E mesmo que o entendimento seja diferente de cada um dos gestores, de forma geral o que temos é uma inovação que visa a promoção do bem-estar, criação de novos processos tecnológicos, estruturais e organizacionais, que busquem ter um impacto social, independentemente de uma lógica de mercado, pensando na interação entre os indivíduos.

Neste capítulo buscaremos expor para além da agência de inovação da UEPG, outros debates que, em nossos estudos e percepções, também se encaixam enquanto inovação social. Partindo da legislação interna da universidade, anteriormente também trabalhada, com uma concepção de atualização. A exposição da extensão universitária enquanto campo de inovação e a importância de se propor um modelo de desenvolvimento sustentável.

3.1 ATUALIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO: MUDANÇAS NECESSÁRIAS NA LEGISLAÇÃO INTERNA DA UNIVERSIDADE

Como estudamos no capítulo anterior, a legislação e os decretos estaduais são muito recentes no estado do Paraná, a lei de inovação surge em 2021 para regulamentar todas as instâncias de inovação e os decretos complementam ou alteram o que for pertinente. Mas então nos cabe compreender de que forma isso impacta a universidade, portanto, conversamos com uma representante do Setor Jurídico da UEPG para entendermos como, internamente, essas novas legislações podem implicar no cotidiano da instituição.

Para iniciarmos este debate, primeiramente precisamos entender: Juridicamente, como a UEPG trabalha com inovação? Chegam muitas demandas específicas?

Então, os regulamentos são propostos geralmente pelo órgão interessado, como este da AGIPI, até eu acho que eles estão trabalhando na atualização deles [...] mas eles têm dificuldades como todos por conta de ter muito trabalho né. Então normalmente todos os que foram propostos tramitam pela instituição, então é proposto pela AGIPI passa pela pró-reitoria de planejamento, porque tem um setor lá que analisa todos os regulamentos da instituição né, aí passa pelo jurídico para dar o parecer jurídico e vai daí para o conselho de administração [...] dá o parecer e aí vai para o conselho de administração ou para o conselho universitário, que é o conselho maior da instituição [...]. (Representante do Setor Jurídico da UEPG).

Os processos, assim como o padrão das instituições, passam por muitos setores para serem avaliados e aprovados. Na citação acima percebemos que para que haja uma atualização também é necessário que ocorram novos processos, algo que a AGIPI tem trabalhado, o que já é um avanço. Mas quanto à inovação em si, ocorre um maior destaque para acordos de cooperação, regulamentos e projetos por meio de editais de fomento.

Tudo que envolve convênios e termo de cooperação em outros órgãos passa por nós ou qualquer regulamento, porque eu me lembro do regulamento que passou do uso dos espaços físicos, qualquer menção ou qualquer norma que discipline tem que passar pelo setor jurídico [...] então existe um projeto de inovação, tem fazer com a empresa ou com a Startup que vai dar recurso para essa inovação, a universidade faz um convênio que é um instrumento jurídico né [...] então o que mais a gente tem feito são os acordos, a modalidade de acordos, que é o que consta lá e se chama acordo de cooperação [...]. Uma coisa que passou por aqui também foi a nossa adesão ao edital da SETI que vários projetos aqui da região concorreram e é a AGIPI que coloca esses projetos, o da AGEUNI, os acordos com as empresas, com o município passam por aqui também. (Representante do Setor Jurídico da UEPG).

Incluimos no roteiro o nosso foco de trabalhar a inovação social, isso para compreendermos se, internamente, a UEPG reconhece esse tipo de ação como inovação. Sendo assim, perguntamos para a representante: Há quanto tempo você trabalha aqui? E nesse tempo, já chegou algum projeto que envolvia a parte social ou você não chegou a ver o termo "inovação social" algo neste sentido?

Vai fazer 30 anos, mas não, nunca vi o termo inovação social. [...] mas projetos assim sociais eu já fiz vários, muitos de serviço social que desenvolve muita coisa boa, bastante projetos interessantes que aí ficam fazendo parte de um convênio né, e aí vem para mim e eu acabo lendo, olhando o projeto no convênio, muita coisa social sempre passou, mas acho que a universidade tem um potencial bem grande que acho que pode ser ainda mais explorado sabe, pode ser mais incentivado. (Representante do Setor Jurídico da UEPG).

Uma questão que nos cabe refletir aqui é se a inovação social poderia ser mais conhecida caso estivesse melhor regulamentada, afinal, existem estudos que comprovam sua eficiência e importância, mas a falha está na legislação. Sem regularizar legalmente muitas ações não são reconhecidas e isso impede que atividades em potencial possam ser concretizadas no âmbito da universidade.

Portanto, outro questionamento foi: A legislação do Estado e as internas da UEPG são suficientes para abranger todas as demandas da universidade? E aqui entendemos as demandas que referem-se à inovação, independentemente do setor ou área do conhecimento. E a resposta que obtivemos foi

Eu acho que o decreto tá muito bom, o Decreto Estadual que regulamenta a lei, eu acho que ele foi um passo à frente. Mas eu acho que essa parte de inovação social, ela precisa ser mais regulamentada, ela deveria ter um capítulo especial no decreto porque eu acho que falta, e inclusive eu li e eu não me lembro de ter nada sobre inovação social, nem na lei nem do decreto, então eu acho que precisa de um instrumento jurídico, alguma legislação específica ou até acrescentar na que já existe porque realmente não tem, pelo menos eu como advogada não detectei isso né. (Representante do Setor Jurídico da UEPG).

Podemos dizer então que o Paraná realmente tem feito mudanças significativas em sua conjuntura, o que nos leva a uma legislação que possui inúmeras vantagens, mas que por ser muito recente ainda não é o suficiente. Para as universidades, que trabalham diretamente com pessoas, com a comunidade, seria benéfico reconhecer a inovação social enquanto um dos instrumentos de desenvolvimento do território. E quanto a legislação interna da UEPG, a representante declara que

[...] a legislação da UEPG precisa ser inteira adaptada ao novo decreto e a nova lei, e incluir também a inovação social, porque também a legislação da UEPG não fala nada sobre isso, até porque ela é mais antiga, então eu acho que precisa tanto a regulamentação estadual quanto a da UEPG se atualizar e colocar isso também. Eu acho que ela tem que adaptar, porque decreto estabeleceu muitas coisas que a gente não tem na nossa legislação e a gente não tinha nem autorização legal para fazer. (Representante do Setor Jurídico da UEPG).

Com a atualização e/ou adaptação da legislação interna da UEPG não serão apenas reconhecidos trabalhos sociais como inovadores, como também pode-se melhorar as condições para docentes, servidores

e alunos participarem com maior protagonismo nas decisões inovadoras da universidade, um ponto que interfere diretamente na remuneração, como destaca a representante em outra fala

o que eu penso também que precisava era a parte de disciplina e remuneração de pessoas, que a Lei e o decreto permite a participação de professores e de servidores dos projetos e também tá defasado, nós precisamos atualizar porque também teve mudança na licitação de prestação de serviços e a própria legislação de inovação hoje ela tem uma permissão muito maior para que professores participem e ganhem [...] e eu vejo isso como uma necessidade muito grande, de disciplinar a participação dos nossos servidores e professores nisso porque daí eles podem ganhar bolsa se for via fundação, então acho que precisa ser melhor definido sabe. (Representante do Setor Jurídico da UEPG).

A UEPG aprovou a participação de servidores, docentes e alunos na exploração econômica, intercâmbio e transferência de tecnologia e direitos de propriedade intelectual em 10 de dezembro de 2008, através da Resolução UNIV Nº 36. A resolução veio para esclarecer questões sobre os direitos de propriedade, os responsáveis pelas ações, recursos destinados e proteção intelectual do que se é pesquisado, produzido e desenvolvido na universidade.

E vale lembrar que o novo regulamento da AGIPI é datado de 2011 e a incubadora de projetos, que possui também a participação de professores nas startups, é de 2013 com a aprovação do regulamento das atividades referentes à Incubação de Projetos Inovadores pela AGIPI.

[...] eu vejo realmente como advogada daqui a necessidade de regulamentar e adaptar a nossa legislação para a nova legislação Estadual [...] porque vem um processo para cá e eu preciso respeitar a legislação estadual, mas a legislação interna não está adaptada, ela não contempla aquilo, então fica difícil, e aí falando mais especificamente no meu trabalho, fica difícil para você adaptar isso, para você resolver o problema, porque o que eu vou seguir é a legislação estadual [...].

Melhorias internas podem ser feitas devido a autonomia das universidades, e no caso da UEPG, com a atualização de sua legislação, poderiam ser consideradas ações extensionistas como inovação, muitas de cunho social se encaixando na perspectiva de inovação social. E para trabalharmos melhor a extensão universitária nesse contexto, o item a seguir buscará aprofundar a discussão e trazer exemplos concretos que comprovam o quanto a universidade pode fazer por sua comunidade, fazendo justamente o que se entende por inovar para as pessoas.

A atualização das leis é crucial para assegurar que a população esteja constantemente informada sobre as alterações no cenário legal, assegurando que a democracia e os direitos de todos sejam respeitados. E com a comunidade acadêmica isso não seria diferente, afinal, as universidades possuem autonomia para criar seus regulamentos, normativas e legislações próprias que condizem com a sua realidade. Mas é importante ter consciência de que são decisões políticas, que afetam todo um contexto e que precisam acompanhar as mudanças sociais que vem ocorrendo nos últimos anos, para continuar avançando em qualidade.

Sem uma legislação atualizada que leve em conta essas particularidades contemporâneas, os aplicadores internos da universidade não têm outra opção a não ser aplicar normas concebidas para tecnologias ultrapassadas ou incompletas em contextos já diferentes. Ao promover a atualização com base na lei estadual de 2021 e considerar a inclusão da inovação social, a UEPG demonstra que prioriza a formação contínua e estabelece práticas eficazes de estudo.

3.2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA É INOVADORA

A extensão diz respeito a ações que têm como objetivo criar um vínculo entre os âmbitos acadêmicos e a sociedade. Em outras palavras, são oportunidades em que a comunidade e a instituição compartilham saberes. É possível afirmar que a extensão serve como um ponto de encontro, onde se é promovido uma relação mútua entre os conhecimentos construídos em sala de aula, com professores e alunos, com a sociedade. Essa interação permite ao estudante contextualizar sua trajetória histórica, identificar-se culturalmente e relacionar sua formação com os desafios que certamente encontrará no futuro.

Assim, a extensão desempenha um papel essencial na formação da cidadania e na criação de um novo modelo de sociedade.

A extensão universitária assume na universidade atual sua função de prática social, tendo como objetivo primeiro o ato educativo, porque, além de promover o aprimoramento do ensino na formação de profissionais, também presta serviços à comunidade. (Ribeiro, 2011, p.1).

A Extensão tem se dedicado a refletir e debater sobre o papel das universidades como um meio de fortalecer a função social da instituição. Atualmente reconhecida formalmente e, especificamente no Brasil, consagrada pela Constituição e por outras legislações, como o Plano Nacional de Educação, é vista como uma maneira de aprofundar os laços com a sociedade.

Enquanto as entrevistas estavam em andamento, mesmo que não tenham sido questionados acerca da extensão universitária, alguns entrevistados relataram que no âmbito da UEPG os programas e projetos extensionistas podem se caracterizar enquanto inovação social. Uma das falas veio diretamente da representante do Setor Jurídico da UEPG

[...] e aí realmente o termo inovação social, eu não me lembro de ter visto em documento nenhum, o que me veio à mente foi justamente **os projetos de extensão** que eu conheço, mas eles tramitam como extensão e não como inovação. Me veio quando a gente estava conversando um monte de projetos que eu vi que até poderiam caracterizar, nossa **poderiam então ir para o lado da inovação** [...] o que eu vi assim a maioria foi isso, eu não me lembro assim de inovação social, lembro só dos de extensão, então justamente essa junção esteja faltando. (Representante do Setor Jurídico da UEPG, Grifo Nosso).

O que percebemos com esta citação é que, internamente, a UEPG em seu contexto universitário percebe mais as ações da extensão enquanto inovação social. Atividades extensionistas são voltadas para a

comunidade, e considerando que muitas delas tem trabalhado com a sociedade em prol de suprir necessidades que, por vezes, não são supridas pelas políticas públicas, estão inovando o território através do apoio da universidade.

Sendo assim, compreendemos que para além da agência de inovação, a extensão universitária é também uma das detentoras da inovação social no contexto da UEPG. Seus programas e projetos, em todas as arenas do conhecimento, buscam por melhorias dentro e fora da sala de aula, e possuem financiamento de muitos editais de fomento do estado e de organizações privadas, a exemplo citamos os projetos aprovados com o financiamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná - SETI, os chamados “Universidade Sem Fronteiras – USF²⁰” que atuam em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, em áreas de pobreza das cidades paranaenses.

Visto a importância da extensão universitária neste contexto, cabe-nos demonstrar através de exemplos práticos de que forma a extensão também é inovadora. Portanto, visto a trajetória acadêmica das pesquisadoras responsáveis por esta obra, escolhemos citar a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol)²¹, um programa que atua com temáticas já citadas, como a Economia Solidária, Tecnologia Social, Sustentabilidade, Desenvolvimento e também inovação.

A IESol foi reconhecida como um programa de extensão no ano de 2005, e nestes 20 anos de existência vem se consolidando enquanto uma das mais influentes incubadoras do Estado do Paraná. Seu objetivo é apoiar grupos de empreendimentos econômicos solidários (EES) regida pelos ideais da Economia Solidária.

Possui a finalidade de oferecer acompanhamento, informação e encaminhamentos, também contribuindo para a consolidação do acesso aos direitos sociais por meio de políticas públicas. Ao longo de sua trajetória a IESol já acompanhou mais de 30 grupos com diferentes produtos e serviços ofertados, como artesanato, alimentos agroecológicos, artes, reciclagem, grupos de saúde mental, jardinagem e entre outros. As sedes dos grupos variam de Ponta Grossa e região, o que demonstra a amplitude do programa extensionista.

O acompanhamento desses grupos é feito pelo processo de incubação, mas é diferente do que ocorre na AGIPI, pois nesse caso da IESol não são grupos residentes. A incubação possui fases, a 1) pré-incubação, que refere-se a aproximação e diagnósticos; 2) incubação, que seria o desenvolvimento de todas as ações e projetos buscando a consolidação e autonomia do empreendimento; 3) desincubação, que é a ampliação

²⁰ O Programa “Universidade Sem Fronteiras” – USF, em conformidade com a Lei Estadual nº 16.643, de 24 de novembro de 2010, possui o objetivo de executar uma política de extensão nas instituições públicas e/ou privadas, que praticam a disseminação de conhecimentos via projetos de extensão, priorizando o financiamento de projetos executados em áreas consideradas estratégicas. (SETI/PR, 2024). Mais informações em: <https://www.seti.pr.gov.br/ugf/usf/apresentacao>.

²¹ Para além das informações aqui trabalhadas sobre a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol), sugere-se aos interessados que acessem mais elementos de produções, projetos, notícias e contato através do site oficial do programa: <https://www2.uepg.br/iesol/>.

da autonomia do grupo em relação à IESol; 4) pós-incubação, categoria que permite o grupo continuar tendo contato com a incubadora para algumas atividades. (IESOL, 2018).

A IESol é um dos maiores programas de extensão da UEPG e busca trabalhar em uma perspectiva interdisciplinar em um mesmo espaço de troca de experiências. Atuam na incubadora profissionais de Economia, Serviço Social, Química, Psicologia, Geografia, Jornalismo, Administração e seus respectivos estagiários. Mas cabe pontuar que não se limita às referidas profissões, afinal alunos de qualquer curso podem atuar e desenvolver suas horas de extensão e pesquisa.

Como estudamos anteriormente, Economia Solidária e Inovação Social são termos diferentes, assim como ambas podem utilizar de tecnologias sociais para o desenvolvimento de suas ações. No caso da IESol podemos considerar que suas ações comprovam que a extensão universitária da UEPG pode ser inovadora.

O acompanhamento de grupos da sociedade civil, sua atuação junto a movimentos sociais e o uso de tecnologias sociais só colaboram com a questão aqui estudada. O alcance da universidade em diferentes segmentos de trabalhadores, estudantes, professores e técnicos reúne pessoas de todas as áreas do conhecimento em prol de buscar contribuir com a população em torno da UEPG, e em alguns casos de cidades próximas.

Este programa extensionista também é contemplado por projetos fomentados pelo Estado do Paraná, como os da USF e outros. Bem como, colabora com o desenvolvimento de novas pesquisas indo de encontro com temáticas como sustentabilidade, inovação, saúde mental, agroecologia entre outros. E a atuação junto a variados grupos não é o limite, afinal, palestras, estudos, formação com órgãos de Assistência Social, Educação, Saúde, Meio Ambiente e entre outros também fazem parte da rotina da equipe, demonstrando sua transversalidade.

A UEPG, assim como outras instituições, poderiam reconhecer trabalhos como este enquanto inovação social, talvez pudessem até concorrer a outros programas de governo que exigem que a inovação seja o foco principal das ações. Ao regularizarmos estas ações estaremos abrindo novas portas, fazendo parcerias com empresas públicas e privadas, incentivando alunos a pensar em uma inovação para as pessoas e a desenvolver pesquisas que colaborem com o desenvolvimento sustentável das cidades.

Sem compreender a fundo tais questões não conseguiremos progredir com ações como as do programa IESol, que cumprem o papel de abraçar demandas internas e externas da UEPG. Para isso reflète-se que existem muitos desafios a serem superados no âmbito da extensão universitária para que isso seja possível, um deles sendo a Curricularização da Extensão, sua regularização e adaptação à legislação.

Sendo assim, visto a importância de oportunizar atividades práticas aos alunos, professores e demais servidores, no ano de 2018 foram divulgadas as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira através da Resolução Nº 7, de 18 de Dezembro, por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE). Propondo 10% de obrigatoriedade curricular e orientando sua integração em programas e projetos em áreas

de pertinência social, pensando no próprio desenvolvimento sustentável. Algo que a UEPG já está implementado, seguindo as diretrizes propostas.

Podemos considerar que a curricularização da extensão ocorreu de forma tardia nos currículos de graduação, afinal, a valorização da prática e da integração com a sociedade já deveria ser algo muito bem conceituado no meio acadêmico. Sendo uma questão de operacionalização do conhecimento, Arienti (2023, p.184), acredita que "[...] a universidade brasileira está atrasada na terceira missão e que o ensino precisa de motivação que vá além da utilização de tecnologia nas aulas."

A valorização das atividades de professores e alunos é essencial para que a curricularização seja efetiva, afinal, com tantas horas em atividades podem ocorrer sobrecargas e isso não colabora com o desenvolvimento de atividades inovadoras que possam impactar na sociedade. Sendo assim, é importante pensarmos até que ponto estamos preparados para esse desafio

[...] Há, assim, mais tarefas para o professor, além do ensino, pesquisa e administração, as quais são as tarefas ligadas a formulação de projetos e programas de extensão, acesso aos grupos sociais da comunidade, explicação dos objetivos da extensão para alunos e comunidade, supervisão e avaliação dos alunos, sem mencionar os problemas operacionais da atividade extra-campi [...] Às múltiplas atividades do professor, será adicionada mais uma. Estamos preparados para tal tarefa? (Arienti, 2023, p. 184).

A realidade dos estudantes também não vai ser fácil, com a obrigatoriedade de 10% da carga horária de seus cursos, ainda terão que se dedicar às disciplinas, atividades complementares, estágios e pesquisas se assim desejarem, o que demonstra um alerta a uma sobrecarga também.

Entende-se que incentivar a extensão universitária é por vezes um processo de inovação e avanço, porém precisamos considerar os desafios a serem enfrentados, caso contrário não será concreta sua implementação. E neste sentido, considerar questões como

O principal problema operacional é que os alunos terão que sair do campus, terão novas rotas, mais despesas, mais tarefas para realizar em menos tempo, terão que compartilhar tarefas das disciplinas com tarefas e atividades da extensão, com o agravante que estas não serão no mesmo local, isto é, no campus. Há problemas de mobilidade, de tempo e dinheiro para os estudantes. (Arienti, 2023, p.185).

Portanto, é preciso que as instituições de ensino superior estejam preparadas para superar estes e os demais desafios que a curricularização da extensão irá enfrentar. Mas a principal questão é entender que deve-se valorizar o trabalho desenvolvido junto a comunidade e criar espaços onde possam ser concretizados com satisfação. Os cursos de graduação devem avaliar suas atividades em extensão e promover uma oferta de vagas que seja pertinente a quantidade de horas em que os professores possam estar a disposição, assim como avaliar a situação dos alunos.

Através de uma colaboração contínua entre ensino e pesquisa, que são inseparáveis, é urgente o reconhecimento inovador que promove uma conexão transformadora entre a universidade e a sociedade. A prática integrada da extensão aprimora e atualiza o conhecimento acadêmico, pensando em demandas sociais, buscando incessantemente por novas tecnologias e alternativas de atender a sociedade e continuar rumo a integração dos discentes, docentes e servidores com sua produção cultural e científica, considerando o contexto social.

E neste sentido, as universidades devem valorizar a extensão da mesma forma como fazem com a pesquisa, afinal, estamos falando da construção coletiva de conhecimentos que podem mudar a realidade social. E atrelando a essa perspectiva de uma melhor valorização da extensão universitária, podemos relacionar com a fala de dois dos gestores da AGIPI

[...] E tem outro aspecto que a UEPG ainda não está aproveitando, e acho que vai acontecer em breve, qual é a parte da extensão tecnológica, por que pensamos apenas na iniciação tecnológica, que já existe, mas acabamos não pensando na extensão tecnológica, que é, de fato, eu estar envolvido e fazer coisas na sociedade, mas ao mesmo tempo produzir outras coisas, eu fazendo outras coisas, inovando com as pessoas, sabe? [...]. (Junior, 2024).

[...] Eu acho que a UEPG tem dezenas ou talvez centenas de pesquisas com o potencial de inovação social, e muitas delas podem ser encontradas nos projetos de extensão [...] eu acho que a imensa maioria dos projetos de pesquisa da universidade tem essa possibilidade de serem vistos pelo prisma da Inovação social. (Miranda, 2024).

Muitas pesquisas podem nascer em espaços de extensão universitária, valorizando justamente o tripé de ensino, pesquisa e extensão. Portanto, ao curricularização da extensão também é preciso dar suporte, seja ele estrutural com locais adequados para os discentes e docentes desenvolverem suas atividades, como também suporte técnico, na contratação de profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento que possam colaborar com a universidade e fazer o acompanhamento dos estudantes.

Quando citamos o suporte técnico, podemos enfatizar que para que seja inovador é preciso que tenham pessoas envolvidas e dispostas a propor mudanças em uma realidade, e se neste caso da extensão, a realidade é a universitária, os recursos humanos são essenciais. É preciso considerar a carga horária dos professores e não sobrecarregar servidores, afinal, com uma equipe melhor estruturada é possível pensar em avanços significativos para inovar o ambiente universitário e extensionista.

Bem como, o governo deve manter editais de fomento como os da USF, criar novos projetos e fundos de repasse a extensão e reconhecer com mais valorização o trabalho desenvolvido. Destinar recursos a universidade é investir em ações amplas e transversais, buscando contribuir com o alcance da comunidade aos conhecimentos construídos em sala de aula. Ou seja, nesta lógica, e com base no que estudamos até aqui, a extensão se caracteriza como inovação social, na medida em que pensa na sociedade em seu entorno e atende demandas diversas, através de programas e projetos consolidados dentro da UEPG.

Como percebemos anteriormente, a UEPG precisa trabalhar na atualização e adaptação de sua legislação, e neste momento é preciso reconhecer que a extensão universitária é inovadora, facilitando parcerias internas entre os demais órgãos de inovação, destinação de recursos financeiros e humanos. A questão é reconhecida enquanto necessária, podendo até precisar de uma regulamentação específica.

[...] muito da legislação estadual fala que será regulado pelas instituições mas daí vai ser regulado pelas instituições e a gente não regulou, e então o que que eu aplico? Então acho que isso é uma necessidade, e até pensamos na regulamentação da extensão junto à inovação na UEPG. (Representante do Setor Jurídico da UEPG).

Regulamentar a extensão junto a inovação seria um passo à frente no que refere-se a inovação social, cumprindo com a perspectiva de transformação social em prol da sociedade. Transmitir aos docentes e discentes que suas atividades são inovadoras pode aumentar a valorização das ações, passando a ter mais reconhecimento na academia, como por exemplo, a criação de prêmios, como ocorre com a iniciação científica. A oportunidade de desenvolver ações extensionistas em agências de inovação ou em outros órgãos da universidade podem até ser meio de efetivar a curricularização e facilitar a criação de novos campos de ação interdisciplinares.

Diante do exposto, não podemos esquecer que assim como é um campo de transformação social também deve seguir e promover um modelo de desenvolvimento, e neste caso, também enfatizamos a necessidade de fazer extensão nas premissas do desenvolvimento sustentável, pensando nos ODS e nas demais ações que possuem efetividade dentro e fora da universidade.

3.3 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O PAPEL DA UNIVERSIDADE

A ONU tem a intenção de impulsionar de forma positiva a transformação do mundo até 2030, mas como dito anteriormente, isso só será possível com um trabalho coletivo, uma parceria entre a esfera pública e privada, com a sociedade civil, os governos e também as universidades. Mas então, cabe-nos entender de que forma o papel da UEPG é observado através dos representantes das startups incubadas, a fim de compreender de que forma os ODS impactam suas vivências.

É comum encontrar startups que se definam enquanto sustentáveis ou que levem a bandeira dos ODS, e nestes casos da AGIPI, enquanto estão ligadas a uma universidade pública, isso se torna de certa forma uma regra. A verdade é que muitos editais de fomento exigem que para obter tal financiamento é necessário prezar por um dos objetivos sustentáveis, assim como é o caso de muitas pesquisas. Para compreender melhor como isso se aplica no cotidiano dessas startups, em uma das perguntas do roteiro perguntamos: Existe uma preocupação quanto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? E obtivemos as seguintes respostas

Com certeza. Os ODS são, porque como ainda não estamos vendendo, muito do que nos sustenta são detalhes de financiamento público, certo? Tanto o estado quanto o país têm muitas linhas. O que mais impacta aqui é a indústria e inovação, a ODS 9, cidade sustentável, 11, consumo e produção responsável, 12. E aquele que fala em redução da pobreza, aqui está, o 1, ajudamos a reduzir a pobreza. (Representante InorFTIVE).

Sim, com certeza, até porque hoje tirando raras exceções em que você tem financiamento de investidores anjo ou alguma coisa assim para Startup, as startups inclusive os nossos vizinhos dentro do HUB, a gente procura muitos editais governamentais. Então nós procuramos nos editais do governo e todos os editais são voltados para as ods, então você tem que ser igual em um ods e isso faz com que a Startup por si só ela já busque se enquadrar, desenvolver e alinhar o produto ou alinhar a tecnologia que ela tá desenvolvendo para uma dessas, então eu acredito que sim, por exemplo, o nosso se enquadra muito na questão da Educação, então seria isso. (Representante VirtWell).

Com relação às ods [...] sim, nós nos preocupamos com tudo porque como nosso produto é compliance nós temos que estar muito bem enquadrados em qualquer tipo de normativa, inclusive os nossos clientes também precisam estar, então quando o cliente nos fala nós damos um jeito de resolver o problema dele[...]. (Representante BrevenLaw).

[...] também, porque o objetivo da Peplus é a qualidade de vida, e de estrutura, então pensar o bem-estar das pessoas. (Representante Peplus).

Com base nas respostas, conseguimos pontuar que ao se colocarem enquanto executores de práticas que fazem parte dos ODS as startups conseguem financiamentos de editais públicos, proporcionar uma maior qualidade de serviços para os clientes, prezar pela vida e bem-estar das pessoas e gerar o interesse de investidores.

Desde que se consolidou enquanto Agenda 2030, existem muitas chamadas públicas para seleção de soluções inovadoras para implementação dos ODS no Brasil, com financiamentos. Em 2019, por exemplo, a Fomento Paraná assinou uma adesão aos objetivos sustentáveis, o que fez com que o Paraná fosse reconhecido enquanto o primeiro Estado do mundo a aderir às metas globais (Fomento Paraná, 2019). Através de financiamentos, com direito a linhas de crédito, a intenção é promover ações em municípios de baixo IDH e atingir novos parceiros, visto a importância para o desenvolvimento do Estado. E como citamos no capítulo II, muitos financiamentos estão sendo feitos, alguns beneficiando especificamente a UEPG.

No entanto, é preciso ter clareza de que para alcançar tais objetivos é preciso muito mais que boas intenções e investimentos pontuais. Para serem eficazes é preciso transformar as políticas públicas em instrumentos de transformação social, com a devida regulamentação e investimento a longo prazo. As ações devem ser pautadas no desenvolvimento sustentável e priorizar não só a luta para superar as desigualdades, mas também preservar a biodiversidade do planeta.

As políticas públicas devem reparar em questões que ainda não fazem parte de sua prioridade, seja no Estado do Paraná ou no Brasil como um todo, elas devem seguir a lógica da inclusão social e da promoção do bem-estar físico e mental. Bem como, garantir o apoio à agricultura sustentável e familiar e apoiar os pequenos agricultores, os quais não possuem garantia, o que dificulta a própria consolidação da segurança alimentar e melhoria na nutrição das pessoas.

Outro fato é o da garantia de acesso à educação de qualidade, promovendo ações de igualdade. As políticas públicas brasileiras também falham ao combater a discriminação e a violência de gênero, raça, etnia, deficiência, idade e de orientação sexual, e neste sentido, se não protegermos as pessoas de crimes de ódio como podemos pensar em avançar enquanto uma agenda global?

Quanto ao acesso a recursos hídricos e a preservação dos mesmos estamos também atrasados. Sem iniciativas para garantir o acesso universal à água potável e saneamento para todas as pessoas, continuamos reféns da desigualdade. Promover uma gestão sustentável dos recursos hídricos é o ponto central da discussão, afinal, isso evitaria muitas catástrofes ambientais resultantes na perda de inúmeras vidas e deprecação do planeta. Bem como, o acesso e garantia de energia precisa ser considerado, de forma acessível, barata, renovável e confiável.

Precisamos de políticas que estimulem o crescimento econômico sustentável e inclusivo, que considere todos os tipos de desigualdades. As políticas urbanas e de habitação devem incluir uma infraestrutura resiliente para tornar as cidades e os assentamentos mais seguros.

Os ODS sugerem acesso equitativo à educação superior como um dos componentes da promoção de oportunidades e de aprendizado contínuo para todos, fazendo parte de diversas metas. Portanto, as universidades desempenham um importante papel para a efetivação desses objetivos, afinal são com pesquisas desenvolvidas dentro de universidades que são impulsionados dados é feito o mapeamento de como está o contexto de cada país.

Para Serafim e Leite, (2021, p.345), “O aumento considerável de produção científica, analisando a relação entre desenvolvimento sustentável e ensino superior, demonstra que o alcance dos ODS vem gerando novos contornos às IES, no sentido de conferir maior responsabilidade e impacto social às atividades de ensino, pesquisa e extensão.” Ou seja, os objetivos são muito baseados e delimitados na formação humana, na geração de conhecimento que é produzida nas universidades.

É crucial compreender que o auxílio das produções científicas e das investigações feitas a campo podem colaborar com o avanço dos ODS, pois para entender fenômenos cada vez mais intrincados e suscetíveis a controvérsias, é preciso muito estudo. Algo que ficou ainda mais evidente durante e depois da pandemia de covid-19, como relatam os autores,

No cenário pós-pandêmico torna-se ainda mais importante o protagonismo das IES na construção de alternativas de desenvolvimento. A crise econômica e sanitária global está recrudescendo diversas problemáticas que são foco dos ODS, especialmente nas regiões mais vulneráveis do planeta. (Serafim; Leite, 2021, p.346).

Segundo o Sustainable Development Solutions Network (SDSN, 2017), não há uma abordagem “perfeita” para que uma universidade integre os ODS em sua essência, pois isso irá variar conforme suas particularidades, como dimensão, contexto, linhas de pesquisa ou capacidades acadêmicas, recursos

financeiros disponíveis, princípios, prioridades e demandas das comunidades que atendem. Neste sentido, é possível observar que as universidades são protagonistas neste processo de alcance ao desenvolvimento sustentável, e com a colaboração coletiva da sociedade civil e dos governos é possível criar soluções inovadoras para inúmeros problemas que estão enraizados na desigualdade social do país.

Uma questão a ser pensada é que através de currículos que são relevantes socialmente e responsivos, às universidades podem inserir debates relacionados ao desenvolvimento sustentável, isso pode inclusive incentivar pesquisas mais amplas sobre o tema e contribuir com seu avanço, desta forma possibilitando a criação de ambientes propícios para a cooperação, inovação e aplicação prática, e passíveis de superarem percalços que podem surgir. Afinal, “[...] conhecer como as universidades estão contribuindo para a Agenda 2030, assim como as dificuldades encontradas, pode ajudar a acelerar o avanço em prol dos ODS. É importante aprender a partir de experiências.” (Brandli; Mazutti, 2021, p.100).

Diante disso, as universidades, e neste Estudo de Caso a UEPG, têm a capacidade de facilitar a execução de cada ODS, através do ensino, pesquisa e extensão, utilizando todos os seus órgãos, como o caso da agência de inovação por exemplo, para impulsionar as metas, afinal, o envolvimento com esses objetivos pode trazer muitas vantagens, como é o caso de maiores financiamentos dos governos.

É uma interação mutuamente benéfica, que merece reconhecimento e fortalecimento. Mesmo na ausência de uma política institucional específica para os ODS, algo que também pode ser pensado, as universidades podem agregar valor à promoção do desenvolvimento pautado na sustentabilidade. E vale pontuar que este processo de incentivo deve ser feito de forma interdisciplinar e também transdisciplinar.

Enquanto conclusões, pontuamos que pensar na inovação social atrelada ao conceito de desenvolvimento sustentável significa que ao inovar para a comunidade também estamos pensando na biodiversidade do planeta, em síntese no bem-estar da população e conservação dos recursos naturais.

Este modelo de desenvolvimento enfrenta muitas críticas, porque às vezes pode parecer que seja vago ou não suficiente para definir todo um plano a ser incorporado pelas nações. Porém, é preciso levar em consideração que nem mesmo a definição do que é ou não ecologicamente sustentável e sustentado nós temos atualmente.

Portanto, é importante percebermos e valorizarmos as variações de definições do conceito, ao mesmo tempo em que faz-se necessário contribuir com seu avanço e melhor esclarecimento a partir de cada linha de estudo. No caso da presente obra, o desenvolvimento sustentável serviu para colaborar com a ideia de que as universidades precisam se apropriar de novos conceitos, pois possuem a capacidade de estudá-los e aplicá-los na prática.

O sistema em que vivemos sendo envolto de competição, desigualdade e conflitos políticos dificulta ações sustentáveis, solidárias e até mesmo sociais inovadoras. Portanto é importante que ações da Inovação social e do desenvolvimento sustentável tenham a certeza de que devem ser impactantes para a comunidade e não para o mercado capitalista, é preciso que a sociedade compreenda que aquilo é uma melhoria para o seu bem-estar portanto temos que ter clareza na diferença entre um discurso e uma realidade em um contexto integralmente político.

Neste sentido, para que as ações de inovação social sejam consolidadas, é preciso uma mudança na perspectiva de pensamento da economia e também um maior aprofundamento nos sistemas públicos de transferência de renda, que possam se articular com estratégias de desenvolvimento sustentável. Sem maiores investimentos não é possível visualizar a efetivação de agendas globais sustentáveis, como é o caso da Agenda 2030 da ONU.

As ações e experiências de inovação social são envoltas por conflitos e disputas entre o poder público e privado, e a urgência em se adaptar às necessidades da sociedade que vão mudando a cada ano. E na esfera pública, este estudo evidenciou barreiras a serem superadas e experiências a serem valorizadas.

É importante também esclarecer que a inovação social não está em qualquer lugar, ela possui fases e procedimentos técnicos e científicos que tornam o seu fazer uma ciência social com impacto. Não se pode achar que vai encontrá-la em qualquer ação social.

Porém, é preciso ter a clareza que as universidades possuem muitas lacunas e grandes desafios do ponto de vista social e inovador. Lacunas essas que na perspectiva da sociedade civil já foram identificadas antes, portanto, já estão sendo trabalhadas antes. Nesse sentido, cabe-nos dizer que a inovação social partindo do espaço universitário é muito válida, na medida em que as universidades precisam se apropriar também deste conceito.

Assim como, também é possível pensar em contribuir com a melhor organização e abrangência do conceito de desenvolvimento sustentável, o qual enfrenta claras críticas. Mas não podemos apenas pensar na possível utopia do conceito e aceitar uma crítica também utópica. Fato é que o avanço é necessário em parâmetros conceituais e práticos.

Ademais, compreender que as universidades possuem nuances próprias com relação ao desenvolvimento da inovação social, devido ao seu contexto, espaço e gestão, demonstra que não existe um padrão a ser seguido, portanto, pode variar de uma instituição para outra. Projetos e Programas, pesquisas, órgãos internos, ecossistemas e legislações em diferentes áreas interferem nesse processo. Ou seja, não existe um manual único a ser seguido, mas a questão aqui é que dentro das universidades é possível encontrar inovação social.

Porém, ao depender de investimentos públicos, como editais de fomento, às empresas, startups e a universidade estão reféns de decisões de governos, que por vezes devem aprovar investimentos que prezam pela melhoria da estrutura de seus estados. E quando uma proposta global de sustentabilidade acordada pelo país está em jogo, as instituições devem fazer o papel de pressionar que os projetos abracem essas perspectivas sustentáveis.

Afinal, com o mundo em constante mudança e escassez dos recursos naturais, é preocupante não adaptar as políticas públicas para evitar ainda mais catástrofes, por exemplo relacionadas às emergências climáticas. Esse tipo de debate deve ser pensado como central nas conferências mundiais, sendo a próxima prevista para acontecer em 2025, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30) no Brasil em Belém, no Pará.

Ao investir em projetos e políticas que promovem a conservação da biodiversidade, já estaremos inovando para esta e as futuras gerações e é justamente nesse ponto que tanto a realidade local quanto a nacional, do Paraná e do Brasil, precisam urgentemente melhorar.

Na realidade em que estamos cumprir as metas das ODS é difícil, porém não impossível, e temos que estar preparados para um pós 2030. Devemos compreender o momento atual e fazer o possível no contexto e no tempo que temos agora, mas sem esquecer que no futuro todos os desafios de agora terão de ser enfrentados. Existem muitos projetos dentro das universidades, políticas públicas com grande potencial, ações e inovações em comunidades que ainda não receberam reconhecimento e muitas outras formas de fazer acontecer um futuro sustentável, o que nos resta é prezar pela mudança nesse paradigma de destruição.

Esse estudo evidenciou experiências desenvolvidas no âmbito da UEPG e que demonstram ser socialmente inovadoras, e tais ações dependem do apoio da sociedade civil também. As startups incubadas pela agência de inovação, os programas e projetos de extensão e as legislações são evidências de que a universidade tem contribuído com o avanço do desenvolvimento sustentável através de uma perspectiva de

inovação social, mas que precisam se adaptar às novas mudanças da realidade, para que possam caminhar junto a sociedade civil.

O apoio da sociedade é crucial, afinal é através da demonstração de interesse em experiências executadas pela universidade que o fomento à inovação, os quais têm crescido no Paraná nos últimos anos, isso levou a criação de legislações e também ao interesse de pequenas empresas, startups interessadas contribuir com a transformação e o desenvolvimento de um planeta com cidades mais sustentáveis.

Quando as cidades são projetadas para incluir a participação de todos, uma parcela considerável da população consegue desfrutar de uma boa qualidade de vida, surgem mais oportunidades e amplia-se o acesso à cidadania. Sendo assim, pensar no desenvolvimento sustentável é um dos caminhos para a consolidação do bem-estar da sociedade. Neste caso, é fundamental unir-se aos movimentos urbanos que promovem a inclusão social e a democracia participativa, como é o caso de iniciativas de Economia Solidária, o que proporciona um olhar crítico para a realidade local e suas necessidades. É abrir um leque de possibilidades e pensar em que ponto devemos inovar e de que forma essa inovação vai impactar positivamente em milhares de vidas, a inovação social inova para as pessoas, pensando nelas do início ao fim.

Além de considerarmos os direitos e as políticas públicas, é fundamental buscarmos uma cidade mais inclusiva, o que observamos fazer parte do objeto de serviço das startups incubadas pela UEPG e de programas extensionistas em vigor. Todos possuem experiências e soluções para auxiliar a sociedade a resolver problemas sociais urgentes.

E com base na literatura estudada, a partir das diferentes ramificações de inovação, percebemos que ao falarmos da inovação tecnológica, por exemplo, pensamos em veículos mais modernos, em máquinas que podem facilitar o trabalho de grandes empresas, mas não estamos pensando no acesso a essa inovação e nem nas pessoas, mas sim no mercado capitalista. A inovação social vai então pensar nas pessoas e buscar por soluções viáveis de serem aplicadas, independentemente de valores monetários envolvidos em suas transações.

É também neste ponto que a valorização dos saberes e aprendizados populares e coletivos deve ser inserida na agenda dos governos. É o caso de reconhecer, por exemplo, tecnologias sociais enquanto um potencializador de comunidades. Portanto, incentivar a inovação nas cadeias de valor em comunidades por meio da transferência de tecnologia é primordial. A valorização do saber local é uma dificuldade, pois além da falta de reconhecimento por parte das políticas públicas e dos governantes, muitas vezes as pessoas não se sentem pertencentes a sociedade, não se veem como cidadãs.

Sem uma mudança na perspectiva de pensamento da sociedade, são difíceis os caminhos para a promoção de um desenvolvimento mais sustentável, o que necessita da ampliação da cidadania, voltando

novamente a ideia de inclusão e sustentabilidade. Afinal, as barreiras impostas pela desigualdade social resultam na disparidade entre as pessoas, e alcançar equidade se torna cada vez mais difícil.

A inovação social também precisa melhor estruturar seus ecossistemas, toda a sua rede e a forma como ocorrem as interações entre seus atores e as políticas públicas. Afinal, as dinâmicas nos modelos socioeconômicos e socioculturais, precisam de incentivo para caminhar em uma perspectiva mais sustentável e justa para as pessoas, possibilitando ter esperanças a longo prazo de transformações sociais eficientes. Ou seja, quando pensarmos em inovação temos que pensar em soluções que possam impactar na realidade de forma clara, no sentido em que todos vão entender a sua importância e defender a sua permanência.

O Brasil enfrenta grandes obstáculos que permeiam o alcance das metas do desenvolvimento sustentável, os ODS precisam nesta realidade nacional, enfrentar lacunas referentes a ausência de suporte governamental. Mas embora existam desafios para atingir os objetivos, a sustentabilidade continua sendo apresentada como uma solução e ao mesmo tempo como uma esperança para salvar e conservar o planeta.

Precisamos então de uma legislação mais eficaz e que possa ter uma seguridade, um exemplo aqui utilizado é a própria Lei de Inovação do Estado do Paraná, que não inclui claramente a inovação social como um dos elementos inovadores e também não cita ações sustentáveis a serem consideradas como elemento obrigatório para a destinação de recursos públicos. Uma ampliação da legislação é essencial para que mudanças possam ocorrer futuramente, e como evidenciou-se no estudo, as universidades através de legislações próprias também podem colaborar com uma mudança nessa perspectiva.

Se pensarmos que a inovação social pode inspirar práticas sustentáveis, estamos avançando no entendimento de que ao respeitar o meio ambiente estamos respeitando as pessoas que nele vivem. Se não for ecologicamente sustentável não é inovação social, portanto, não dará respostas e soluções eficazes à população. Ao possuir um projeto social que pense nas pessoas e valorize a sustentabilidade, a Inovação social também deve servir como inspiração para iniciativas das inovações tecnológicas de marketing gerencial e outras existentes.

Na prática, podemos pensar que ao criar um projeto deve-se exigir que esteja em concordância com um dos objetivos de desenvolvimento sustentável, por exemplo, uma empresa ou Startup pode optar pela compra de produtos reaproveitados ou criar um plano de reciclagem no ambiente de trabalho. Outro exemplo é que em uma política de alimentação deve ser inserida a valorização de produções agroecológicas, que prezam pela saúde do produtor e do consumidor, o que também colabora com a conservação do solo, ou seja socialmente e ecologicamente sustentável.

Políticas internas das universidades podem, através de cotas de ingresso em vestibulares, ampliar o acesso de pessoas vulneráveis ao estudo, algo que já está em concordância com os objetivos sustentáveis educacionais e inclusivos. Projetos e programas com a possibilidade de financiamento podem considerar a

demanda social como primordial para a seleção de bolsistas que irão atuar em seus projetos, os quais podem colaborar com o desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo mudarem seu status de renda, por exemplo.

A Inovação social pode também valorizar propostas já existentes e talvez não sejam entendidas enquanto inovadoras por uma parcela significativa da população da Educação Ambiental que pode ser uma das melhores soluções a serem aplicadas em escolas para pensar sustentabilidade e desenvolvimento. Como foi o caso de nesta pesquisa valorizarmos a extensão universitária enquanto inovação.

Outra possibilidade é aproximar as inovações sociais pensadas para as pessoas com estudos e práticas focadas no Meio Ambiente, por exemplo através de Soluções Baseadas na Natureza (SBN), ou seja, ao mesmo tempo em que soluções pensadas para as pessoas afetam o meio ambiente, soluções baseadas nele afetam as pessoas. Neste sentido, ambos os casos possuem a necessidade de melhor esclarecer o que é ecologicamente sustentável.

Mas estes são alguns dos exemplos que podemos pensar quando unimos dois conceitos novos que precisam de uma melhor integração na realidade. Iniciativas de cunho social dentro da UEPG estão claras, mas a questão é: a população sabe que isso está acontecendo e sendo desenvolvido dentro de uma universidade? A urgência em se apropriar do conceito de inovação social e desenvolvimento sustentável é a mesma que demonstrar para a sociedade que estudos promissores estão ocorrendo neste espaço. Ou melhor, que experiências que as afetam diretamente estão acontecendo.

Em síntese, é preciso aprimorar os ecossistemas de inovação social, ampliar as legislações, investir em projetos que priorizem metas de desenvolvimento sustentável e promover a divulgação de ações experiências pesquisas e produtos e serviços oferecidos e desenvolvidos dentro da universidade para que a população conheça a dimensão e o impacto que investir na educação pode resultar.

Por fim entende-se que este estudo contemplou seus objetivos propostos e trouxe contribuições significativas para a academia, principalmente no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas. Consideramos que novas lacunas de estudos que se voltam para o desenvolvimento sustentável podem ser pensadas a partir desta obra e que devem priorizar o meio ambiente e as pessoas como foco de análise, pensando em possíveis soluções que podem ir de encontro com uma perspectiva de transformação social.

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL - AGIPI. Apresentação. 2024. Disponível em: <https://www2.uepg.br/agipi/apresentacao/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL - AGIPI. A Incubadora de Projetos Tecnológicos – INPROTEC/UEPG (Missão, visão e valores). 2024. Disponível em: <https://www2.uepg.br/agipi/missao-visao-e-valores/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL - AGIPI. Empresas incubadas. 2024. Disponível em: <https://www2.uepg.br/agipi/empresas-incubadas/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL - AGIPI. Legislação. 2024. Disponível em: <https://www2.uepg.br/agipi/legislacao/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Paraná credencia 302 ambientes promotores de inovação para impulsionar economia. Paraná, 2024. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-credencia-302-ambientes-promotores-de-inovacao-para-impulsionar-economia>. Acesso em: 06 mar. 2025.

AHMED, K. P. Culture and climate for innovation. *European Journal of Innovation Management*, v. 1, n. 1, p. 30-43, 1998.

ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

ARIENTI, W. L. Sobre a implementação da extensão: características e preocupações. *Revista Eletrônica de Extensão - Extensio*, Florianópolis, v. 20, n. 45, p. 168-189, 2023.

BARAÑANO, A. M. Gestão da Inovação Tecnológica: Estudo de Cinco PMEs Portuguesas. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 4, n. 1, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648907/15453>. Acesso em: 02 abr. 2024.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 47, n. 1, 2011.

BRANDLI, L.; MAZUTTI, J. Integrando os objetivos para o desenvolvimento sustentável à universidade: uma experiência na Universidade de Passo Fundo/Brasil. In: SERAFINI, P. G.; MOURA, J. M. (Orgs.). Integrando os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) em universidades brasileiras: experiências e desafios. 1. ed. Bauru, SP: Gradus Editora, 2021.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212rep.htm#:~:text=1%C2%BA%20A%20Seguridade%20Social%20compreende,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2004. Acesso em: 09 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm. Acesso em: 07 abr. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%209.283-2018?OpenDocument>. Acesso em: 07 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 20.541, de 20 de abril de 2021. Casa Civil. Disponível em: <<https://legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=246931&codTipoAto=&tipoVisualizacao=alterado>>. Acesso em: 07 abr. 2024.

BRASIL. Decreto nº 1.350, de 2021. Diário Oficial do Paraná. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-20541-2021-parana-dispoe-sobre-politica-publica-de-incentivo-a-inovacao-a-pesquisa-e-ao-desenvolvimento-cientifico-e-tecnologico-ao-fomento-de-novos-negocios-e-a-integracao-entre-o-setor-publico-e-o-setor-privado-em-ambiente-produtivo-no-estado-do-parana>>. Acesso em: 07 abr. 2024.

BRASIL. ODS 18 - Igualdade Étnico-Racial. Conheça o novo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. Brasil, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/ods18>>. Acesso em: 02 dez. 2024.

BRASIL. Transtorno do Espectro Autista (TEA). Disponível em: <<https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Transtorno-do-Espectro-Autista-TEA>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil. In: TEMAS CLÁSSICOS (E NÃO TANTO) DO PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL, 2010. Disponível em: <<https://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.25.DesenvolverSchwarcs-Botelho.15.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

BRANDSEN, Taco. Social innovation: a sympathetic and critical interpretation. In: BRANDSEN, T. et al. (org.). Social innovations in the urban context. Cham: Springer International Publishing, 2016. p. 3-18.

BOUCHARD, Marie J. L'innovation sociale en économie sociale. Chaire de recherche du Canada en économie sociale, Québec, Université de Montréal, 2006.

CARNEVALLI, J. A.; MIGUEL, P. A. C. Desenvolvimento da pesquisa de campo, amostra e questionário para realização de um estudo tipo survey sobre a aplicação do QFD no Brasil. In: BIBLIOTECA DIGITAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - ABEPRO, 2001.

CAVALCANTE, Pedro. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: missão, falácia ou utopia? Cadernos de Gestão Pública, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/cgpc/announcement/view/273>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

CAVALCANTI, Clóvis. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. Ambiente & Sociedade, v. 5, n. 2, ago./dez, 2002.

COMISSÃO EUROPEIA. Guia para a Inovação Social. Bruxelas: COM, 2013.

CONWAY, S.; STEWARD, F. Managing and shaping innovation. Oxford, UK: Oxford University Press, 2009.

DIAS, S.R. Gestão de marketing. São Paulo: Saraiva, 2004.

DINIZ, Eliezer; BERMANN, Celio. Economia verde e sustentabilidade. Estudos Avançados, v. 26, n. 74, 2012.

FARFUS, D.; ROCHA, M. C. S. Inovações sociais. Coleção Inova. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007. Disponível em: <https://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2012/05/15/569/20130904104218759870i.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

FILHO, G. C. F. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.

FLEURY, S. Observatório da inovação social. In: VI CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, Buenos Aires, Argentina, 5-9 nov. 2001. Brasília: CLAD, 2001.

FLORES, Raquel Dalvit. Comportamento inovador e inovação social de produtores da agricultura familiar: validação da escala ISP-AF. 2023. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

FRAZÃO, N.; CARVALHO, I. L.; CARLOS, F. Social innovation in Cidadania Ativa programme projects. Lisboa: Calouste Gulbenkian Foundation, 2015.

FREEMAN, C. The economics of industrial innovation. 2. ed. London: Frances Pinter, 1982.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

GOMES, Carla. Economia Solidária em foco na ONU: Conheça o trabalho da UNTFSSE. Internacionalização Descentralizada em Foco, abril, 2024. Disponível em: <<https://idefufpb.com/2024/04/10/economia-solidaria-em-foco-na-onu-conheca-o-trabalho-da-untfsse/#:~:text=Em2023aAssembleiaGeral,passaramaregeraUNTFSSE>>. Acesso em: 02 dez. 2024.

G1 - PORTAL DE NOTÍCIAS. HU de Ponta Grossa chega a 650% de ocupação dos leitos da ala emergencial. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2021/03/02/hu-de-ponta-grossa-chega-a-650percent-de-ocupacao-dos-leitos-da-ala-emergencial.ghtml>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

HIGGINS, J. M. Innovate or evaporate: Test & improve your organization's IQ, its innovation quotient. New York: New Management Publishing Company, 1995.

HOLZMANN, L.; CATTANI, A.D. Dicionário De Trabalho e Tecnologia. Editora Zouk, 2011. Disponível em: <<https://www.academia.edu/download/39554798/dicionario-de-trabalho-tecnologia-sumario-edicao-2011.pdf>>. Acesso em: 02 de abr. 2024.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ITS BRASIL. Institucional - Tecnologia social. Disponível em: <<https://itsbrasil.org.br/institucional-tecnologia-social/>>. Acesso em: 01 abr. 2024.

INSTITUTO GODIN. L'innovation sociale en pratiques solidaires. Amiens, Institut Jean Baptiste Godin, 2012.

KNOX, S. The boardroom agenda: developing the innovative organization. Corporate Governance, v. 2, n. 1, p. 27-36, 2022.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin. Marketing Management. 4. ed. New Jersey: Pearson Education Inc., 2012.

KON, Anita. A inovação nos serviços como instrumento para a inovação social: uma visão integrativa. Revista de Economia Política, v. 38, n. 3, p. 584-605, jul./set, 2018.

KRONEMBERGER, D. M. P. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. Ciência e Cultura, v. 71, n. 1, São Paulo, jan./mar, 2019.

LAM, A. Organizational innovation. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. (Org.). The Oxford Handbook of Innovation. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: um movimento internacional. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 84, p. 7-47, mar, 2009.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil. Economia Solidária, v. 4, 2002. Disponível em: <<http://www.franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/economia/economia%20solidaria.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

LÉVESQUE, B. Les entreprises d'économie sociale, plus porteuses d'innovations sociales que les autres? In: COLLOQUE DU CQRS AU CONGRES DE L'ACFAS, 2001, Montréal. Cahiers du CRISES, v. 02.05, 2001.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T.; PRÁ, K. R. D. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 93-104, jan./jun, 2007.

LOPES, D. P. T.; VIEIRA, N. D. S.; BARBOSA, A. C. Q.; PARENTE, C. Inovação gerencial e inovação social: pensando para além da inovação tecnológica. In: ALTEC 2015: INOVAÇÃO PARA ALÉM DA TECNOLOGIA / XVI Congresso Latino-Iberoamericano de Gestão da Tecnologia. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/82988>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: PESQUISA EM EDUCAÇÃO: ABORDAGENS QUALITATIVAS. 8. ed. São Paulo: EPU, 2004. cap. 3, p. 25-44.

MACHADO, D. P. N. Inovação e cultura organizacional: um estudo dos elementos culturais que fazem parte de um ambiente inovador. 2004. (Tese de doutorado em Administração de Empresas), Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil, 2004.

MACHADO, D. P. N.; GOMES, G.; TRENTIN, G. N. S.; SILVA, A. Cultura de inovação: elementos da cultura que facilitam a criação de um ambiente inovador. Revista de Administração e Inovação, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 164-182, out./dez, 2013.

MARTINS, Ana Luísa; SOUZA, Rômulo Paes de. Revisão dos debates raciais para a Agenda 2030: Novo ODS 18? Belo Horizonte: Fiocruz, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 3. ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

MONTEIRO, A. A. O que é a Inovação Social? Maleabilidade conceitual e implicações práticas. DADOS, Rio de Janeiro, v. 62, n. 3, 2019.

MULGAN, Geoff. Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated. 2004.

MULGAN, Geoff. The process of social innovation. Innovations, v. 1, n. 2, p. 145-162, 2006.

MULGAN, Geoff. In and out of sync: the challenge of growing Social Innovations. Londres: NESTA, 2007.

MULGAN, Geoff; TUCKER, Simon; ALI, Rushanara; SANDERS, Ben. Social Innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated. Oxford: Said Business School - Skoll Centre for Social Entrepreneurship, 2007.

MULGAN, Geoff. Inovação Social. In: AZEVEDO, C.; FRANCO, R. C.; MENEZES, J. W. (coords.). Gestão de organizações sem fins lucrativos: o desafio da inovação social. Porto: Edições Vida Económica, p. 51-74, 2010.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. The Open Book of Social Innovation. 2010. Londres: NESTA/The Young Foundation. Disponível em: <www.nesta.org.uk/publications/assets/features/the_open_book_of_social_innovation>. Acesso em: 10 abr. 2024.

NEUMEIER, S. Why do Social Innovations in Rural Development Matter and Should They be Considered More Seriously in Rural Development Research? – Proposal for a Stronger Focus on Social Innovations in Rural Development Research. Sociologia Ruralis, v. 52, p. 48-69, 2012.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. Temporalis, Brasília, Abepss, Grafile, ano 2, n. 3, 2001.

PAIVA, M. S.; CUNHA, G. H. M.; JUNIOR, C. V. N. S.; CONSTANTINO, M. Inovação e os efeitos sobre a dinâmica de mercado: uma síntese teórica de Smith e Schumpeter. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 19, n. 1, p. 155-170, jan./mar, 2018.

PATIAS, T.; SANTOS, A. H. G. Inovação Social. Incubadora Social da UFSM, Santa Maria – RS, 2022. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/570/2022/03/04.-INOVACAO-SOCIAL-1.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

PAULO FUCK, M.; VILHA, A. M. Inovação Tecnológica: da definição à ação. Revista de Artes e Humanidades, Dossiê Dilemas, n. 9, 2012.

PEREIRA JESUS, A. F. S. R. Inovação em Serviço Social: Potencialidades e Limites do Empreendedorismo (Social) como estratégia de integração social. (Tese de Doutorado em Serviço Social), Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal, 2019.

PINHEIRO, Daniel Calbino. O Estado da Arte da Produção Científica em Economia Solidária. Administração Pública e Gestão Social, São João Del Rei, v. 2, n. 8, p. 95-103, dez. 2016.

PHILLS Jr., James A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering social innovation. Stanford Social Innovation Review, v. 6, n. 4, p. 34-43, 2008.

PITACAS, José Alberto. A Economia Social e Solidária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Centro de Estudos de Economia Pública e Social, Portugal, 29 jun, 2019. Disponível em: <https://knowledgehub.unsse.org/wp-content/uploads/2019/07/257_Pitacas_A-ESS-e-os-OS_Pt.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

PLONSKI, G. A. Bases para um movimento pela inovação tecnológica no Brasil. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 1, p. 25-33, jan./mar. 2005.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RIBEIRO, R. M. C. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. Revista Dialogos: Pesquisa em Extensão Universitária, Brasília, v. 15, n. 1, jul. 2011.

RICHEZ-BATTESTI, Nadine; PETRELLA, Francesca; VALLADE, Delphine. “L’innovation sociale, une notion aux usages pluriels: Quels enjeux et défis pour l’analyse?”. Innovations, n. 38, p. 15-36, 2012.

RODRIGUES, A. L. Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre nonprofit sector e economia social. Revista Organizações & Sociedade, v. 14, n. 43, p. 111-128, 2007.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1069-1094, nov./dez. 2008.

RONCONI, L. F. A. Gestão Social e Economia Solidária: Os Desafios para o Serviço Social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/85681>>. Acesso em: 07 maio 2024.

ROZENFELD, H., FORCELLINI, F. A., AMARAL, D. C., TOLEDO, J. C. DE, SILVA, S. L. DA, ALLIPRANDINI, D. H. Gestão de desenvolvimento de produtos: uma referência para a melhoria do processo. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHEIN, E. H. Coming to a new awareness of organizational culture. *Sloan Management Review*, v. 25, n. 2, p. 3-16, 1984.

SCHUBERT, C. Social innovations: highly reflexive and multi-referential phenomena of today's innovation society? *TUTS Working Paper*, n. 2, 2014. Berlin, 2014.

SCHUMPETER, J. A. *The theory of economic development*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1934.

SERAFIM, M. P.; LEITE, J. P. A. O papel das Universidades no alcance dos ODS no cenário do "pós"-pandemia. *Revista Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP*, v. 26, n. 02, p. 343-346, jul. 2021.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados, São Paulo*, v. 18, n. 51, p. 7-22, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9997>>. Acesso em: 17 mai. 2024.

SOUZA, A. C. A. A.; POZZEBON, M. Práticas e mecanismos de uma tecnologia social: proposição de um modelo a partir de uma experiência no semiárido. *Revista Organizações & Sociedade*, v. 27, n. 93, p. 231-254, 2020.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK - SDSN. Getting started with the SDGs in universities: a guide for universities, higher education institutions, and the academic sector. Edição da Austrália, Nova Zelândia e Pacífico. Melbourne: Sustainable Development Solutions Network – Australia/Pacific, 2017. Disponível em:<https://ap-unsdsn.org/wp-content/uploads/University-SDGGuide_web.pdf> Acesso em: 25 nov. 2024.

TAYLOR, J. Introducing social innovation. *The Journal of Applied Behavioral Science*, v. 6, p. 69-77, 1970.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG. RESOLUÇÃO UNIV No 36 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008. Disponível em: <https://sistemas.uepg.br/producao/reitoria/documentos/1362008-12-1024.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG. RESOLUÇÃO UNIV no 31 DE 27 DE JULHO DE 2011. 2011. Disponível em: <https://sistemas.uepg.br/producao/reitoria/documentos/1312011-07-2724.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG. RESOLUÇÃO CA No 315 DE 17 DE JUNHO DE 2013. 2013. Disponível em: <https://sistemas.uepg.br/producao/reitoria/documentos/13152013-06-1725.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME - UNEP. *Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication*. S. l.: UNEP, 2011.

UOL - PORTAL DE NOTÍCIAS. Número de alunos com autismo matriculados nas escolas do Brasil cresceu 48%. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2024/04/02/numero-de-alunos-com-autismo-matriculados-nas-escolas-do-brasil-cresceu-48.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

UTKUN, E.; ATILGAN, T. Marketing innovation in the apparel industry: Turkey. *Fibres & Textiles in Eastern Europe*, v. 18, n. 6, p. 26-31, 2010.

VEN, A. H. V.; ANGLE, H. L.; POOLE, M. S. Research on management innovation: the Minnesota studies. Oxford: Oxford University Press, 2000.

VIEIRA, Paulo Freire; CAZELLA, Ademir A. Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: do conceito à ação. Revista Política e Sociedade, n. 14, abril 2009.

WOLFE, R. A. Organizational innovation: review, critique and suggested research directions. Journal of Management Studies, v. 31, n. 3, p. 405-431, 1994. DOI: 10.1111/j.1467-6486.1994.tb00624.x.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

REALIZAÇÃO:

Aurum
EDITORA

CNPJ: 589029480001-12
contato@aurumeditora.com
(41) 98792-9544
Curitiba - Paraná
www.aurumeditora.com